



Um elemento da Brigada de Minas e Armadilhas da P. S. P. durante a «Operação Bomba». O cigarro na mão esquerda foi distração

BOMBA NO ROSSIO ERA BOATO

Um telefonema anónimo anunciando a existência de uma bomba na estação do Rossio, levou a Brigada de Minas e Armadilhas da P. S. P. ao local e à paralisação do movimento ferroviário por várias horas. Feitas as buscas aconselhadas pelas circunstâncias, apurou-se que se tratava de um falso alarme, que, neste caso, não só deu trabalho à Polícia mas prejudicou ainda a vida de milhares de pessoas, utentes da Linha de Sintra.

Entretanto, registavam-se incidentes na Estação de Queluz: cerca das 7.35 o comboio 4.611 — circulando no sentido Lisboa-Sintra — foi retido em Queluz durante 30 minutos, pelos passageiros que ali se encontravam. Os passageiros alegavam com a falta de comboios que servem aquela estação.

Sobre este último acontecimento, a C. P. viria a emitir um comunicado através do qual admite as suas carências em material e instalações, «carências essas que não podem ser remediadas em prazo curto, a não ser pela diluição do tráfego de ponta por um período mais largo». Adianta a C. P. que incidentes como este «só agravam as dificuldades, com prejuízo para todos, que assim, só podem estar interessados em que as mesmas acções não se verifiquem».

20 PÁGINAS

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

HOJE NÃO É SÓ ROTINA

O Conselho da Revolução está reunido no Restelo desde as 15 e 30. Da agenda constam principalmente assuntos de natureza militar sendo apenas especificado que entre esses assuntos serão analisados problemas relacionados com o sector da saúde nas Forças Armadas.

Entretanto é natural que outros problemas, nomeadamente no capítulo disciplinar, sejam igualmente tratados. A prisão do major Otelo Saraiva de Carvalho, ainda que a coberto dos regulamentos militares, levanta problemas de natureza política e inclusivamente reacções internacionais que o Conselho da Revolução não pode ignorar. Por outro lado, após terem sido ouvidos no Estado-Maior do Exército os oficiais que participaram numa reunião, numa casa próxima de Mafra, é natural que o CR disponha já de elementos muito concretos que lhe permitam ter uma ideia clara dos significados e alcance dessa reunião de modo a poder distinguir o que é uma reivindicação profissional, da clara instrumentalização que as forças de direita estão a fazer desses militares.

Por outro lado começam a surgir dados inquietantes sobre as actividades da extrema-direita militar, que chega já ao ponto de exigir a reintegração dos saneados do 25 de Abril. Além disso, e embora seja de admitir que nem todos os participantes da reunião de Mafra estejam dentro de todo o segredo, há evidentes conec-

xões entre certos oficiais que lá estiveram e figuras importantes da direita militar, que ao longo destes dois últimos anos têm permanecido na obscuridade.

Também não pode o CR ignorar que aplicando a risco o

RDM a Otelo, um número importante de outras figuras militares terão igualmente que ser objecto de medidas disciplinares. Não se trata, sequer, de participar em reuniões ou falar em público. Há quem tenha actuado de forma a veicular na

opinião pública a existência de um verdadeiro poder paralelo em determinadas zonas do país. Quantos RDMs existem? Esta uma pergunta de todas as forças democráticas e antifascistas, que esperam uma resposta do CR.

PARA MANUEL ALEGRE

A direita existe
e é um perigo



(Págs. 10/12)

Advogado de Otelo
falou ao "D.L."

Percurso da "manif"
foi alterado



(Pág. 2)

(Pág. 20)

"UM DIA DE CÃO" NOS C.T.T. DA BAIXA DA BANHEIRA

**Assaltantes levaram
só oitenta contos
depois de perderem
vinte minutos
à procura
das chaves do cofre...**

A estação dos Correios da Baixa da Banheira foi alvo de um espectacular assalto à mão armada, perpetrado ontem por dois jovens que realizaram a «operação» de cara descoberta e metralhadora nas mãos: cerca de 80 contos em dinheiro e selos. Os funcionários foram fechados na casa de banho, mas o assalto demorou quase vinte minutos, porque o chefe da estação não trazia consigo as chaves do cofre. Um dos assaltantes teve de se ir buscar ao primeiro andar. Enganou-se, foi parar ao segundo, voltou para baixo outra vez. Foi, com certeza, o assalto mais longo dos últimos tempos.

Nos Correios da Baixa da Banheira, às 19 horas,

com os últimos utentes, entraram dois jovens que aparentavam entre 23 e 25 anos. Ambos com o rosto descoberto, um deles exibiu uma pistola, o outro uma metralhadora «FBP».

Os funcionários da estação foram intimados a encaminhar-se para a casa de banho e ali fechados à chave.

Com os seus «problemas» aparentemente resolvidos, os dois assaltantes viriam a ser surpreendidos por uma contrariedade de última hora: o chefe da estação não tinha em seu poder as chaves do cofre. Mas, enfim, morava no primeiro andar do edifício, e um dos assaltantes dispôs-se a ir buscá-las por acesso interior

do prédio. Enganou-se no andar, foi parar ao segundo, mas logo voltou ao primeiro. Ali, «pediu» as chaves aos familiares do chefe, e regressou à estação. «Tudo em ordem». Entretanto, tinham passado cerca de vinte minutos.

Numa manifestação de «altruismo» os assaltantes não se interessaram pelos mil e tal escudos que o chefe tinha na algibeira, desprezando igualmente a possibilidade de pilhar os valores de outros funcionários. O seu objectivo era o cofre, e dali retiraram o que havia: oitenta contos em dinheiro e selos postais.

Concretizado o assalto, os dois jovens saíram finalmente para a rua ao en-

contro de um terceiro elemento que os esperava num automóvel tipo «Mini». O carro pôs-se em marcha e desapareceu sem que alguém tivesse anotado o número da chapa da matrícula.

Curiosamente, pelas peripécias que caracterizaram este assalto e até pelo produto do roubo — pouco «compensador» para vinte minutos de forte tensão — este caso poderia comparar-se, nalguns aspectos, ao filme «Um Dia de Cão», em exibição num cinema da capital. O que não quer dizer que tenha sido o filme a influenciar o assalto, já que o desfecho da fita é, por sinal, altamente desmobilizador para qualquer assaltante.

Nacional

Uma infâmia

O «Jornal Novo» cometeu ontem, dia 26 de Outubro, uma infâmia em relação ao «Diário de Lisboa». Dirão colegas, camaradas, companheiros de jornada, amigos leitores e leitores amigos, que não há razão para nos surpreendermos. Assim é de facto. A lei daquela casa é a lei da selva. Mas nem por isso, por lhes ser habitual, intrínseca, a infâmia deverá deixar de ser levada ao conhecimento dos nossos leitores e da opinião pública. São para os leitores, para a opinião pública, estas palavras de repúdio e a transcrição que se segue:

Suicidou-se o general Albuquerque de Freitas

Suicidou-se, ontem, na sua residência o general na reserva da Força Aérea Portuguesa Albuquerque de Freitas.

Revelando premeditação, aquele oficial-general deixou dirigida aos irmãos uma carta, à qual juntava as chaves do seu automóvel e documentação pessoal, e fazendo igualmente saber algumas disposições testamentárias. No documento, afirma, nomeadamente, que não quer ser sepultado com a farda de general, «deixando esse privilégio

aos actuais generais de aviário, a cujo número me honro de não pertencer».

O general Albuquerque Freitas suicidou-se com um tiro na cabeça, utilizando uma pistola de 35 milímetros, da marca «Smith».

Recorde-se que o vespertino afecto ao PCP «Diário de Lisboa» publicou, numa das suas últimas edições, um texto gravemente acusatório do general Albuquerque de Freitas — texto a que deu honras de assunto principal na sua primeira página.

Transcrevemos para que conste até onde descem estes Vesgos servidores da intriga reacçãoária. A infâmia não carece de comentário.

E não digam que «A Luta» também... No vespertino «A Luta» é referida uma circunstância. Mas «A Luta» não a explorou vilmente, não especulou, não ensinou, não qualificou o «D.L.» para dar à coincidência (trágica) uma tendenciosa caracterização política. Para falarmos dos escândalos portugueses (e das intrigas, das manobras e dos crimes) não precisamos de ordens vindas de «partidos», ou de «capitais», ou do «capital». Que fique assente.

AUTARQUIAS LOCAIS

F.E.P.U. e P.S. concorrem em todos os concelhos

De entre as Frentes e Partidos que concorrem às eleições para as autarquias locais, a Frente Eleitoral «Povo Unido» é, neste momento, a que tem mais adiantado o processo legal de apresentação de candidaturas, o qual pode mesmo ser já dado como praticamente concluído. Segue-se o Partido Socialista, cujas listas por legalizar começaram hoje a dar entrada nos respectivos tribunais e o P.S.D./P.P.D. que regularizará aquela situação amanhã e depois, últimos dias do prazo estabelecido pelo Governo. Quanto ao C.D.S. e G.D.U.P., ambos apresentaram já algumas listas, continuando a aproveitar os últimos dias até à expiração do prazo legal.

Segundo sondagem realizada pela ANOP junto destas formações, apenas a F.E.P.U. e o P.S. concorrerão em todos os concelhos do País, embora não em todas as freguesias. O P.S.D./P.P.D. não estará presente em alguns concelhos alentejanos e o C.D.S., de acordo com o que se pode apurar, terá ainda mais fraca representação. Quanto aos G.D.U.P., já legalizados, o grau da sua representação só será revelado no próximo domingo, altura em que farão um balanço comple-

to da sua cobertura do território nacional.

No que se refere à orientação da campanha eleitoral, que oficialmente principiará no final de Novembro, também a F.E.P.U. e o P.S. se apresentam como mais adiantados. A F.E.P.U. centralizará a sua campanha nos temas definidos no seu último encontro nacional: «Defesa intransigente dos interesses das populações, máxima autonomia e descentralização, com real atribuição de poderes aos órgãos regionais». O P.S., por seu turno, difundirá dentro de dias um manifesto nacional, definindo a sua posição. O P.S.D./P.P.D. elaborará um projecto de campanha com base no exame da composição das suas listas, exame que só mais próximo da data das eleições será completado. O C.D.S., por seu lado, ainda não precisou as suas directrizes, enquanto os G.D.U.P. têm já estabelecidas algumas consignas gerais, tais como «lutar contra o controlo pela direita do aparelho administrativo local; dinamizar e reforçar as organizações populares de base; lutar contra os caciques locais, sua corrupção e acção divisionista; e defender intransigentemente a democracia dos trabalhadores».

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria Vieira,

ADVOGADO MANUEL SALEMA AO «DL»

“Prisão de Otelo foi decisão eminentemente política”

Um dos acontecimentos mais em foco, de há alguns dias a esta parte, é a detenção do major Otelo Saraiva de Carvalho no Forte de Caxias.

A onda de protestos que se tem vindo a gerar em todo o País atesta o significado político que reveste a detenção daquele que foi um dos principais obreiros do «Movimento dos Capitães» que deu aso ao 25 de Abril de 1974.

Encarcerado, impedido de prestar declarações à Imprensa, o major Otelo não pode, pelos mesmos motivos, comentar a situação em que se encontra e as razões que a originaram.

Nesse sentido, dirigimo-nos ao dr. Manuel Salema, advogado constituído do major Otelo, para auscultarmos a sua opinião. Embora o dr. Manuel Salema se encontre desvinculado do assunto — um processo de disciplina militar escapa por completo ao foro civil — pareceu-nos ser a pessoa indicada para abordar uma matéria tão complexa quanto significativa de uma conjuntura.

«D.L.» — Em termos genéricos, o que representa, para o advogado constituído de Otelo Saraiva de Carvalho, a detenção do estratega militar do 25 de Abril no Forte de Caxias?

MANUEL SALEMA — Para começar, direi admitir perfeitamente que quem mandou instaurar o processo disciplinar ao major Otelo esteja honestamente convencido de que possuía fortes razões para o fazer. Não ponho isso em causa. O que eu ponho em causa, do meu ponto de vista de jurista, é que os acontecimentos do passado dia 3 de Outubro de 1976, no Instituto Superior Técnico, tenham sido uma infracção cometida por Otelo Saraiva de Carvalho em relação ao Regulamento de Disciplina Militar.

A partir daqui, verifico exactamente pela evolução que o processo em si sofreu e cujo culminar foi a pena disciplinar agravada de vinte dias que, a dado passo, a política ultrapassou aquilo a que se pode chamar normalidade jurídica. Se levamos em conta os artigos do R. D. M., a punição que se abateu sobre Otelo Saraiva de Carvalho foi, efectivamente, a mais grave do leque das punições previstas naquele Regulamento. Nesta medida, quem tem um mínimo de conhecimentos jurídicos sabe bem que, quando uma pessoa é sujeita a um processo e a uma pena, se lhe aplica um princípio geral — aliás inserido no próprio R. D. M. — cujos fundamentos consistem em começar por se aplicar as penas menos graves e, em caso de reincidência, as mais graves. No caso concreto de Otelo, as autoridades militares decidiram exactamente o princípio oposto.

Por outro lado, quando se trata de atingir as pessoas criminalmente, é necessário atender às circunstâncias atenuantes, ao carácter da pessoa, em suma, para toda uma «folha de serviços». É do conhecimento geral — e o Estado-Maior do Exército é o único que não o pode desconhecer — que Otelo tem cerca de vinte anos de serviço militar, uma folha de serviços completamente limpa, vários louvores por comportamento exemplar e, sobretudo, uma participação vital nessa data memorável que é o 25 de Abril de 1974. Ora esta data representa algo de muito importante para o Povo português. Foi o 25 de Abril que derrubou o fascismo e, sendo o Otelo um dos maiores obreiros deste acontecimento, isso poderia ser classificado, no mínimo, como uma circunstância atenuante.

É, portanto, na base deste contexto que penso ter o aspecto político extravasado e ul-



Dr. Manuel Salema:

trapassado a situação normalmente jurídica. Recuso-me a acreditar que esta punição aplicada a Otelo se possa considerar como uma punição exemplar. Quero com isto dizer que a punição não tem nada a ver, directamente, com o facto do qual ele é acusado, mas que ela é aplicada de maneira a lembrar a outros que talvez um dia lhes possa ser aplicado um tipo de pena semelhante.

Se além de tudo isto nos lembrarmos que depois das eleições presidenciais, e até hoje, o major Otelo foi convidado, dezenas e dezenas de vezes, a assistir a comícios e a congressos nos mais variados locais do País e que nunca o fez sem requerer, por escrito, às autoridades de quem ele dependia, no caso concreto o juiz-instrutor da P. J. M.; se acrescentarmos que Otelo foi convidado a conceder dezenas de entrevistas a jornalistas nacionais e estrangeiros tendo sempre recusado por entender que estava sujeito a uma determinada situação em razão do processo contra ele movido (25 de Novembro) não ter chegado a seu termo; se pensarmos que ainda há pouco tempo Otelo Saraiva de Carvalho foi convidado a participar num congresso político internacional em Bruxelas — convite que recusou por causa da sua situação militar não lhe permitir essa deslocação — chegamos à conclusão de que em cerca de seis meses o major Otelo teve uma actuação que demonstra o respeito escrupuloso pelas limitações a que se encontrava submetido. É, pelo menos, estranho acreditar que no dia 3 de Outubro, Otelo ia, subitamente, desmentir toda uma actuação prática e esquecer-se da situação em que se encontrava.

«DECISÃO EMINENTEMENTE POLÍTICA»

Tudo isto, aliado ao facto indiscutível de haver «pides» à

solta, do general Spínola gozar da mais completa liberdade — o que, como advogado, não contesto — leva-me a continuar a não perceber qual o critério que tem vindo a ser aplicado nuns e noutros casos.

É evidente que, sendo impossível esquecer o que é Otelo Saraiva de Carvalho neste País, a conclusão à qual tenho de chegar é que a pena aplicada ao major Otelo foi uma decisão eminentemente política. É esse o significado que dou àquilo que aconteceu.

Por outro lado, também não posso deixar de dizer que houve uma deliberada intenção em prendê-lo em Caxias. Caxias é um símbolo do terror, da repressão, do obscurantismo. E Otelo é uma daquelas figuras simbólicas que nos libertou de Caxias. Pois foram exactamente puni-lo enviando-o para uma das celas dessa prisão. Isto não é, igualmente, no meu ponto de vista, um acto gratuito. Possui um significado simbólico cuja intenção é humilhar psicologicamente as pessoas, humilhar este País, na medida em que Otelo é, quer queiram quer não, um símbolo de libertação do fascismo.

O «COCKTAIL» DO RITZ

«D.L.» — Segundo foi noticiado, o major Otelo Saraiva de Carvalho apresentou recentemente uma reclamação ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Rocha Vieira. Pode-nos informar do teor da referida reclamação?

MANUEL SALEMA — Muito resumidamente, o conteúdo da reclamação é um pedido para que a decisão de punição seja revista, visto que, no entender de Otelo, ele não teria incorrido na infracção da qual o acusa nem se encontra de acordo com a base em que lhe foi instaurado o processo que determinou os vinte dias de prisão disciplinar agravada.

Basicamente, a posição de Otelo é a seguinte: chegou ao Instituto Superior Técnico depois de encerrado o Encontro Nacional dos G. D. U. P.'s, não assistindo, portanto, a qualquer comício ou reunião política. Quando lá chegou, o que se desenrolava era pura e exclusivamente uma festa popular musical. Quanto às palavras que ele então proferiu enquanto lá esteve, Otelo afirma tê-las proferido, não a título de discurso público ou para o público, mas apenas em conversa com pessoas que lá estavam, em estilo de diálogo. É este o conteúdo de base da argumentação usada na declaração de Otelo para requerer a revisão da pena a que se encontra submetido.

Gostaria de salientar, para reforçar aquilo que entendo como uma interpretação — pelo menos excessiva — do que é um comício ou uma reunião pública, o ocorrido na véspera da detenção do major Otelo. Convidado para um «cocktail», no Hotel Ritz, em honra do primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe, Otelo encontrou-se de facto, num local público conjuntamente com dezenas de personalidades públicas, portuguesas e estrangeiras. Durante essa recepção, Otelo, tal como as outras pessoas que lá se encontravam, obviamente

que abordou e falou de assuntos políticos. Quer-me parecer efectivamente não ser hábito, nesses locais, falar-se unicamente do clima e de parentescos... É nesse sentido que eu gostaria de perguntar, se o Estado-Maior do Exército entende que a ida a um «cocktail» é uma ida a um comício ou a uma reunião pública e, portanto, sujeito ao R. D. M.

OTELO NÃO RECORREU À AMNISTIA

«D.L.» — Consta que na reclamação apresentada ao C. E. M. E. Otelo Saraiva de Carvalho teria pedido para beneficiar do Decreto-Lei 758/76 cujo artigo 1.º estabelece «serem amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza cometidos desde o 25 de Abril de 1974». Qual o fundamento deste constar?

MANUEL SALEMA — Ai, existe um mal-entendido. Com efeito, o decreto em questão foi publicado no dia 22 de Outubro e entrou em vigor no dia 23. É um facto que Otelo, no final da sua reclamação ao C. E. M. E. abordou as disposições do decreto-lei. Mas não para pedir a amnistia. Otelo apontou simplesmente para o facto da sua detenção escapar e ignorar inclusive as disposições contidas naquele decreto. Com efeito, o decreto entrou em vigor no dia 23 de Outubro, Otelo deu entrada em Caxias no mesmo dia, o despacho que o pune é do dia 21 e a «infracção» por ele cometida é do dia 3 de Outubro. Os termos do decreto, tal como você disse, amnístiam os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza cometidos desde 25 de Abril de 1974. Se lermos o preâmbulo e mesmo o restante contexto do decreto, apercebemo-nos claramente que ele cobre o processo de infracção disciplinar que pesa sobre o major Otelo.

Sobre o que acabo de dizer não tenho a mínima dúvida que esta amnistia se aplica ao caso concreto do major Otelo e que as autoridades encarregadas de fazer aplicar as leis do País devem desencadear com força obrigatória um processo se verificarem que os termos do Decreto-Lei n.º 758/76 se aplica ao caso do major Otelo o que, em consequência, conduziria a amnistiar a «infracção» cometida por Otelo Saraiva de Carvalho.

No entanto, repito-lhe que o major Otelo não pediu para usufruir da amnistia decretada. Falou dela com o intuito de lembrar que, uma vez mais, a sua detenção passava por cima de muita coisa...

«D.L.» — Não lhe parece que invocar a amnistia é, de certo modo, reconhecer uma infracção que Otelo Saraiva de Carvalho afirma não ter cometido?

MANUEL SALEMA — Não. No meu ponto de vista pessoal, é humanamente compreensível fazer apelo a um mecanismo que permita, na prática, retirar Otelo de Caxias. Se por intermédio de um mecanismo legal se consegue a libertação de um homem como Otelo, não vejo, quanto a mim, qualquer problema em utilizar um tal processo.

post scriptum

Picardias no MEIC

Quem ouvir as consecutivas e desconcertantes declarações do ministro Sottomayor Cardia não pode deixar de sentir calafrios. Tratar-se-á de um novo Pina Manique, versão 1976?

O que a voz desta criatura lança através dos ares, pela rádio e pela televisão, provoca em nós uma reacção esquisita, misto de sorriso amarelo de comisseração perante delírios ameaçadores e intempestivos, e ao mesmo tempo incompreensão e perplexidade. Mas afinal o que é que este quer?

Quando, por exemplo, lhe chamaram a atenção para o facto de estar a tornar-se «vedeta» das forças mais reacconárias da direita, as mesmas que exigem a cabeça do seu camarada Lopes Cardoso, Cardia, dá a entender que sim senhor, não lhe repugna fazer a vontade a essa gente, que é gente sensata... mas inopinadamente remata com não sei quê de pirraças ao PCP, e de acabar com os comunistas, e de já ter sido antifascista e comunista, etc... (seria avaria técnica?)

Quando Nero bramava que havia de acabar com todos os cristãos, era incapaz de compreender que ele acabaria primeiro, fatalidade tão irreversível como a queda do seu império.

Seja como for, é inadmissível que aquilo que se pode interpretar como a psicose anticomunista de um indivíduo fira gravemente a cultura e o ensino em Portugal, repondo o clima antidemocrático de antes do 25 de Abril, com o consequente caudal de arbitrariedades, violências, perseguições políticas, conducentes a novas formas de obscurantismo.

O povo paga tudo e pagará também este retrocesso. Mas em política os erros pagam-se caro, e só o tempo dirá quem vai recolher os dividendos da acção do senhor ministro, se os democratas e os socialistas, ou os inimigos do povo, da liberdade e da democracia. Para nós, esses inimigos renegados não são, até que Cardia nos prove o contrário, aqueles que tão jubilosamente tem saneado, mas sim os fascistas, os reacconários de todo o pelo a toda a cor...

Meio século de Salazar-Caetanismo já chega.

Eduardo Sampaio
— LISBOA

«Aposentados da CGD: a justiça que tarda»

A propósito das locais que o «Diário de Lisboa» tem publicado sobre os «Aposentados da CGD: a justiça que tarda» e, nomeadamente, sobre a última local do dia 21, na qual se dizia que 80 por cento dos aposentados a beneficiar, em número de 193, tem mais de 70 anos de idade, o que, por outras palavras, quer dizer ironicamente que se encontram já com o passaporte para a eternidade, cessando consequentemente o encargo que apresentavam no orçamento, aproveita-se para informar, com tristeza, que só na semana passada quatro desses funcionários reduziram o número de 193 para 189, por terem caído para sempre, como agora estão caindo, as folhas deste Outono que ora se apresenta ameaçador e borrascoso ora aparece cheio de sol e claridade.

Dada a inexplicável morosidade com que o malfadado assunto tem sido tratado, quantos ainda ficarão pelo caminho, ceifados pela morte, sem que venham a beneficiar da justa pretensão com que sonharam, levando para o além o amargor e o inconformismo da sua vida que sempre tem sido tão cruel, iníqua e mesquinha.

Lavadinho Mourato
— LOURES

O chicote, sempre o chicote!

Numa crónica do quotidiano assinada por Manuel Geraldo, sob o título «Invocar Mouzinho e o chicote dum chefe de posto do Zenza do Itombe», o «DL» publicou o diálogo travado entre duas senhoras, de forte índole colonialista, num barco do Largo de Camões. Dizia uma delas: «É verdade, Luisa! Se ele voltasse a este mundo e visse o descaramento desses pretos, em plena Lisboa, estou certa que não resistiria em fazê-los voltar ao lugar que lhes compete». E referia o vosso repórter: «A conversa continuou. Carregada de ameaças e de chicotadas verbais».

O chicote, sempre o chicote, essa blasfémia de decénios que o Fascismo nos legou, para solução e repressão de todas as justas reivindicações do povo português. Em que o reprimido é sempre o explorado e o algoz o explorador.

Mas como bem escreveria Manuel Geraldo, «os jovens cabo-verdianos continuavam alegremente debruçados das janelas do 1.º andar de um prédio da Horta Seca (...). Verticalmente sós, mas dignos. Numa dignidade que o PAIGC de Amílcar Cabral conquistara palmo a palmo, homem a homem. Numa Guiné a ferro e fogo. Lançando por terra os sonhos opressores de todas as senhoras Luisas e Marianas. De que Spínola não conseguiu ser um Mouzinho em reedição actualizada».

Porque, escrevemos nós, a Revolução é imparável. Aqui como na Guiné. Pesem embora as falácias de «galo» dos arautos do antigamente.

Maria Celeste Cardoso — LISBOA

GOVERNO DO PANAMÁ NA MIRA DE WASHINGTON

MÉXICO (IPS/«DL») — Nos últimos dias do mês passado, o Panamá foi cenário de graves incidentes. Tanto o Governo como os estudantes que saíram à rua para protestar contra o aumento dos preços, denunciaram, entretanto, que a dimensão que os distúrbios atingiram tiveram mão estranha a impulsioná-los. Concretamente, acusou-se os Estados Unidos de promoverem a violência nas ruas. A referida acusação, se bem que não dirigida de forma directa ao Governo norte-americano, inclui funcionários de organismos estatais dos EUA. Assim, fica intacta a subtiliza diplomática, sem que seja mudado o sentido exacto da denúncia.

O Governo panamenho disse que há um plano de desestabilização em marcha contra ele e a prova disso é que nos distúrbios de rua verificados, participaram, como incitadores, quatro agentes norte-americanos pertencentes ao serviço de «Inteligência» com base na zona do Canal. Também informou que nos últimos meses tem sido tentada a infiltração de agentes em diferentes sectores do Governo panamenho e que, durante o dia em que se registaram incidentes mais sérios nas ruas, a rádio da zona do Canal transmitiu informações alarmistas e falsas. De tudo isso se deu conta através da queixa diplomática ao embaixador dos Estados Unidos.

Assinalou-se igualmente a participação de grupos empresariais que têm contestado o regime presidido pelo general Omar Torrijos e foi revelado que estava em preparação uma «marcha das caçarolas» idêntica às que grupos direitistas organizaram no Chile contra o Governo de Salvador Allende, pouco antes do golpe de Pinochet.

Tudo o que foi dito pelo Governo do Panamá é característico daquilo a que Kissinger primeiro chamou de «acção desestabilizadora», para não dizer «intervenção com propósitos de derrubar um determinado governo».

Entretanto, assim como o regime panamenho não pode acusar de uma maneira directa o Governo dos Estados Unidos como inspirador dos acontecimentos, a Casa Branca também pode argumentar, por iguais razões, a sua não participação nos mesmos. Desta forma, está estabelecido um círculo vicioso que rodeia as operações encobertas. Isto faz com que muitas vezes a opinião pública do país afectada pela tal «acção desestabilizadora», duvide da efectividade do que as autoridades denunciavam. Porém, no caso presente, existem factores que concorrem para reforçar a denúncia das autoridades do Panamá. O diário norte-americano «New York Times», sempre muito bem informado sobre as opiniões do Departamento de Estado, publicou uma informação do seu correspondente no Panamá, Alan Riding, que também é correspondente no México, na qual este jornalista assinala que o general Omar Torrijos enfrenta «a crise mais séria desde que assumiu o Poder». Sem levar em conta as denúncias sobre a intervenção de agentes norte-americanos nos distúrbios do mês passado, o correspondente do «New York Times» diz que Torrijos «perdeu o apoio popular» e que o seu único apoio é a Guarda Nacional, formada por 10.000 homens, mas que «nem por isso a sua assegurada supremacia está assegurada, pois existem rumores sobre uma luta pelo Poder entre os altos comandos militares». Como consequência da «falta de apoio popular» e das «lutas pelo Poder» a que se refere, o correspondente do jornal norte-americano conclui que isso poderia influir nas negociações que se realizam com Washington em torno de um novo tratado sobre a zona do Canal. Logo, recorrendo a supostas opiniões de diplomatas estrangeiros não identificados — como é um hábito já gasto — o autor da notícia afirma que as ditas personalidades

estimam que uma maior erosão no prestígio de Torrijos poderia causar-lhe dificuldades para firmar e impor aos países um projecto de tratado «que contenha importantes concessões aos Estados Unidos». Sempre atribuindo as declarações a diplomatas-fantasma, conclui com insinuações destes, nas quais afirmam que, se Torrijos não conseguir a ratificação do tratado e um período de tranquilidade, «Washington poderia pensar que ele não é o melhor homem com quem negociar».

Por tudo isso, é evidente que o general Omar Torrijos, na sua posição de exigência de que a zona do Canal seja devolvida ao Panamá para que o seu país exerça plena soberania sobre todo o território, converteu-se numa personagem demasiado incómoda para os Estados Unidos. O chefe do Governo panamenho é suficientemente nacionalista para que os interesses em jogo no Canal do Panamá considerem que chegou o momento de fazê-lo desaparecer da cena política, sobretudo porque as suas posições proporcionaram-lhe o apoio do Terceiro Mundo, maioritário no seio das Nações Unidas. E isso pode ter muitas e perigosas implicações para as posições mantidas pelos Estados Unidos diante do problema do canal.

O conteúdo da notícia acima citada é muito claro. Ao Departamento de Estado norte-americano não interessa o apoio popular que os governos possam ter, desde que esses governos sustentem posições favoráveis aos seus interesses. O melhor exemplo é constituído pelas ditaduras impostas no Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e Bolívia e as sustentadas no Paraguai, Haiti, Nicarágua e República Dominicana. Igualmente não traz inquietação o apoio que o general Omar Torrijos possa ter ou não. O que preocupa o Departamento de Estado é achar uma maneira para que o Governo panamenho aceite firmar um tratado que não cause grandes mudanças

FRIDA MODAK

e continue a favorecer os Estados Unidos.

Os acontecimentos que se estão a registar no Panamá têm as mesmas características de outros que foram funestos para os povos latino-americanos. A alternativa de Torrijos é simples e, ao mesmo tempo, difícil: ou aceita os termos impostos pelos Estados Unidos ou deve Preparar-se Para as «acções desestabilizadoras» que serão intensificadas contra o seu Governo e o seu país.

Tudo isso volta a abrir uma interrogação acerca da validade dos princípios básicos da convivência internacional.

Notícias como a do tipo que Alan Riding transmitiu e foi aproveitada pelo «New York Times» correm vários riscos. O maior deles é de ser desmentida, pouco depois, pela prática.

E isso, efectivamente, aconteceu neste caso.

No passado dia 11, a «falta de apoio popular» de Torrijos ficou demonstrada na capital do Panamá, quando mais de 100.000 pessoas, a poucos metros da zona do Canal, celebraram o oitavo aniversário da revolução. Uma hora antes do início das cerimónias não cabia mais ninguém no local. Organizações estudantis, operárias, camponesas e de intelectuais estiveram presentes em massa, cobrindo a praça 5 de Maio com cartazes, painéis e estandartes nos quais predominavam motivos e palavras de ordem anti-imperialistas e eram recordadas recentes declarações do presidente referentes à luta pela recuperação do Canal de Panamá.

Depois de falar sobre muitos assuntos, Torrijos chegou ao ponto crucial e disse que o seu Governo não poderia ser incoerente com o povo, no que diz respeito à luta pela soberania do país «porque o imperialismo jamais poderá estrangular os desejos de independência deste mesmo povo».

...MAS TEM QUE SE FAZER ALGUMA COISA!

VITOR BENTO

oportunidade de justificar a política adoptada enquanto parceiros de Caetano e (quem sabe?) iniciarem a recuperação... Mas, adiante!

No campo oposto, não concordando, portanto, com a desvalorização, manifestaram-se economistas europeus, nomeadamente os ingleses Richard Goodwin e Start Holland, argumentando a partir da constatação da crise (estrutural) da economia ocidental e concluindo pela necessidade de encerrar a situação da economia portuguesa, não em termos mecanicistas, mas à luz das transformações, já iniciadas ou em vias de se iniciarem, que lhe darão outra estrutura.

Curiosamente apareceram a defender este ponto de vista (a não desvalorização, entendase), uns mais, outros menos, homens da zona do CDS, PPD, CIP, etc., contrariando,

A Conferência sobre a Economia Portuguesa há dias realizada e que mereceu já diversos comentários, registou vários motivos de interesse.

Assim, se não trouxe os remédios para a crise da economia portuguesa, como talvez alguns ingénuos (?) desejariam, proporcionou não só a discussão de pontos controversos da política económica portuguesa (tipo de investimentos em curso, organização e actualização do sistema bancário,...), como ainda o estabelecimento de um certo confronto entre os economistas americanos e os europeus, particularmente à volta do tipo das soluções propostas. Passando em revista as várias sessões da Conferência é de referir o interesse manifestado à volta da questão da desvalorização, tema abordado, directa ou indirectamente, por grande parte dos intervenientes. De referir também, porque intimamente ligado àquele tema, que o tratamento académico (clássico) que os doutorandos do MIT adopta-

ram para abordar a economia portuguesa apenas os levou a concluir que não podem tirar conclusões.

O interesse à volta da desvalorização levou a que se definisse uma nítida confrontação (indirecta) entre os que defendem a desvalorização como medida fundamental para a recuperação da nossa economia e os que a entendem não apenas como inoperante, mas até como geradora de maiores desequilíbrios.

Apologistas acérrimos da desvalorização, como bons defensores do liberalismo económico, os economistas americanos do MIT não apresentaram, no entanto, os argumentos que permitissem concluir pelos efeitos favoráveis dessa medida sobre os mecanismos da economia nacional. De facto, o que se pode depreender das exposições feitas e dos subsequentes debates (curtos), é que as vantagens eventualmente resultantes de uma forte desvalorização do escudo seriam pouco (ou nada), se com-

paradas com os inconvenientes (certos) que arrastaria. Tanto assim é que a análise dos efeitos sobre a balança de pagamentos de uma desvalorização de 30 por cento, conforme o preconizado pela equipa do MIT, levou um economista como Bela Balassa, apóstolo do mercado livre, a afirmar que, embora reconhecendo a correcção da medida sob o ponto de vista teórico (clássico), não lhe parecia valer a pena correr o risco de desvalorizar 30 por cento para conseguir um eventual aumento de exportações de apenas 3 milhões de contos, quando, em contrapartida, veria o valor das importações aumentar pelo menos 6 por cento e, concomitantemente, diminuir o poder de compra dos trabalhadores.

Saliente-se, e retenha-se, a propósito, que dos intervenientes portugueses apenas os «marcelistas» (Costa André, Xavier Pintado,...) defenderam posições idênticas às dos economistas americanos, certamente para aproveitarem a

AOS Ex.ºs COMERCIANTES, INDUSTRIAIS E PARTICULARES
MAQUINAS E UTENSÍLIOS PARA INDÚSTRIA
HOTELARIA E SUPERMERCADOS
MOBILIÁRIO E MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO
ESTÚDIOS DE TIPOGRAFIA c/ MAQ. OFSET; ESTÚDIO DE
RADIO c/ TODA A APARELHAGEM; GR. QUANTIDADE DE
ESTANTERIA EM METAL E MADEIRA P.º ARMAZÉM; MAQS.
SINGER P.º CONFECCOES; GR. LOTE DE CARPETES DE
ALCATIFA, ETC., ETC.

LEILÃO

Por motivo de entrega ao Ex.º Senhorio da enorme armazém de importante organização comercial, será vendida pela maior oferta toda a existência

AMANHÃ, AS 15 HORAS

AVENIDA DE ROMA, 106, A e B

PARA IND.º HOTELEIRA E SUPERMERCADOS: gr. ilha congeladora e 1 armário frigorífico p.º laticínios (não estreados) c/ 3 m cada, ARNEC; máq. registadora NATIONAL, cortadoras de carne RHEMINGHAUS e BIZERBA; forno eléctrico c/ 3 câmaras TRIPLEX; serra eléctrica p.º peixe ou carne; máq. de lavar loiça; máq. de lavar pratos FRINOX; máq. de assar frangos eléctrica; fogões eléctrico e a gás; máq. de venda de cigarros WURLITZER; máq. de café LA CIMBALI de 3 grupos e outra electrónica; muita estanteria metálica, baldões, armações, carrinhos para supermercado; mesas, cadeiras, bancadas, máquina de lavar roupa, grande balcão expositor envidraçado, balanças decimais e outras e muitas peças impossíveis de descriminação desta e das outras secções do título deste anúncio, e que estarão em

EXPOSIÇÃO AMANHÃ DAS 10 AS 13 HORAS



PUB SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

Sede: Avenida 5 de Outubro, 87-1.º — Telef. 22724
SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 33.º dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal a reunir em Sessão Extraordinária, nas instalações do INATEL, no dia 5 de Novembro de 1976, pelas 21.30 horas, com a seguinte

ORDEN DE TRABALHOS

- 1 — Apreciar o pedido de demissão de parte dos corpos gerentes do nosso Sindicato.
- 2 — Encontrar soluções para a hipótese de serem aceites os pedidos de demissão.

Nos termos do disposto no Art.º 35.º dos Estatutos, a Sessão terá início à hora marcada com qualquer número de sócios presente.

Setúbal, 22 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Atílio Vasco do Pinho Batista

ATENÇÃO
RESERVE ANTES QUE SE ESGOTEM
OS MORANGUEIROS REMONTANTES
 Lote de 10 plantas 200\$00
 Lote de 5 plantas 120\$00
 ADUBO ESPECIAL 30\$00
 Pedidos ao Apartado 4087 LISBOA

Geral

Tem que se fazer alguma coisa...

Continuação da pág. 3

portanto, neste ponto as posições dos que, como eles, defendem o liberalismo económico.

Procurando interpretar este confronto de posições, que a inexplicável eliminação do debate na sessão final não permitiu que fosse directo, poder-se-á dizer que os americanos do MIT não souberam (não quiseram?) ultrapassar as limitações inerentes ao academismo dos instrumentos de análise utilizados. Não quer isto dizer que se ponha em dúvida a utilidade da análise efectuada. Simplesmente haveria que completá-la, procurando visualizá-la integrada num todo, mais vasto por um lado (situação da economia portuguesa face ao sistema de ligações em que está inserida), mais profundo por outro (transformações estruturais em curso, de acordo com o inscrito na Constituição). Por outras palavras, parece terem interpretado a letra as respostas (clássicas) que um modelo segundo eles próprios insuficientemente adaptado lhes forneceu, sem terem em devida conta os efeitos que essas «soluções», neste caso a desvalorização de 30 por cento, teriam no conjunto da economia portuguesa.

Já atrás se disse que essa desvalorização teria efeitos irrisórios sobre o aumento das exportações (cerca de 3 milhões de contos), o que, acrescido à perda de poder de compra resultante do aumento de preço das importações, não se vê como poderia contribuir para a recuperação, em termos estáveis, da competitividade nos mercados externos, já que esta terá de ser conseguida fundamental e forçosamente a partir de ganhos na produtividade global e estes só se alcançarão se todos os trabalhadores para isso estiverem motivados e mobilizados. Significa isto que, mesmo admitindo a desvalorização de 30 por cen-

to, isso só proporcionaria uma recuperação temporária das exportações, pois a conquista de mercados externos, objectivo que nesse domínio deve orientar as medidas a aplicar, essa só se conseguirá com aumento da eficácia da globalidade do sistema produtivo nacional e este exige, não tenhamos dúvidas, que as classes trabalhadoras sejam mobilizadas e não hostilizadas.

A experiência recente de alguns países da Europa serviu como exemplo a ser tido em conta no que respeita aos malefícios e raterias da desvalorização — Richard Goodwin e Stuart Holland, mais este, fizeram questão de salientar que a actual situação da economia inglesa se deve, em grande parte, à política de desvalorizações consecutivas que tem vindo a ser praticada. Ainda a título de exemplo foi referido que, de há dois anos para cá, a libra sofreu uma desvalorização de cerca de 60 por cento em relação ao marco, sempre no intuito de abrir o mercado alemão às exportações inglesas — paradoxalmente está a verificar-se o inverso, isto é, maior penetração alemã nos mercados ingleses e perda de posição inglesa nos mercados alemães. Não querera isto dizer que a desvalorização não é de facto a panaceia universal para dinamizar as exportações?

Este tipo de raciocínio poderá levar a objectar que os economistas europeus defendem a não desvalorização apenas por uma questão de experiência vivida. No entanto, basta ter em conta as análises que serviram de base às posições assumidas para notar que existem diferenças fundamentais.

Os economistas do MIT, numa visão tecnocrática, avançaram soluções que, pretendendo ser globais, são, na realidade, parcelares, pois não fazem intervir (por as desconhecerem?) as variáveis de na-

tureza sócio-política, por um lado, nem parece darem importância aos resultados (desastrosos) obtidos com soluções do mesmo tipo em países quer europeus, quer da América do Sul (inflação de 30 por cento no Brasil e de 450 por cento no Chile!!!), por outro. Perante isto não parece descabido pensar que facilmente façam aparecer a imagem do «senhor rico» que conchecendo uns pobres com moléstias algo parecidas às que em tempos enfrentou, lhes dê a receita que utilizou, esquecendo-se, por completo, da característica fundamental do pobre — o ser pobre.

Que fique bem claro que não se duvida da correcção das análises feitas, tão-pouco da honestidade que ditou as soluções propostas. Crítica-se, sim, o âmbito restrito das primeiras, põe-se em dúvida a pretensa universalidade das segundas.

Uma solução que dê bons resultados quando aplicada na economia dos U. S. A., não é crível que os proporcione se aplicada à economia portuguesa. Certamente que uma desvalorização de 30 por cento do dólar teria efeitos tremendamente dinamizadores das exportações americanas, pois as variações das grandezas económicas prevaleceriam, sem dúvida, sobre as restantes, mas é muito provável que no caso português fossem as variáveis sócio-políticas a prevalecer. O modelo na sua insuficiência intrínseca, a que se deve acrescentar a resultante da incompleta adaptação, não podia tratar esses dados; daí as soluções não adaptadas à realidade global.

Uma sociedade que se pretende em transição para o SOCIALISMO (palavra que as raras vezes ouvida nesta conferência foi pronunciada por estrangeiros?) não pode aceitar que as soluções a aplicar para ultrapassar as dificuldades económicas (reais, graves) esqueçam, façam tábua rasa, dos princípios fundamentais expressos na Constituição. Portugal atravessa uma situação difícil — 450.000 desempregados, balança de pagamentos altamente deficitária, exportações baseadas em produtos dos sectores tradicionais, importações constituídas, em grande parte, de produtos essenciais (alimentos, equipamentos, matérias-primas,...), investimentos extremamente escassos, estrutura do sistema produtivo (primário, secundário, terciário) altamente insuficiente, em particular nos aspectos financeiro e organizacional — mas, atenção, não se pretenda transformar a gravidade da situação em catástrofe! Veja-se o que sucede hoje um pouco por toda a Europa Ocidental, atente-se no que se passa em Itália e na Inglaterra e compare-se, então, a dimensão e característica da crise. Esta a linha da intervenção de Stuart Holland que, criticando o tipo de abordagem baseado no trabalho dos doutorandos do MIT, acabaria por se pronunciar frontalmente contra as medidas preconizadas, particularmente contra a desvalori-

zação.

No seu entender os Portugueses só ultrapassarão a presente crise se não se deixarem arrastar pela tentação fácil de aplicar as soluções clássicas e se empenharem, pelo contrário, numa via de transformação das estruturas, exigindo certamente grandes sacrifícios, mas sem dúvida a única com potencialidades para proporcionar às classes trabalhadoras uma cada vez maior e mais activa intervenção na vida do País.

Porque são precisos sacrifícios, haverá que saber reparti-los por forma a que os mais desfavorecidos sejam os menos penalizados.

Terá que se procurar diminuir o desemprego, mas os 450.000 desempregados não deixam ilusões quanto à possibilidade de o eliminar. Será preciso exportar mais, mas as características das nossas exportações não nos dão grandes hipóteses de melhoria a curto prazo. Ter-se-á de importar menos, mas haverá que acautelar os bens de equipamento e as matérias-primas. Ter-se-á de melhorar a produtividade global, mas os efeitos e insuficiências estruturais das empresas não permitirão, a curto prazo, os ganhos elevados de que precisamos...

Defrontamo-nos, pois, com um problema deveras complicado — procurar absorver grandes massas de desempregados e, ao mesmo tempo, querer melhorar a eficácia global do sistema produtivo para nos ser possível conquistar posição mais favorável nos mercados externos e diminuir o fluxo das importações, sabendo que isso passa pela reestruturação e/ou reorganização de sectores inteiros da nossa economia e tendo presente ainda e escassez de capital e a situação de recessão generalizada do sistema económico em que estamos inseridos, é, tem de reconhecer-se, não apenas um quebra-cabeças (teórico) para os economistas, mas ainda, e sobretudo, um tremendo desafio a todos os que estão interessados em fazer avançar a nossa sociedade pelos trilhos marcados na Constituição. Projecto colectivo sem dúvida, cujo avanço exige a mobilização das classes trabalhadoras.

Terá sido certamente este conjunto de factores que levou um dos doutorandos do MIT (Krugman), referindo a adopção da desvalorização de 30 por cento e reconhecendo que, na realidade, era uma medida no mínimo inoperante, a manifestar o seu desalento e a desabafar «...mas, ..., tem que se fazer alguma coisa!». Desabafa que pode interpretar-se como reconhecimento pela impotência das soluções propostas em resolver os problemas, mas que é digno de nota e atenta reflexão.

De facto não é tempo para lamúrias sobre os erros passados. É tempo para que se afirme, de vez, a vontade política de resolver os problemas, sob pena de, abulicamente, se deixarem perder todas as oportunidades nascidas com a «Revolução dos Capitães».

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 5.ª VARA ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da 2.ª e última publicação deste anúncio citando os réus para no prazo de vinte dias, findo o prazo dos éditos, contestarem querendo a acção, na qual o Autor pede, nos termos do art.º 1848.º do Código Civil, que o menor Nuno Hélder Brito Nogueira seja declarado filho ilegítimo do Réu.

Acção Ordinária n.º 1619, 1.ª Secção. Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO. Réu: ROGERIO DOS SANTOS PEREIRA, casado, desenhador, que teve a última morada conhecida na R. Gil Vicente, 31, 2.º Esq.º, Queijas, comarca de Oeiras.

Lisboa, 1 de Outubro de 1976.

O Corregedor-Presidente — António Arlindo Payan Teixeira Martins.

O Ajudante de Escrivão de Direito — Eduardo Azevedo.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 5.ª VARA ANÚNCIO

No dia 11 de Novembro deste ano, às 11 horas, à porta desta Vara Cível, sita no 8.º piso do Palácio da Justiça de Lisboa, na execução por custas que o Ministério Público move contra: Maria Amélia Paiva Miguéis, Pedro Nuno Paiva Miguéis e Paula Maria Paiva Miguéis, não de ser postos em praça para se arrematarem ao maior lance oferecido, acima do valor indicado no processo, o direito e acção da 1.ª executada à sua meação, e o direito e acção dos restantes executados, à herança aberta por falecimento de Nuno Álvaro de Matos Miguéis, que foi cônjuge e pai, respectivamente, da primeira e dos restantes executados.

Lisboa, 11 de Outubro de 1976.

O Corregedor-Presidente — António Arlindo Payan Teixeira Martins.

O Ajudante de Escrivão — Martinho Delca.

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
 PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções

Av. XXI, 5 D — Rua Infante 16, 55 C — LISBOA

CusCus ESPECIALIDADE ÁRABE

JANTE TODOS OS DIAS A PARTIR DAS 20 E 30 NO
BONAPARTE — Rua de S. Miguel, 70 — ALFAMA
 Telef. 872761

GENEBRA: RODÉSIA OU ZIMBABWÉ?

Tudo a postos
para a Conferência

Cinco dias de prénegociações demonstraram já largamente que a viagem de Kissinger pela África Austral não modificou em nada as posições dos chefes nacionalistas rodésianos. Estas posições (segundo «telex» da France Press datado de hoje) continuam fundamentalmente opostas às do primeiro-ministro da Rodésia, Ian Smith. Para o político rodésiano branco interessa defender «o plano global Kissinger». Para os britânicos, esse plano não é mais do que uma base

de discussão. Amanhã, na Sala do Conselho do Palácio das Nações de Genebra, começa a conferência. Quem levará a melhor? — esta a interrogação de todos os observadores políticos. Não esquecer que além das negociações presididas por Ian Mugabe, Nkomo, Muzorewa e Sithole, estão presentes ao desenrolar dos trabalhos representantes (até podem ser os próprios presidentes) dos países da «linha da frente»: Tanzânia, Zâmbia, Botswana, Angola e Moçambique.

Nacionalistas: quem é quem

Cada um dos quatro dirigentes nacionalistas negros presentes em Genebra para as negociações com o primeiro-ministro Ian Smith possui uma personalidade característica, enquadrada no turbulento mundo político africano, em mutação acelerada nos últimos anos. Questões tribais, ligadas a factores ideológicos e ambições pessoais, determinaram o aparecimento de diversos agrupamentos nacionalistas rodésianos, tendo à sua frente estes quatro dirigentes. A multiplicidade dos agrupamentos nacionalistas constitui, por seu lado, e até certo ponto, um factor de confusão para os que procuram compreender a actual situação na Rodésia.

Seguem-se breves biografias dos quatro nacionalistas presentes em Genebra a fim de participarem na conferência sobre a situação racial existente na Rodésia.

ROBERT GABRIEL

MUGABE — 51 anos. É o único de quatro irmãos que não enveredou pela vida religiosa, embora em 1952, no seu primeiro emprego, tenha leccionado numa escola católica.

Os anos que passou na prisão transformaram-no num autodidacta.

Mugabe representa o movimento guerrilheiro mais militante de todos da Rodésia — o Exército de Libertação do Zimbabwé (Z.L.P.A.).

Recentemente aliou-se com Joshua Nkomo para a constituição de uma aliança denominada «Frente Patriótica». Esta vanguarda integra a União Nacional Africana do Zimbabwé (Z.A.N.U.) e a organização de Nkomo, denominada União Africana do Povo do Zimbabwé (Z.A.P.U.).

JOSHUA NKOMO — 59 anos. Considerado o «avô dos políticos africanos» na Rodésia, em quem apostam a Grã-Bretanha, os Estados Uni-

dos e a União Soviética para dirigente número 1 do Zimbabwé.

Em tempos criador de gado e dirigente sindical, é também pregador da Igreja Metodista Unida.

Conhece o interior das prisões do regime branco de Ian Smith.

Membro fundador da Z.A.P.U., intitula-se também presidente do Conselho Nacional Africano (C.N.A.), criado há quatro anos na Rodésia quando Smith proibiu certas actividades político-partidárias.

Apesar da proibição da Z.A.P.U., considera-se que Nkomo dirige a mais bem organizada máquina política que funciona em território rodésiano.

ABEL MUZOREWA

51 anos. Bispo. Educado nos Estados Unidos, nunca foi distinguido com uma estadia nas prisões de Smith.

Afirmou há certo tempo que não era «capaz de matar uma galinha», embora defenda presentemente o incremento da actividade armada dos guerrilheiros nacionalistas.

Dirigiu a Igreja Metodista Unida da Rodésia, mas parece agora mais empenhado em «problemas terrenos» do que espirituais.

Como compete a um bispo, não possui qualquer exército, mas desafia Nkomo e intitula-se dirigente da ala externa do C.N.A.

NDABANINGI SITHOLE

56 anos. É o único entre os quatro «leaders» nacionalistas a ter sido condenado por incitamento ao assassinio de Smith e de dois ministros brancos, apesar de se ter declarado inocente.

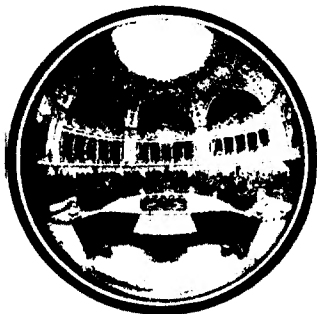
Leccionou, pregou, escreveu e pediu tolerância política e religiosa antes de uma década de prisão o ter transformado e afastado do contacto com os restantes nacionalistas.

Sithole fundou em 1964 a Z.A.N.U., depois de se afastar de Nkomo um ano antes, porque sentiu nessa altura que o seu velho amigo «amolecera» politicamente.

Quase de seguida a Z.A.N.U. foi ilegalizada e Sithole passou os dez anos seguintes na cadeia.

Quando saiu, integrou o seu movimento no C.N.A., em conjunto com Abel Muzorewa, sendo considerado o lugar-tenente deste.

Intitula-se ainda presidente da Z.A.N.U., apesar do desafio de Mugabe. Todavia, a sua facção desagregou-se progressivamente — e hoje Sithole surge como uma figura solitária, sem organização, tendo de reconhecer-se, em certa medida, que Mugabe é «o dirigente do futuro».



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nem com provérbios...

Regressado ontem, após semanas de ausência, Galvão de Melo cometeu logo uma proeza: estar sentado, praticamente todo o período de antes da ordem do dia, sem mexer os lábios, falar ou tirar as mãos dos bolsos. Apenas em dois momentos a sua fisionomia se alterou.

Primeiro, o sorriso irónico, quando Acácio Barreiros se referiu à prisão de Otel e recordou que «quase todos os 'pides' se encontram em liberdade, os bombistas começam a ser soltos, as forças reaccionárias conspiram quase às claras nos quartéis, um tribunal militar ri-se da Constituição e manda em liberdade um assassino 'pide'», ou comparou processos: «para os oficiais reunidos na Malveira, a liberdade e o silêncio cumplice. Para Otel as alge-mas...»

Depois o cenho franzido, incomodado, quando José Luís Nunes (P.S.) denunciou

a «infame provocação» de um tal Henrique Cerqueira que protegido por forças reaccionárias e jornais (como «O Dia» e «O Século») procura caluniar antifascistas e democratas portugueses, e envolvê-los no assassinato de Humberto Delgado. Aliás boa parte da bancada do C. D. S. pouca ou nenhuma atenção prestou à denúncia do deputado socialista. No final toda a assembleia aplaudiu (C. D. S.'s um pouco por obrigação) as palavras de José Luís Nunes. Galvão de Melo não se perturbou. As mãos continuaram nos bolsos.

Ainda antes da ordem do dia, Zita Seabra (P. C. P.) referiu-se à política do M. E. I. C. e, particularmente, a três questões: situação do ensino unificado, a gestão democrática e os «numerus clausus».

Quanto ao primeiro tema, a deputada comunista sublinhou que o ensino unificado constituiu «uma das mais vi-

vas reivindicações das forças progressistas no campo da democratização do ensino» e referiu como exemplos da sua ameaça de liquidação pelo M. E. I. C., a substituição das Ciências Sociais pela disciplina de História e a eliminação da Educação Cívica e Politécnica, que visava a «união do trabalho manual com o intelectual».

Sobre a gestão democrática, Zita Seabra perguntou porque não foram ouvidas, para a nova legislação, as estruturas representativas e eleitas de professores e estudantes (conselhos directivos, associações sindicais, etc.). Sobre os «numerus clausus», aquela deputada do P. C. P. lembrou que, por tal decisão, «este ano, milhares de jovens encontraram-se fechadas as portas da Universidade» e que «nenhuma alternativa lhes é apontada pelo Ministério». Finalmente, e depois de citar a Constituição e referir as

E. A.

NOVIDADE NA MACHADO DE CASTRO

Da Pide/D.G.S. (informador)
à docência (como reintegrado)

A Escola Machado de Castro conta com mais um professor: Luís Manuel Freitas da Silva Marques, director da Escola Preparatória Pedro de Santarém até ao 25 de Abril. E informador da «Pide» também, como consta de um documento que a seguir transcrevemos.

No entanto, por decisão da Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação, foi reintegrado na Escola Industrial Machado de Castro. Para o efeito foi necessário que saísse da escola uma professora a quem já tinha sido distribuído um horário.

Em 14 de Março de 1973, o dr. Silva Marques detecta na escola que dirigia um abaixo assinado dos Grupos de Estudo (conjuntamente com a revista «O Professor», embrião do actual Sindicato dos Professores). Como resposta, o director Silva Marques escreve à «Pide». Aqui fica o documento: Ex.º Senhor Director-Geral de Segurança: Os meus respeitosos cumprimentos.

Hoje detectei na escola que dirijo o «documento» incrivei (v.s.f.f. nº 10), de que tirei fotocópia que envio, com as assinaturas recolhidas. Como vai contra tudo o que está determinado superiormente, e corria na escola sem meu prévio conhecimento e autorização considero este «documento» atentatório da legislação vigente para o Funcionalismo Público. Todo o corpo docente está avisado por mim de que tal procedimento é ilegal — e de há muito. O assunto, já o pus em reuniões do Conselho Escolar.

Na sala do corpo docente está um aviso lembrando o assunto. Acho o pasquim vexatório para o Governo e para o MEN, e também para mim, na medida em que, nesta casa, represento o Estado e me identifico com a sua linha de

acção. Tenho presentes as palavras do ministro do Interior há dias proferidas.

«Este papel de recolha de assinaturas é uma «bomba de plástico». A nossa juventude não pode estar entregue a docentes com uma formação contestável, mal educada e atentatória da lei que os rege. Enviei uma fotocópia ao dr. Fernando Manuel Teixeira de Matos, director-geral do Ensino Básico. Manifestei-lhe a minha repulsa. Respeitosos cumprimentos».

A Escola Machado de Castro conta com um novo professor. Que dirão os colegas? Que dirão os alunos?

Recorde-se que quando foi saneado, o dr. Silva Marques recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo que confirmou o saneamento por ser informador da «Pide».

ISCSP: INÍCIO DAS AULAS

No Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas começa hoje as aulas para o segundo ano do bacharelato de Economia; e, amanhã, para o primeiro.

Entretanto, numa assembleia de escola, realizada no passado dia 20, estudantes e docentes aprovaram duas propostas que fundamentalmente repudiavam a política educacional seguida por Sottomayor Cardia e as medidas decretadas pelo MEIC em relação ao Ensino Superior. Aqui sobressaem dois decretos e uma portaria: os decretos sobre a gestão democrática e a «degradação pedagógica» e a recente portaria sobre os cursos homologados por despacho simples. Quanto aos dois primeiros decretos — pronunciava-se a proposta da Escola — servem para reintegrar «doutorandos, quase todos saneados das escolas após o 25

de Abril» e permite ainda «a nomeação de comissões de reestruturação, à margem das estruturas democráticas eleitas nas escolas, passando pelo despedimento camuflado de grande massa de docentes que assegura o funcionamento das escolas».

A actuação do MEIC merece também graves reparos da Assembleia do ISCSP. Centrando as críticas no ministro: «O que o dr. Cardia não quer reconhecer é que, perante a situação do ensino em 1974, forma as escolas, perante as contradições do poder político, que revelaram uma dinâmica que lhes permitiu consolidar formas democráticas de gestão, e renovar, nalguns casos, como por exemplo o ISCSP, inteiramente os currículos; o que o dr. Cardia não quer reconhecer, é que, para além dos eventuais oportunismos, o balanço da gestão democrática é inequivocamente positivo, e que muitas das suas limitações resultaram das obstruções que inúmeras vezes lhe foram postas pelo MEIC; o que o dr. Cardia não quer é cumprir a Constituição, quando recusa o diálogo, quando não põe à consulta dos interessados o projecto de decreto-lei sobre gestão democrática».

Perante esta situação, deci-

diu a assembleia da escola apoiar «as tomadas de posição do Encontro Nacional de Conselhos Directivos e Associações de Estudantes do Ensino Superior; recusar a legislação do MEIC feita sem consulta prévia às escolas (...); reafirmar a firme disposição de lutar por um funcionamento correcto e democrático da escola».

FAUSTO CRUZ JULGADO AMANHÃ

Fausto Cruz, o estudante de Coimbra que fora preso aquando de um comício do CDS por porte de arma branca, vai ser julgado amanhã num tribunal militar de Lisboa. Em manifestação de solidariedade os estudantes decidiram, em assembleia magna da Academia de Coimbra, paralisar a Universidade. Depois, por falta de «quorum» (já que as pessoas foram abandonando a sala) não se chegou a entrar na discussão da ordem de trabalhos. Foi, contudo aprovada, no início do plenário, uma moção exigindo «a libertação imediata de Otel Saraiva de Carvalho». Moção de idêntico teor foi aprovada em relação a Rui Gomes estudante preso em Caxias.

Oito membros do Governo no Porto

PORTO, 27 — Encontra-se desde hoje nesta cidade uma equipa governamental formada pelos ministros do Plano e Coordenação Económica, Finanças, Indústria e Tecnologia, e pelos secretários de Estado da Coordenação Económica, Finanças, Tesouro, Indústria Ligeira e Comércio Externo.

Estes oito membros do Governo permanecerão no Porto durante dois dias, tempo bastante para terem reuniões com

os governadores civis dos distritos do Norte, que para o efeito se deslocarão a esta cidade. Reunirão ainda com os conselhos de gestão da Banca, os industriais do Norte e representantes de empresas em crise, a fim de se inteirarem dos problemas específicos dos sectores implicados. Objectivo: encontrar possíveis soluções para fomento da produção e das exportações.

Dr. José Amaro
de Almeida

Um grupo de Amigos e Colaboradores do Instituto de Hidrologia de Lisboa, participa que será rezada missa pelo eterno descanso do seu grande Amigo, Dr. José Amaro de Almeida, pelas 11 horas do dia 28 de Outubro corrente, na Igreja de S. Domingos, em Lisboa, seguindo-se uma romagem à sua campa no cemitério de Benfica.

Nacional

NOTAS OFICIOSAS

Professores não colocados

Dos serviços de Imprensa do Ministério da Educação e Investigação Científica recebemos a seguinte nota oficial:

«1. O Ministério da Educação e Investigação Científica verifica que, em certos meios, tem sido dada má interpretação ao disposto no Artigo 16 do Decreto-Lei número 672/76, relativo aos docentes sem habilitações próprias colocados no Ensino Preparatório ou secundário no ano lectivo de 75/76 e ainda não relocalizados no presente ano lectivo.

«Esclarece-se que a sua situação, bem como as funções que exercerão caso não sejam colocados na docência, será definida por portaria.

«Contudo, a elaboração de diploma legal pressupõe o conhecimento de dados numéricos que permitam o dimensionamento do problema e a deteção de irregularidades cometidas nas colocações efectuadas no ano lectivo anterior.

«Até publicação da portaria referida, este pessoal continuará a pertencer aos estabelecimentos de ensino onde leccionou no último ano lectivo, tendo direito às respectivas remunerações desde um de Outubro de 1976 (número 1 do Artigo 16 do Decreto-Lei número 672/76).

«Para apoio à obtenção de habilitações académicas próprias, estuda este Ministério várias hipóteses, nomeadamente a possibilidade de eventualmentes docentes abrangidos usufruírem nas universidades de estatuto semelhante ao concedido aos alunos militares. Tal medida, se vier a ser efectuada, não dispensará do exercício de outras funções não docentes que o M.E.I.C. entretanto lhes venha a atribuir.

«2. O Ministério da Educação e Investigação Científica acompanha atentamente a situação dos professores agregados do Ensino Primário que já ministraram e, ainda não foram colocados, mas também este problema só poderá ser resolvido quando se dispuser do número de agregados por colocar após o preenchimento de todos os lugares e de uma informação global das irregularidades cometidas nas colocações realizadas no ano lectivo transacto.»

EXAMES DE BIO-ESTATÍSTICA

Recebemos também do M.E.I.C. a seguinte nota oficial:

«Apesar da posição assumida pelo Governo, através da nota oficial do M.E.I.C. emitida em 9 do corrente, e de, num curso de cerca de 900 alunos, mais de 700 se terem inscrito voluntariamente, do que o M.E.I.C. possui prova documental, um grupo manteve a atitude de boicote ao exame final da disciplina de Bio-Estatística do tronco comum (1.º ano) da Faculdade de Medicina do Porto, não permitindo a realização nem da 1.ª chamada, em 16 do corrente, nem da 2.ª marcada para hoje.

«Tendo em conta aquela actuação e as consequências que dela resultaram para o funcionamento da Faculdade de Medicina do Porto, o M.E.I.C. decide:

«1. Para os estudantes que não realizaram as provas finais da disciplina de Bio-Estatística, cessa a continuidade dos estudos dos cursos médicos,

para médicos e afins que eram garantidos, a nível do 2.º ano, aos alunos do «tronco comum» (1.º ano) de 1975/76, pelo despacho n.º 78/76, de 20 de Julho, da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.

«2. Atendendo, no entanto, à necessidade de salvaguardar os direitos dos estudantes que se prepararam para o exame final e foram impedidos de o efectuar, o M.E.I.C. concede aos interessados uma última oportunidade de prosseguirem normalmente os seus estudos.

«3. Assim, os estudantes que desejarem realizar a prova final da disciplina de Bio-Estatística deverão inscrever-se no governo civil do Porto, até ao dia 28 de Outubro inclusive garantindo que o exame se efectuará em data e local a anunciar oportunamente.

«4. Os alunos que não se inscreverem ou não efectuarem a prova de avaliação perderão os benefícios concedidos pelo Despacho n.º 78/76, pelo que, para continuidade dos estudos e dado que oficialmente apenas possuem o Curso Complementar dos Liceus, ficam sujeitos ao regime de «numerus clausus» para a matrícula no tronco comum aos cursos médicos, paramédicos, ou afins das Faculdades de Medicina e Instituto de Ciências Biomédicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 601/76, de 23 de Julho, e respectiva portaria regulamentar.

«5. Os alunos que se apresentem ao exame final de Bio-Estatística e que eventualmente reproverem na referida prova poderão continuar os seus estudos no tronco comum da Faculdade de Medicina do Porto, em condições a definir pelo M.E.I.C.»



Quem bate em Maria do Carmo destrói a democracia

Maria do Carmo Rubira Falarde, de 51 anos, mãe de três filhos, o marido inutilizado por um acidente de trabalho, vinha mantendo há certo tempo, nas imediações da Estação de Santa Apolónia, um «comes e bebes» ambulante. Vendia pão, vendia «sandes» de fiambre e de queijo, vendia doces secos — uma bucha, enfim, destinada a quem emburca e desembarca. Uma bucha que os comboios exigem na hora em que o estômago tem sempre razão...

«E não era só eu. Havia muitos outros vendedores ambulantes. Mas acontece que os guardas da P.S.P. da Esquadra dos Caminhos de Ferro não me queriam ali... Não sei bem porquê, mas a verdade é que me queriam dali para fora».

Maria do Carmo utilizava uma carrinha «Citroen» (AI-92-03) para a realização do seu negócio. Essa carrinha foi rebocada por elementos da esquadra, operação que lhe custou (a ela, Maria do Carmo) 120\$00, dinheiro esse destinado à «reposição do combustível levantado na Garagem do Comando», conforme se lê num talão da P. S. P. com o número 00072, datado de 19 do corrente. Num outro talão, com a data do dia anterior e o número: 9410, verifica-se que Maria do Carmo depositou na esquadra «a quantia de 800\$00 para pagamento da multa (...) por transgressão do Art.º 8.º da Alínea f) n.º 1 do Decreto-Lei N.º 383 de 1974».

Até aqui (convenhemos) o leitor não se indigna muito. Até porque podia muito bem acontecer que Maria do Carmo estivesse a transgredir o tal artigo do tal decreto-lei de 1974...

Só que o chefe da esquadra, de nome Paulino, não se contentou com os dois talões onerosos passados à pobre pessoa que sem dúvida é a mulher que, em Santa Apolónia, mantém o lar (ou ajudava a mantê-lo) com um «comes e bebes» ambulante... Não, senhor: chamou Maria do Carmo à sua presença, meteu-a num gabinete, atirou-a para um «maple» e disse-lhe assim:

«Nunca mais irás para aquele local!»

Maria do Carmo teimou: «Vou, que é ali que tenho a minha freguesia!»

«Não vais e não vais mesmo!» — voltou a dizer o chefe Paulino.

«Vou e vou!» — repetiu Ma-

ria do Carmo.

Perante esta atitude firme da mulher do «comes e bebes», Paulino não esteve com meias medidas: agarrou numa chibata e fustigou-lhe o corpo.

«Ajuste da chibata já ele me tinha mandado com duas bofetadas» — lamenta-se Maria do Carmo. E diz ainda: «Estive da esquadra das 6 da tarde às 10 da noite».

Agora talvez o leitor já se sinta indignado. E se atentar nas nódoas negras que a foto exhibe sem dúvida que riscará o nome Paulino e sublinhará o nome de Maria do Carmo. E mais ainda: chegará à conclusão de que os caminhos da democracia não admitem que se utilize uma chibata para convencer uma semelhante de que



transgrediu um certo artigo 8.º de um certo decreto-lei de 1974...

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EMPREITADA DE OBRAS DE SANEAMENTO DA VERDELHA DE BAIXO, DA FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO

ANÚNCIO

Faz-se saber que, de harmonia com a deliberação camarária de 13/10/76, se encontra aberto concurso público para a empreitada em epígrafe, sendo de 20 dias o prazo para apresentação das propostas, este prazo será contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no «Diário da República». No caso de o último dia cair num sábado o termo do prazo passa para o primeiro dia útil seguinte.

O acto público do concurso realizar-se-á na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelas 16 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio, ou pelas 10 horas se esse dia for sábado.

PREÇO BASE DO CONCURSO 774 920\$40
CAUÇÃO PROVISÓRIA 19 373\$00

A caução definitiva será de 5 % do valor global da adjudicação.

Alvará(s) Categoria — ; Subcategoria — ; Classe —
Categoria — ; Subcategoria — ; Classe —

A caução provisória é prestada mediante depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem desta Câmara Municipal, por guia preenchida pelos concorrentes, de harmonia com o modelo anexo ao programa do concurso, ou mediante títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou, ainda, por garantia bancária.

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras da Câmara Municipal.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou, entregues directamente na Secretari. da Câmara Municipal, contra recibo.

Vila Franca de Xira, 18 de Outubro de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Fernando Gomes Vaz

Cursos de esperanto a funcionar em Lisboa

Estão a funcionar em Lisboa, em dois locais distintos cursos de esperanto de diversos graus, absolutamente gratuitos e dirigidos aos trabalhadores e estudantes em geral.

Estes cursos, organizados pela Associação Portuguesa de Esperanto funcionam na Sociedade Promotora de Educação Popular (Largo das Fontainhas, ao Calvário) e na Sociedade de Língua Portuguesa (Rua de S. José, 41-1.º). O primeiro tem aulas às quartas e sextas, das 20 e 30 às 21 e 30; o segundo, às terças e quintas, das 18 e 30 às 20 horas.

Paralelamente, a Associação Portuguesa de Esperanto abriu cursos por correspondência e outros gravados em discos, «cassetes» e fitas magnéticas.

De momento, Portugal passa por ser um dos países da Europa onde menos se conhece o esperanto, uma língua de tendência universalista.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 5.ª VARA ANÚNCIO

No dia nove de Novembro próximo, às 14.30 horas, à porta desta Vara Cível, instalada no 8.º piso do Palácio da Justiça de Lisboa, será posta em praça pela primeira vez, para ser arrematada ao maior lance oferecido acima do valor de 10 000\$00, a quota do mesmo valor que o executado Álvaro António Bizarro de Aguiar tem na firma «SOCIMAL — SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MALHAS, LDA.», com sede na Rua António Feijó, n.º 44-B, nesta cidade, penhorada nos autos de execução por custas que contra ele e outros move o Ministério Público.

Lisboa, 12 de Outubro de 1976.

O Corregedor — Ianquel Milhano.

O Ajudante de Escrivão — Martinho Delca.

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Polícia de Segurança Pública de Lisboa

N.º 9410

O Sr. Maria do Carmo Rubira Falarde, 1.ª Esquadra depositou nesta Esquadra a quantia de 800\$00 para pagamento da multa que nesta data lhe foi imposta pelo guarda n.º 8 por transgressão do art.º 8.º do alínea f) n.º 1 do Decreto-Lei n.º 383 de 1974.

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

O Subchefe
Eduardo Pinheiro de Sousa
M. 286 — 3-70

7-60

N.º 00072

Polícia de Segurança Pública de Lisboa

Conselho Administrativo

Porque de infracção AI-92-03 Foi entregue pelo Ex.º Sr. Maria do Carmo Rubira Falarde a quantia de Esc. 800\$00 para reposição do combustível levantado na Garagem do Comando, no mês de Outubro findo.

Lisboa, 19 de Outubro de 1976

O Tesoureiro,
Eduardo Pinheiro de Sousa
M. 286 — 3-70

Maria do Carmo, além de fustigada na Esquadra dos Caminhos de Ferro, desembolsou ainda 920\$00 em talões de multa

HORARIO DE TRABALHO PARA A FUNÇÃO PUBLICA

Semana de cinco dias, mínimo de 40 horas

Ontem reunido como semanalmente às terças-feiras no Palácio de S. Bento e sob a presidência de Mário Soares, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei fixando o novo regime de horário de trabalho para a Função Pública. A proposta de lei vai ser enviada à Assembleia da República e dela constam, entre outros pontos, a consagração dos cinco dias de trabalho semanais e a fixação do mínimo de quarenta horas de trabalho por semana.

Das restantes decisões que assinalaram a reunião do Governo ontem, destaca-se, a res-

peitante aos prazos relativos à apresentação dos processos das candidaturas para órgãos das autarquias locais. O Conselho decidiu permitir aos interessados que não possuam bilhete de identidade, a apresentação, em seu lugar, da cédula pessoal, ou fazer a sua identificação por duas testemunhas, portadoras do bilhete de identidade, que a atestem documentalmente.

Outras resoluções do plenário de ontem. O Conselho de Ministros aprovou um decreto permitindo que as tabelas de preços máximos ao consumidor e de garantia à produção

do peixe congelado possam ser revistas por diplomas dos ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo. Outra resolução do C.M. aprova e adjudica a empreitada relativa à construção da nova central termoelétrica da ilha da Madeira. O C.M. debruçou-se sobre a adesão de Portugal ao Conselho da Europa: foi aprovada uma proposta de lei relativa ao instrumento de adesão. Outro diploma aprovado extingue os créditos sobre o Estado por parte de empresas públicas, créditos decorrentes de movimento de pessoal anteriores a 25 de

Abril de 74. Outra resolução a assinalar, a autorização aos ministros do Plano e das Obras Públicas, para estes reverem e uniformizarem as tarifas de vendas de água na região de Lisboa.

O Conselho de Ministros tomou ainda duas resoluções a assinalar. Uma anuncia para 9 de Novembro um plenário especial do C.M. para a discussão do Plano e Orçamento para 1977. Outra concede novos avals à imprensa estatizada no montante global de 29 720 contos.

Coluna da Direita

Os ataques mais ou menos subtis contra a Democracia; as provocações mais ou menos claras ao 25 de Abril; a propaganda encapotada ou mesmo descarada do fascismo e a defesa directa ou indirecta do regresso aos «velhos tempos», proliferam em certa imprensa reaccionária.

O conhecimento de certos exemplos significativos parece-nos da maior utilidade para os nossos leitores. Dai a razão desta coluna, onde iremos transcrevendo alguns textos mais esclarecedores.

A REACÇÃO EPILÉPTICA

Gaspar Bonacho
em «O Templário» — 22/10/76

«Por este caminho, pressinto o breve afundamento deste anacrónico Governo do sr. Soares que, como toda a gente vê, nada tem feito para além de chafurdar na inconcebível «Reforma Agrária» a quem todo o Governo e conselheiros da Revolução acarinha, na expectativa que do ovo goro saia a galinha dos ovos de ouro.

Se a Reforma Agrária fosse uma lei para benefício de um povo e nunca uma caverna de bandidos, ladrões do seu semelhante, onde todos os grandes mandatários se têm locupletado da maneira mais infame, a Reforma Agrária seria precedida de um longo, preservante e cauteloso estudo; assim não, foi simplesmente como a sua irmã «exemplar descolonização». o maior roubo organizado de que há memória na história dos povos caducos, ocupados, como sempre, pelos bárbaros do Leste.

Que ilusórias esperanças podemos ter num Governo que vai mantendo a calma do povo com papas e bolos, entre ilusões retóricas e promessas mentirosas, que todos sabemos estarem longe de uma concretização real e efectiva? Não se tem feito mais que mentir. E o único partido que tem cumprido é o que ninguém desejaria que cumprisse: O PCP quando absorve através dos bancos suíços, principalmente, o escudo português, com o qual compra a moral de alguns estadistas, parte do exército, e com as províncias ultramarinas, que já foram o torrão continental da Pátria Portuguesa, que há-de ir!

Em suma, histórias da vida e da obra do PS onde se morre de pasmo e de inutilidade tansa.

Manuel Alegre processa autor de «Acuso»

O secretário de Estado da Comunicação Social Manuel Alegre, procederá judicialmente contra Henrique Cerqueira, autor do livro «Acuso», que se refere ao assassinato do general Humberto Delgado em termos provocatórios, acusando figuras políticas, entre as quais se encontra o queixoso.

A propósito do mesmo assunto, a Secretaria de Estado da Cultura emitiu um comunicado, no qual se solidariza com o prof. Vitorino Nemésio. Salienta-se a certa altura:

veram na origem dessa nobilíssima decisão, deseja a Secretaria de Estado da Cultura manifestar a sua inteira solidariedade com aquela alta figura da cultura portuguesa e, simultaneamente, deplorar que de uma errada concepção de jornalismo em tudo lesiva dos valores culturais e atentatória do bom nome de cidadãos que merecem todo o respeito tenha resultado o afastamento do prof. Vitorino Nemésio.

«ZONA CENTRO»

«Zona Centro» é o título do bissemanário que sairá já no próximo dia 5, o qual terá sede na Covilhã. O novo jornal, com

uma tiragem de 60 mil exemplares, será dirigido por Vítor Ilharco e terá como redactores António Marques, Luís Salema e Terenas Lino. Entre os colaboradores, figuram os nomes de Isabel da Nóbrega, José Sarraimago e Mário Castrim.

«Este novo órgão terá como objectivo principal — afirma-se no comunicado da Editora Montanha (responsável desta publicação) — preencher um enorme vácuo informativo que existe nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Viseu, pelo que os seus interesses se virarão, prioritariamente, para esta região».

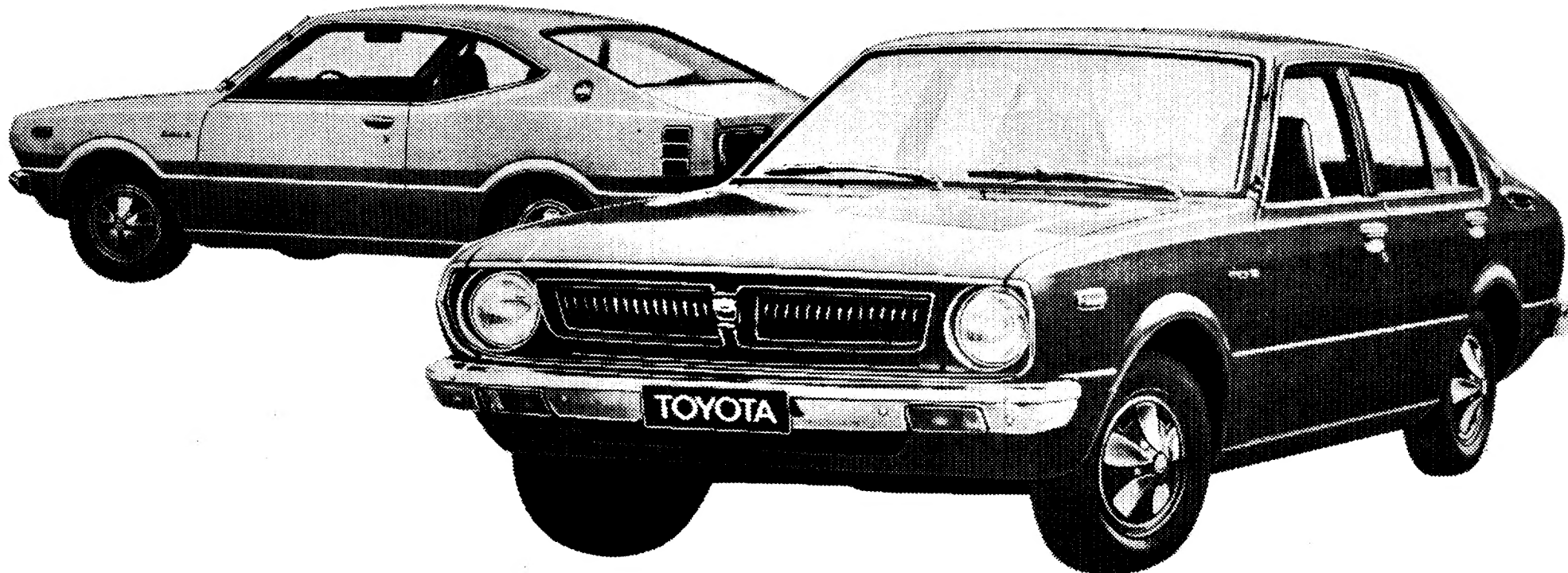
O jornal publicar-se-á às terças e sextas-feiras, custará

6\$00 e terá, habitualmente, 16 páginas em formato tabloide.

«AQUI» PASSA A QUINZENÁRIO

O jornal «Aqui», que estava previsto fosse semanário, vai passar a sair apenas quinzenalmente, por «dificuldades insuperáveis que existem actualmente em Portugal em ser, como nós declaramos ser nossa intenção, não-alinhados».

«Aqui» manifesta, no entanto, a esperança de que «esta decisão seja provisória» e «dentro de um período breve possamos voltar à periodicidade com que iniciámos o caminho».



COROLLA S.30

o carro certo no nosso tempo

Estamos naturalmente orgulhosos e felizes. O NOVO TOYOTA COROLLA S.30 é um êxito espectacular. Que ultrapassa todas as expectativas. Mesmo as mais optimistas.

De facto, a NOVA SÉRIE 30* do TOYOTA COROLLA é a digna continuadora do prestígio e fama conquistados pela sua «irmã» mais velha — a série 20.

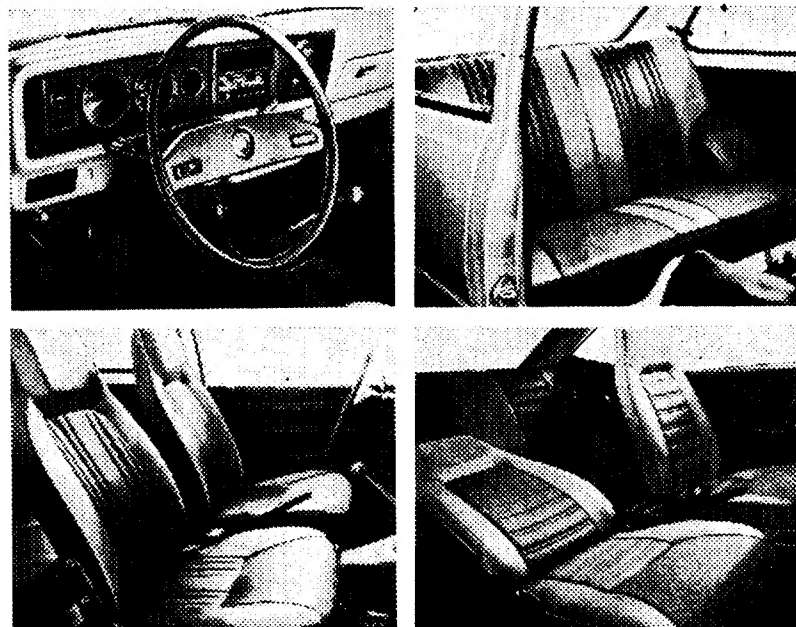
Veja, aprecie e experimente o NOVO COROLLA S.30 com MAIS SETE IMPORTANTES ATRIBUTOS.

Mais espaço. Maior conforto. Maior segurança. Melhor condução. Melhor equipamento. Maior rendimento. Mais economia.

* Disponível nas versões 2 e 4 portas normal • 2 e 4 portas de luxo • hardtop de luxo • hardtop SR • mista

TOYOTA
veio
para ficar
E FICOU MESMO

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: SALVADOR CAETANO, S.A.R.L.
CONCESSIONÁRIOS EM TODO O PAÍS COM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PEÇAS



SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO CENTRO

MOÇÃO

- 1.º Considerando que a Constituição defende a transformação para uma sociedade sem classes e tem como objectivo a transição para o socialismo (Artigos 1.º e 2.º).
- 2.º Considerando que essa transição implica o exercício do controlo da gestão pelos trabalhadores e a participação na elaboração das leis do trabalho (Art.º 58.º).
- 3.º Considerando que as disposições do Artigo 58.º implicam com a não participação patronal na elaboração das leis do trabalho, o que seria incompatível com a transição para o socialismo.
- 4.º Considerando que o próprio Regimento da Assembleia da República determina que as leis do trabalho, sejam primeiro submetidas à vontade dos trabalhadores, antes de publicadas.
- 5.º Considerando que a lei dos despedimentos diz directamente respeito aos trabalhadores e que o Governo pretende impor com 14 fundamentos, sem alternativa.
- 6.º Considerando que o Governo quer limitar o direito à greve, retirando-o quando por motivo de revisão dos ACT, o que contraria o artigo 59.º da Constituição, podendo originar o arrastamento das negociações, com prejuízo para os trabalhadores.
- 7.º Considerando que a RTP e RDP têm dado ampla cobertura à actividade das organizações patronais como a CIP e a CAP, o que a Constituição não prevê.
- 8.º Considerando que as organizações sindicais, essas sim, têm direito a tempos de antena na Rádio e na Televisão, conforme artigo 40.º da Constituição, o que tem sido ignorado constante e deliberadamente.

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Centro, reunidos em plenário no Entroncamento no dia 25 de Outubro de 1976, decidem:

- 1) Repudiar toda e qualquer legislação que afaste a possibilidade de participação organizada dos trabalhadores.
- 2) Exigir que o Ministério do Trabalho divulgue os projectos da matéria a legislar, através do Movimento Sindical, para que, sobre essa matéria, seja feita ampla e democrática discussão pelos trabalhadores.
- 3) Repudiar o comportamento da RTP e RDP pela sua actuação menos correcta, ignorando as organizações dos trabalhadores, contrariamente aos seus direitos e dando ampla cobertura à actividade dos seus inimigos a CIP e a CAP.
- 4) Exigir que em conformidade com o artigo 40.º da Constituição, sejam concedidos amplos tempos de antena às organizações sindicais.
- 5) Enviar esta moção a todos os órgãos do Poder e sua divulgação pelos órgãos da Comunicação Social.

Entroncamento, 25 de Outubro de 1976

Aprovada com uma abstenção

MOÇÃO

1. Considerando que a política de aumentos de preços, nomeadamente o aumento dos transportes previsto para 1.º de Novembro, tem como único objectivo fazer pagar as classes mais desfavorecidas a crise económica provocada pela sabotagem do grande capital nacional e internacional, e inserir-se num plano mais vasto da recuperação capitalista.
- 2.º Considerando que o Governo ao justificar o aumento dos preços de transportes com o aumento dos salários nada mais pretende, que virar trabalhadores contra trabalhadores.
- 3.º Considerando que as verdadeiras razões da situação deficitária das Empresas de transporte, principalmente a CP e SE, têm a sua origem em anos e anos de má gestão e que até hoje pouco ou nada se fez para alterar esta situação o que é patente na ausência de qualquer planeamento para os transportes.

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Centro reunidos em plenário no dia 25 de Outubro de 1976, decidem:

- Manifestar o seu desacordo por este aumento de tarifas.
- Exigir do Governo que sejam tomadas as medidas de fundo para a reestruturação dos transportes, de modo a colocá-los ao serviço do Povo português.
- Apoiar a Direcção do Sindicato no esclarecimento a fazer à população sobre a ausência de qualquer responsabilidade dos trabalhadores ferroviários neste aumento.

Entroncamento, 25.10.76

Aprovada com uma abstenção

MOÇÃO DESPEDIMENTOS

- 1.º Considerando que, a pretexto da necessidade de rectificar o conceito de justa causa de despedimentos, o decreto aprovado pelo Conselho de Ministros altera profundamente o conceito de justa causa, permitindo ao patronato o despedimento arbitrário de trabalhadores através de averiguação oral e sumária sem portanto o controlo exercido através do processo disciplinar e das organizações de trabalhadores.
- 2.º Considerando que tal decreto ataca expressamente a legislação elaborada após o 25 de Abril.
- 3.º Considerando ainda que esta matéria é da exclusiva competência da AR, e que tal decreto foi aprovado com total desrespeito pelas posições tomadas publicamente pelo Movimento Sindical sobre a lei da contratação colectiva o que revela o total desrespeito pela Constituição. Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Centro, reunidos em plenário no dia 25.10.76, decidem:

- 1.º Exigir que os órgãos de Poder encarregados de fiscalizar a constitucionalidade das leis a recusa de tal decreto por ser inconstitucional.
- 2.º Exigir que o Governo consulte os trabalhadores através das suas organizações sobre toda a legislação do trabalho respeitando assim a Constituição conforme consta do seu programa.
- 3.º Exigir que seja mantida a legislação actualmente em vigor sobre despedimentos (Decreto 372/75 e 34/76) que garantem no essencial a proibição de despedimento sem justa causa e salvaguardadas as disposições constantes das conversações colectivas de trabalho (ACT e CCCs).

Aprovado com 2 abstenções: 0 contra e 81 a favor

MOÇÃO

Considerando que já foram passados largos meses, e os estatutos da empresa ainda não foram aprovados;

Considerando que a empresa continua sem regulamentação própria para se reger;

Considerando as informações dadas sobre a audiência havida com o ministro dos Transportes e Comunicações e a Federação dos Sindicatos.

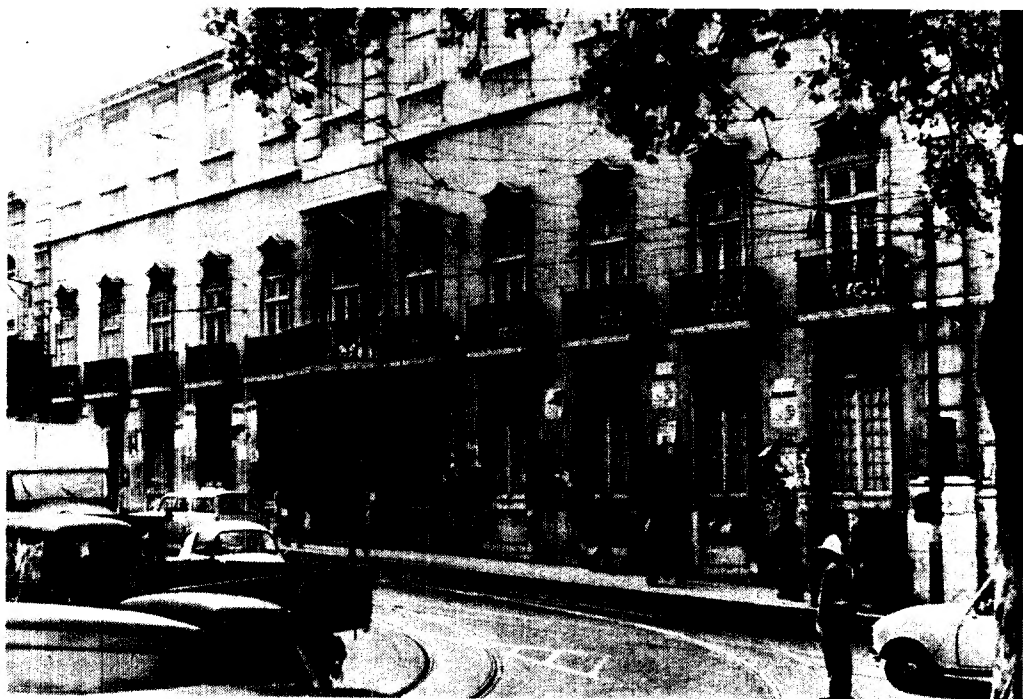
Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Centro, reunidos em plenário no dia 25.10.76, exigem que sejam considerados os pontos fundamentais aprovados em plenário nacional em 20.12.75 no Entroncamento

- a) Obrigatoriedade de os trabalhadores serem ouvidos para conselho de gerência.
- b) Obrigatoriedade da participação no conselho de fiscalização.
- c) Obrigatoriedade da sua participação no conselho geral e participação das autarquias no conselho geral e regulamentação do controlo operário

Entroncamento 25.10.76

Aprovada por maioria

Nacional



O Palácio Bramão, contíguo às actuais instalações da Imprensa Nacional-Casa da Moeda na Rua da Escola Politécnica

Imprensa Nacional vai comprar Palácio Bramão

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda foi autorizada a contrair um empréstimo de 15 mil contos para ampliar as suas instalações, adquirindo, para o efeito, o Palácio Bramão (na foto). Esta compra, de que ainda não foi feita a escritura, destina-se a instalar num edifício só todos os serviços burocráticos até agora a funcionar num prédio alugado da Rua D. Francisco Manuel de Melo.

Na primeira fase das obras serão beneficiados o primeiro piso e a cave, fundamentalmente para armazenar já que é esse, de momento, o grande problema em que a Imprensa Nacional se debate. Para já, a mudança só se efectuará para os finais de 1977.

Sindicato dos Magistrados critica Almeida Santos

A Direcção do Sindicato dos Magistrados divulgou um comunicado em que aponta as contradições do ministro Almeida Santos ao encerrar em entrevista publicada num matutino, a possibilidade de licenciados em direito, incluindo advogados das ex-colónias, poderem exercer magistratura judicial, mediante aprovação em concurso. Segundo os dirigentes sindicais, o ministro afirmou-lhes recentemente que o estágio seria o «único meio idóneo e viável de ingresso nas magistraturas judicial e do Ministério Público».

A Direcção do Sindicato estranha além disso, que Almeida Santos não se tenha ainda apercebido de que os concursos têm sido profundamente contestados desde antes do 25 de Abril, contestação que tem sido feita com enorme esforço, para agora, «num ápice deitar tudo a perder».

Salientando que o concurso nada prestigiaria uma magistratura com visíveis contradições internas que o povo português vê com apreensão, reafirma a Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público «o firme propósito de defender os estágios que tanto custaram a ver consagrados legislativamente e cujas vantagens para a formação de magistrados nunca foram postas em causa».

LINHA DE CASCAIS AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, no troço Belém-Algés, a circulação de comboios, das 10 às 11.30 e das 15 às 16 horas a partir do dia 25 de Outubro e durante cerca de 15 dias, far-se-á apenas por uma das vias com os atrasos daí resultantes.

PUB

SINDICATO DOS MAQUINISTAS PRÁTICOS,

AJUDANTES E ARTIFICES DA MARINHA MERCANTE DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Considerando que ao longo dos tempos a Comissão Administrativa da TRANSTEJO E. P., tem vindo a demonstrar o mais profundo desrespeito pelo cumprimento das lotações estabelecidas para as embarcações de Transportes Fluviais (passageiros).

Considerando que abusivamente a Comissão Administrativa da TRANSTEJO E. P. tem vindo a retirar alguns dos seus trabalhadores inscritos marítimos de algumas embarcações que operam no transporte de passageiros entre as estações de Porto Brandão e Belém.

Considerando que tal desrespeito pelo cumprimento das lotações por parte da Comissão Administrativa da TRANSTEJO E. P. põe em Perigo a vida de todos os utentes, bem como a dos trabalhadores que operam nas ditas embarcações.

Considerando que a 30 de Setembro de 1976 foram fixadas novas lotações para os transportes de passageiros (Transtêjo) e que tal fixação obriga o seu total cumprimento.

Os trabalhadores Maquinistas Práticos da Transtejo, reunidos em reunião geral com o elenco directivo do seu Sindicato decidem:

- 1.º Que a Comissão Administrativa da Transtejo E. P. inicie imediatamente o recrutamento de pessoal inscrito marítimo necessário para dar cumprimento imediato ao consignado no ofício da Direcção-Geral do Pessoal do Mar (Lotações de Transportes de Passageiros) conforme acordado a 30 de Setembro de 1976.
- 2.º Que ao não ser dado cumprimento ao consignado no referido ofício os trabalhadores Maquinistas Práticos, reservem-se o direito de adoptar as medidas que acharem mais convenientes para que esta situação de desrespeito não se venha mais a verificar.

APROVADA POR UNANIMIDADE

MOÇÃO

Considerando que a Comissão Administrativa da Transtejo se prepara para dispensar vários maquinistas práticos e ajudantes considerados como trabalhadores eventuais, continuando sem cumprir as lotações estabelecidas.

Considerando ser intenção da mesma C. A. reduzir o número de embarcações e de carreiras, procurando ao mesmo tempo impor aos trabalhadores horários de trabalho, contrário ao estabelecido pelo novo A. C. T., e incompatíveis com a função que desempenham.

Considerando que desde há vários meses este Sindicato tem insistido com tal C. A. no respeito pelas lotações e pelos horários, chamando a sua atenção para os perigos que a sua indiferença e o seu desrespeito pode acarretar aos trabalhadores e aos utentes.

Os trabalhadores maquinistas práticos da Transtejo reunidos em reunião geral com a Direcção do Sindicato, resolvem:

1. Não aceitar a dispensa de qualquer dos seus camaradas, ao contrário exigir a sua integração nos quadros da empresa.
2. Não aceitar os novos horários, nem aceitar a diminuição das carreiras por serem ambos prejudiciais a trabalhadores da empresa e aos trabalhadores utentes daquelas.
3. Denunciar publicamente que a indiferença da C. A. da Transtejo pelos factos atrás mencionados, faz correr graves perigos aos trabalhadores quer da empresa, quer utentes das carreiras.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Lisboa, 20 de Outubro de 1976

Trabalho

Trabalhadores manifestam-se - contra legislação laboral

A União dos Sindicatos de Beja divulgou uma moção de denúncia da política institucional do Ministério do Trabalho. Este movimento de repúdio pela legislação antioperária continua a verificar-se, tendo trabalhadores de Norte a Sul do País, através das suas organizações, manifestado a sua oposição a esta legislação do primeiro Governo Constitucional.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa manifestou-se também, repudiando energicamente o decreto-lei que altera a actual legislação sobre despedimentos, em telegramas aos vários órgãos do poder. Idêntica posição tomaram o Sindicato dos Oúvires e os trabalhadores da Eurofer.

O projecto de princípios fundamentais da legislação de trabalho elaborado pelo gabinete técnico da Intersindical foi já posto à discussão dos trabalhadores. Os debates nas em-

presas e nos sindicatos culminaram com um encontro nacional de delegados sindicais, comissões de trabalhadores, comissões sindicais e dirigentes sindicais, a efectuar no próximo dia 6.

Também na introdução do documento se considera inconstitucional a recente legislação antioperária aprovada pelo Conselho de Ministros, já que os trabalhadores nem sequer foram ouvidos para a sua elaboração, contemplando ela «matéria relativa a direitos fundamentais dos trabalhadores com desrespeito da competência constitucionalmente reservada à Assembleia da República».

«O direito de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho é uma consequência necessária da natureza e fins do Estado definidos na Constituição», afirma-se na introdução, acentuando-se adiante

que a Constituição define como incumbência prioritária do Estado «estimular a participação das classes trabalhadoras e das suas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais». Acrescenta o documento que esta participação é «uma das mais seguras garantias de constitucionalidade das leis e actos do Governo».

Um amplo debate do projecto pelos trabalhadores e a posição unitária daí decorrente mostrará inequivocamente aos órgãos do poder a disposição dos trabalhadores portugueses e das suas organizações de classe de deterem a recuperação capitalista, como se afirma também no documento que trata, fundamentalmente, de contratação colectiva, contratos a prazo, despedimentos, greve, controlo de gestão, saneamentos nas empresas, trabalho rural e trabalho de estrangeiros em Portugal.



Trabalhadores de piquete à porta dos Estabelecimentos Carlos A.M. Fidalgo

A.M. Fidalgo: 17 trabalhadores sem salário há três meses

Os trabalhadores da firma A. M. Fidalgo continuam a manter piquetes à porta do seu local de trabalho, aguardando a resolução do conflito aberto pelo patrão e perguntando-se ao mesmo tempo como poderão sobreviver.

A firma foi encerrada e posta à ordem do Tribunal em Julho passado, depois de o patrão ter tentado uma acção de reivindicação de propriedade. Acção injustificada, segundo os trabalhadores, já que eles nunca puseram em causa o direito de propriedade. Conforme nos relatam, «foi o próprio sr. Carlos Alberto Marques Fidalgo que se afastou da gerência a partir de Junho, data do seu regresso do Brasil e da caducidade da procuração».

Perante a situação que lhes foi assim criada, os trabalhadores dirigiram-se por várias vezes ao Ministério do Trabalho, embora só no dia 17 de Julho conseguissem que o patrão comparecesse também. Após o encontro havido no Ministério, o sr. Carlos A. M. Fidalgo continuou a não querer assumir a gerência nem a indicar representante seu para o efeito. Preferiu que fosse o Ministério a designá-lo, ficando desde logo sentante seu para o efeito. «Prenova procuração seria feita».

Aconteceu, porém, nesse dia, que o patrão decidiu não aparecer no notário, conforme o compromisso que assumira. Em contacto com a sua residência, os trabalhadores foram informados de que ele se tinha ausentado nessa madrugada para Espanha.

Vendo novamente em perigo

os seus postos de trabalho, voltaram os trabalhadores ao Ministério, a fim de que fosse nomeado alguém com poderes de gerência. Ficou concertado que esses poderes fossem confiados aos trabalhadores cujos nomes tinham sido aceites pelo patrão na reunião a que estivera presente. Passaram portanto os trabalhadores a gerir, imediatamente se preocupando em manter os postos de trabalho e melhorar a situação económica e financeira da firma.

No dia 27, porém, são surpreendidos pela acção de reivindicação que levaria ao encerramento puro e simples dos estabelecimentos. O arrastar do processo, a morosidade dos tribunais, o próprio impedimento em que se encontram de exercer o direito ao trabalho não arrefeceu no entanto o espírito de luta dos trabalhadores. Eles estão convencidos de que é uma luta justa, por isso continuam com os piquetes. A sua situação, porém ameaça tomar aspectos dramáticos. Assim, eles chamam a atenção das entidades competentes para o facto de se encontrarem

já no 13.º mês sem vencimento, e para o ulterior congelamento das contas bancárias de alguns trabalhadores, de acordo com circular do Banco de Portugal, privando-os inclusive de movimentar as poucas disponibilidades que têm depositadas na Banca.

O PATRÃO MANIFESTA-SE

Após a divulgação de alguns destes elementos fornecidos pelos trabalhadores à Imprensa, o sr. Carlos A. M. Fidalgo tomou pública posição, afirmando que os factos referidos são falsos e que alguns trabalhadores teriam ocupado e gerido abusivamente os estabelecimentos e saneado o único patrão, ou seja ele próprio. Acusa por outro lado um trabalhador não identificado de ter transferido para conta sua mais de mil contos pertencentes à firma.

Quanto ao encerramento dos estabelecimentos (o sr. Carlos A. M. Fidalgo diz que tudo fez para os reaver), acrescenta o mesmo senhor que aconteceu não por vontade dele, mas sim do tribunal.

TRANSPORTES DO PORTO

Pessoal contesta tabela de salários

«Numa boa política de transportes públicos, o Estado tem de suportar os défices das empresas e não sobrecarregar os utentes» — salientaram os delegados sindicais do S.T.C.P. durante um plenário ontem realizado e que reuniu cerca de 1500 trabalhadores. Estes estão também contra o aumento do preço de bilhetes, como ali foi afirmado. O plenário, que

decorreu nas oficinas da empresa, serviu para análise e debate do andamento das negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho. O Acordo Colectivo, em vigor naquele serviço, foi assinado em Novembro do ano passado. Entretanto um projecto elaborado pelo Ministério dos Transportes foi já apresentado como contraproposta às reivindicações dos trabalhadores do S.T.C.P. e, também, da Carris e do Metropolitano de Lisboa. O pessoal daquele serviço portuense manifestou-se contudo contra algumas das suas cláusulas. Assim, rejeitou, no plenário, a divisão da categoria única em três (cobrador de 1.ª, de 2.ª e 3.ª) e em três escalões dentro de cada categoria. Por outro lado, os trabalhadores do S.T.C.P. consideram inegociável a tabela salarial proposta naquele projecto.

O regime de Previdência foi outro dos pontos abordados no plenário. Pretendem os trabalhadores que todos os beneficiários sejam abrangidos pelo regime especial que lhes dá maiores garantias.

Sindicatos exigem participação nos serviços médico-sociais da Previdência

Os representantes sindicais nas comissões administrativas das Caixas de Previdência do distrito de Lisboa, a União dos Sindicatos de Lisboa e a Intersindical, na sequência de uma reunião conjunta, decidiram rejeitar, «por injuriosa e difamatória», a nota oficiosa do secretário de Estado da Segurança Social de 28 de Setembro. Solidarizam-se, por outro lado, com a posição assumida pela União dos Sindicatos de Leiria, ao exigir a tomada de posse dos representantes sindicais na comissão administrativa dos serviços médico-sociais da Caixa de Previdência daquele

distrito.

Contrariando afirmações daquele secretário de Estado, os sindicatos defendem que a Constituição não é omissa no que respeita à participação dos seus representantes na gestão da saúde. «É evidente que a organização da saúde é irrefutavelmente uma das que «visam satisfazer o interesse das classes trabalhadoras» (art.º 58.º, n.º 2 b) da Constituição), e para a qual os trabalhadores descontam muitos milhões de contos por ano dos seus salários». Segundo números que citam, a Previdência, financiada pelos trabajado-

res, despenderá este ano, em cuidados de saúde, cerca de catorze milhões de contos, ao passo que o Estado, ao qual cabe segundo a Constituição, prioritariamente, essa responsabilidade, gastará apenas quatro milhões.

Os sindicatos insurgem-se, também, contra algumas considerações tecidas na referida nota oficiosa sobre «questões de representatividade que só ao Movimento Sindical e aos trabalhadores dizem respeito». E classificam de ilegal, por desrespeito ao art.º 5.º da portaria n.º 431/76, o despacho daquele membro do Governo, que exclui os representantes sindicais eleitos na comissão administrativa dos serviços médico-sociais de Leiria.

Reclamam, por isso, a tomada de posse dos seus representantes nas comissões administrativas daqueles serviços, nos diversos distritos, protestando junto do ministro dos Assuntos Sociais e demais órgãos do poder pelo que consideram «mais esta actuação prepotente do secretário de Estado da Segurança Social».

FUNÇÃO PUBLICA

Lista "D" abandona

Desistiu das eleições para os corpos gerentes do Sindicato da Função Pública uma das cinco listas concorrentes, precisamente a lista «D», que se apresentava «por um Sindicato dos trabalhadores da Função Pública ao serviço da independência nacional e da democracia». A desistência surgiu durante a última reunião da Comissão Fiscalizadora, integrada por elementos de todas as listas.

As eleições estão marcadas para o dia 18 de Dezembro, contando-se que o número de votantes aumente muito substancialmente. Basta referir que, terminado anteontem o prazo limite para inscrição no Sindicato, se apurou um número de inscrições ao nível dos 54 mil. Quando, em Março, passado, foram aprovados os Estatutos do Sindicato da

Função Pública, eram cerca de 24 mil os trabalhadores sindicalizados.

AVEIRO E COIMBRA

Suspensa a greve do calçado

Foi ontem suspensa temporariamente a greve iniciada há dois dias pelos trabalhadores do calçado, malas e afins dos distritos de Aveiro e Coimbra.

Na base desta decisão, tomada por unanimidade em plenário efectuado em S. João da Madeira, estão três razões fundamentais: a aceitação por algumas secções sindicais da tabela salarial em vigor; a intervenção da G. N. R. contra os trabalhadores em greve; e finalmente, a preocupação de evitar o agravamento dos confrontos que se adivinhavam.

Uma moção ali aprovada por unanimidade afirmava que «a

G. N. R. chegou ao cúmulo de impedir um plenário de trabalhadores na freguesia de S. Roque» e intimidou «trabalhadores de outras zonas com um forte aparato policial e chegando a fazer disparos». A moção sublinha ainda que «as ameaças aos trabalhadores em greve partiram directamente de alguns patrões, como o militante do P. P. D. e cacique local sr. Albertino, sócio da Soartino». Afirmou-se no plenário que este patrão, de pistola em punho, pretendia obrigar operários a trabalhar. Foram ainda referidos outros casos de agressão à coronhada.

Nem greve dos padeiros nem cortes de farinha

Em recente comunicado, as direcções dos Sindicatos de Panificação do Distrito de Lisboa e das Moagens do Centro e Sul desmentem boatos postos a circular, segundo os quais iria começar hoje a greve dos padeiros. Outros boatos referiram-se a um corte de abastecimento de farinhas, por parte dos trabalhadores moageiros. Em ambos os casos, segundo o comunicado, trata-se de «boatos reaccionários e divisionistas (...) cu-

ja intenção provocatória é bem nítida: procuram causar mau estar, no público consumidor e desestabilizar a situação política».

O comunicado reitera, finalmente, que os trabalhadores em causa «saberão procurar as formas de luta mais convenientes à conquista das suas reivindicações e direitos, de modo a obter a solidariedade do público consumidor, sem cujo apoio sabem não poder vencer».

Telefonistas e químicos apoiam Congresso

Os trabalhadores associados no Sindicato dos Telefonistas do Norte aprovaram em assembleia geral o Regulamento do Congresso dos Sindicatos e, repudiaram simultaneamente a acção divisionista dos sindicais signatários da chamada «Carta Aberta».

Também o plenário dos delegados sindicais dos trabalhadores das indústrias químicas

do Norte decidiu que a Direcção do seu Sindicato deverá participar activamente em todo o trabalho necessário para a realização do Congresso de todos os Sindicatos. Deliberaram ainda os delegados sindicais formar uma comissão composta por elementos da Direcção e operários eleitos no plenário, para participar nos trabalhos preparatórios do Congresso.

Nacional

MANUEL ALEGRE (P.S.)

"A direita existe — e o perigo principal"

Entrevista conduzida por J. Cândido de Azevedo

No PS «nós somos todos de esquerda, temos todos um passado de esquerda», «somos todos homens de esquerda, que apenas têm em relação à situação política como em relação ao ritmo das transformações a levar a cabo, pontos de vista por vezes diferentes» — esta é uma das afirmações feitas por Manuel Alegre ao «DL» no decorrer de uma entrevista que ontem iniciámos, e que hoje concluímos.

Nesta segunda parte da entrevista que Manuel Alegre concedeu ao nosso jornal, o conhecido dirigente do PS demarca-se, e demarca o seu partido, do PPD e do CDS, embora não esconda as divergências sobre alguns problemas de fundo existentes com outras forças de esquerda, e nomeadamente com o PCP.

Um dos assuntos de maior interesse, e de grande actualidade, hoje abordados por Manuel Alegre é, sem dúvida, a questão das divergências no seio do Partido Socialista.

Manuel Alegre respondeu igualmente a algumas perguntas que lhe pusemos sobre problemas fulcrais do momento presente, e em particular sobre a questão: quem é o inimigo principal? A resposta veio pronta: as forças da direita.

A Imprensa não podia deixar de vir a talhe de foice, e foi o que aconteceu: vários órgãos de comunicação social, como «O Jornal», o «Expresso», a «Opção», e outros, foram criticados por Manuel Alegre, que classificaria como «flores de estufa» alguns «especialistas num certo tipo de comentários superficiais». Por fim, Manuel Alegre respondeu à questão: o que é a Revolução, hoje, aqui?

«DL» — Os partidos como o CDS e o PPD têm um projecto político que nada tem a ver com o do Partido Socialista, como o Manuel Alegre, de resto, já o sublinhou.

Eu gostaria que nos respondesse à seguinte questão: o Governo socialista, para poder levar em frente o seu projecto político, concretizar portanto o seu programa, não necessitará, na Assembleia da República, não só dos votos socialistas, como de outros votos de esquerda naquela Assembleia representados?

Manuel Alegre — Eu penso que é um erro confundirmos o PPD e o CDS; a meu ver são dois partidos distintos, que correspondem a realidades distintas e até a diferentes bases sociais. Há largos sectores do PPD que, creio, são afectos à democracia, querem a democracia e até não se opõem a transformações socialistas; estão no PPD iludidos com o programa e os objectivos programáticos do PPD, que se considera, pelo menos a nível programático, como um partido social-democrata e aponta a via social-democrata para chegar ao socialismo.

Basta ver, por outro lado, o que se passa nas regiões de maior implantação desses partidos para concluímos ser efectivamente um erro confundirlos. Com efeito, observa-se aí uma competição real e uma quezília real, por vezes quase ao nível do afrontamento entre esses dois partidos, sendo perfeitamente evidente que os sectores mais à direita, os antigos caciques e os ex-membros da ANP se confundem muito mais com o CDS, existindo inclusivamente regiões, como Trás-os-Montes, mas não só, onde há bases do PPD que são de facto democráticas e que nós temos que conquistar para um projecto democrático de transformação do País.

Eu não penso que se façam revoluções ou que se transforme este País diminuindo a base de apoio à revolução; pelo contrário, temos que alargar essa base de apoio, que deverá incluir largos sectores do PPD que fazem parte das massas populares deste País e que querem a democracia e uma transformação social profunda. Quanto ao problema das vo-

tações na Assembleia da República, nós temos uma estratégia muito clara, que é a da autonomia e da independência do nosso projecto político. Nós não fazemos maiorias estratégicas nem à esquerda nem à direita. O que podemos fazer, na Assembleia da República, é votar umas vezes com o PC e outras com o PPD ou com o CDS, como aconteceu, aliás, já na Assembleia Constituinte.

Isto significa que fazemos maiorias pontuais para questões pontuais. Houve agora um caso concreto, como foi o da eleição do nosso camarada José Magalhães Godinho para o cargo de Provedor de Justiça, e que de facto foi eleito pelos votos do PS e do PC. Amanhã, em relação a outras questões concretas, é possível que as votações sejam PS-PPD ou, até mesmo, em determinados casos, PS-CDS, isto é: nós não temos aí preconceitos, somos obrigados a alianças circunstanciais ou a maiorias de acordo com as necessidades do momento e com as posições que os diferentes partidos aí assumem, e fazêmo-las segundo essas necessidades de momento.

AS CONDIÇÕES CONCRETAS

«DL» — Considerando, no entanto, que o PPD e o CDS se opõem cada vez mais frontalmente ao Governo socialista, por serem portadores de um projecto político completamente diferente e desejarem ser Governo para o executar, podemos encarar, talvez, que, de futuro, essas alianças circunstanciais com o PPD e o CDS serão difíceis. Qual é a sua opinião?

Manuel Alegre — Isso depende muito das condições concretas e das questões concretas a votar na Assembleia da República, e depende também da evolução da situação política.

E claro que, neste momento, o CDS, sobretudo, arvora-se em oposição frontal ao Governo socialista; o CDS está convencido que vai haver uma crise, que vão ocorrer remodelações a vários níveis, e está a jogar aí tudo por tudo. Mas a verdade também é que essa táctica pode voltar-se contra eles; na medida em que secto-

res cada vez maiores do povo português apoiam a acção do Governo socialista, uma oposição frontal ao Governo socialista da parte do PPD ou do CDS é susceptível de se voltar contra esses mesmos partidos, dado que nós conseguimos sintonizar a nossa acção governativa com a maioria esmagadora do povo português, que quer de facto paz, quer estabilidade, quer resolução dos problemas reais que existem e que é preciso de facto resolver.

Ora, na medida em que nós, socialistas, governamos, e governamos eficazmente, temos presentemente e por condições históricas muito especiais, o apoio da grande maioria do povo. Se se manifestar uma oposição sistemática, seja de quem for, o partido que o fizer na Assembleia da República desprestigia-se e perde terreno, mesmo em relação às suas próprias bases.

OS PROBLEMAS DO PS

«DL» — O País foi de certo modo surpreendido pelo conteúdo de dois comunicados, recentemente divulgados, pela Federação da Área Urbana de Lisboa e pela Federação Distrital de Coimbra do Partido Socialista, que trouxeram a público a existência de alguns problemas internos do PS, problemas que seriam depois seriamente empoçados por alguns órgãos de informação.

Qual é, efectivamente, a situação interna do PS?

Manuel Alegre — Nós somos um partido aberto. Não somos, nunca fomos e não seremos

um partido monolítico, um partido fechado e voltado sobre si mesmo. Somos um partido aberto, como disse, um partido vivo, como se está a ver, um partido democrático, onde há discussão de ideias, onde há circulação de ideias, onde há debate, onde existem sensibilidades diferentes e pontos de vista diferentes, e isto é perfeitamente normal, lógico e salutar, e é bom que assim seja.

Entre nós temos o hábito de discutir e de tomar decisões por métodos democráticos. A verdade é que passamos aqui situações muito difíceis e sempre mantivemos a coesão e a unidade do nosso partido, sem o transformarmos num partido monolítico.

Já a quando do nosso primeiro Congresso na legalidade houve por aí uma enorme pressão contra o PS, montada de fora contra o nosso partido. Tratava-se, nessa altura, de descabeçar o PS, de lhe partir a espinha para a seguir o satelitizar. Isto é: o projecto de tomada do poder que existia nessa altura, das forças digamos vanguardistas, políticas e militares, passava pela satelitização do PS. Essa foi a operação Serra, a operação de Manuel Serra ou a que se prestou Manuel Serra e a FSP.

Aliás, a evolução da FSP torna clara qual foi a origem daquela operação. E até se gastaram alguns milhares de contos nessa operação, nela havendo estado envolvidos sectores políticos e sectores militares. A operação falhou, mas as pessoas não desistiram imediatamente. Houve depois o almirante Rosa Coutinho e também

o ex-brigadeiro Corvacho, no Porto, que se distinguiram particularmente nisto. Foram várias, de facto, as tentativas para se fazer o tal «partido verdadeiramente socialista».

Tratava-se, uma vez mais e sempre, de descabeçar o PS, liquidando politicamente, e talvez não só, os seus principais dirigentes. Queria-se satelitizar o PS, e fazer depois do nosso partido a grande massa de manobra e de apoio a um projecto que umas vezes tinha a sua principal inspiração no PCP e nos apêndices do PCP, e outras vezes nos sectores ditos peruanos ou nasseristas das Forças Armadas. Simplesmente, o PS resistiu a todas essas manobras e a todas essas operações. E houve de facto operações e golpes preparados, e nós temos conhecimento factual da preparação e do sentido dessas manobras.

«DL» — E relativamente aos problemas que o PS conhece actualmente, o que é que se passa?

Manuel Alegre — O que acontece é que as forças exteriores ao PS, que sempre especularam com as divisões e cisões no interior do PS, criando inclusivamente alas, continuam a fazê-lo. É assim que surgiram as alas «direita» e «esquerda» no interior do PS.

Devo dizer, porém, que as bases do PS não se reconhecem nessas alas: são criações externas ao próprio PS. O que também aconteceu, é bom lembrá-lo, em outros países. O projecto de destruição e de satelitização dos partidos socialistas passou sempre pela criação de alas dentro desses partidos.

Contudo, nós mantivemos sem falha a característica de uma profunda democracia interna, e pensamos que isso é condição indispensável à própria vitalidade do partido.

Nada mais natural, por isso, que agora, que vamos realizar o nosso Congresso, se haja iniciado, desenvolvido ou intensificado a discussão dos problemas de fundo, que por vezes os ânimos aqueçam e que a tensão suba. Isso é sinal de que o partido está vivo e de boa saúde.

O Congresso vai realizar-se dentro de poucos dias, como se sabe. Um congresso é um acontecimento normal na vida de um partido democrático. O nosso congresso será, uma vez mais, um congresso aberto. Os delegados ao Congresso foram eleitos nas secções e nos núcleos e serão por isso verdadeiramente representativos das bases do partido.

No Congresso discutiremos a política geral do partido e as grandes linhas de orientação do PS. E uma vez mais essa discussão será feita democraticamente. É óbvio que eu penso que este Congresso contribuirá para a clarificação da linha política do partido, para um reforço da organização do partido e para uma clarificação até de certos problemas que dizem respeito à organização do partido.

QUEM PRETENDE DIVIDIR O PS

Ao contrário dos partidos comunistas — prossegue Manuel Alegre — nós não somos apenas um partido de núcleos de empresas; ao contrário dos partidos sociais-democratas, também não somos só um partido de secções de residência. No PS temos as duas coisas e temos que encontrar a síntese, do ponto de vista orgânico, entre os dois sectores, para que não surjam oposições ou antagonismos dentro do partido. Nós somos um partido de trabalhadores, e estes estão tanto nos núcleos de empresas como nos núcleos de residência.

Há quem tenha tentado, por vezes, explorar esta situação ou criar antagonismos entre Federações e núcleos de trabalho. Mas o que acontece, no fundo, é que não pode haver dois partidos, não podem coexistir duas estruturas paralelas. O partido é só um, e a linha política é só uma, quer dizer: pode haver discussão, pode haver tendências, pode haver sensibilidades, mas temos um só partido. E estes problemas nós vamos tentar clarificá-los e resolvê-los dentro do nosso partido, no decorrer do Congresso, reforçando e melhorando determinados aspectos da nossa organização, de maneira a conseguirmos essa síntese, que é uma das originalidades do PS e que é indispen-



Manuel Alegre ao redactor do «D.L.»: «Seria interessante que alguns jornalistas deixassem de fazer um jornalismo elitista, deixassem de dividir as personalidades, ou se ocupassem só das conversas de bastidores de certos meios aqui da capital»

Nacional

AO NOSSO JORNAL

al vem da direita"

sável para a própria viabilidade do nosso projecto político socialista.

Agora eu quero dizer, e muito claramente, o seguinte: são forças políticas exteriores ao PS que especulam com a existência de «alas» dentro do PS, e isso transparece muito claramente, neste momento, na imprensa que procura explorar, digamos assim, a situação no PS, que no fundamental é de boa saúde. Basta ler o «Diário», o «Jornal» e a «Opção»; basta ler, também, os jornais da direita, para constatar que uns e outros estão interessados em dividir o nosso partido. Para uns, o anjo mau sou eu, e o anjo bom é o Lopes Cardoso; para outros, o anjo mau sou eu, e o anjo bom é o Lopes Cardoso.

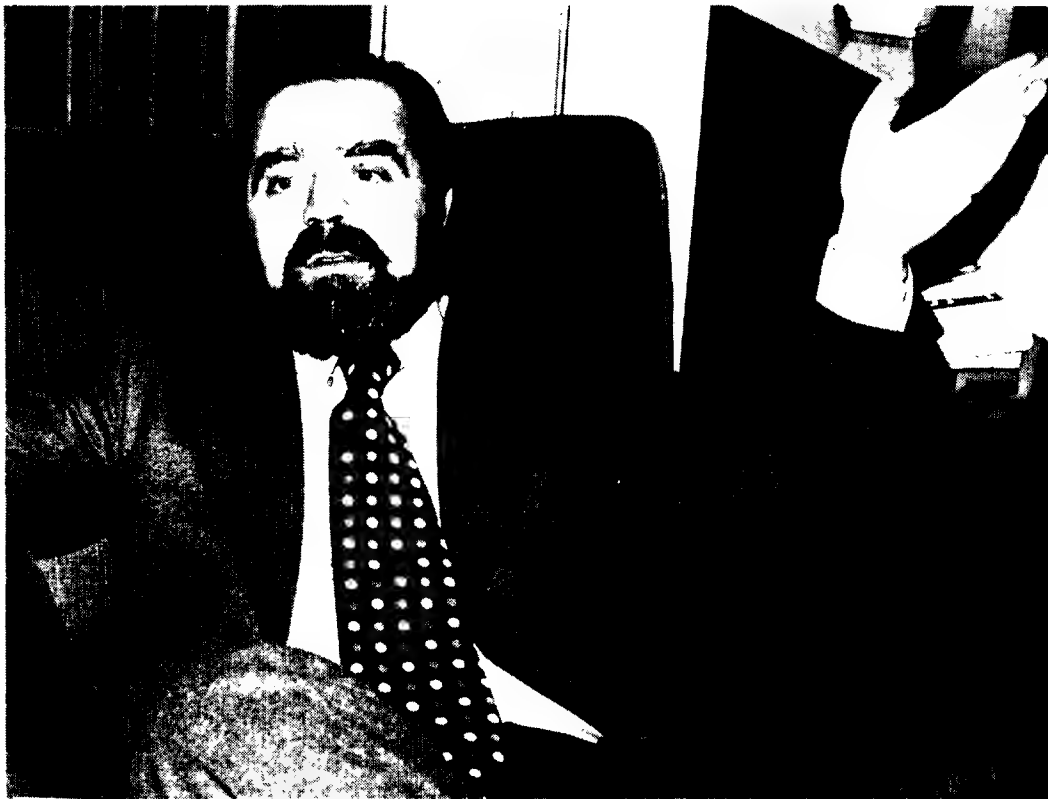
Ora não há nada mais falso do que considerar que há uma ala de esquerda e uma ala de direita dentro do PS; existem, sim, diferentes sensibilidades e diferentes pontos de vista em relação a casos concretos. Mas se falássemos de tendências, então constataríamos a existência de várias tendências dentro do PS; no meu partido, e isto eu sublinho-o bem, não há o preto e o branco: há sensibilidades diferentes e, como várias vezes tem sido acentuado, as votações nem sempre são em bloco, nem sempre são coincidentes: muitas vezes eu voto com o meu camarada Lopes Cardoso; outras vezes voto com outros camaradas. Isso depende dos problemas concretos e das situações concretas.

A «ALA ESQUERDA»
Agora o que há — continua Manuel Alegre — é que certa imprensa, nomeadamente a do PCP, tem procurado sempre sublinhar a traço grosso a existência de uma ala esquerda dentro do PS, e isso até é prejudicial para alguns dos nossos camaradas.

Não há nada mais errado, e ninguém melhor do que os nossos militantes o pode testemunhar, do que apresentar o Lopes Cardoso como um homem de esquerda e eu e outros camaradas do meu partido como homens de direita. Nós somos todos homens de esquerda, temos todos um passado de esquerda, coisa que não têm alguns dos senhores que nos atacam no «Diário» e outros esforçados comentadores de «O Jornal» e da «Opção», para já não falarmos nos que escrevem no «Dia», no «Expresso», etc.

Nós sempre estivemos à esquerda e somos todos homens de esquerda, que apenas têm em relação à situação política como em relação ao ritmo das transformações a levar a cabo, pontos de vista por vezes diferentes.

Mas quando aqui haja alguma divergência, eu diria, como é perfeitamente evidente, que se trata apenas de uma diver-



«Para uns, o anjo mau sou eu, e o anjo bom é o Lopes Cardoso; para outros, o anjo bom sou eu, e o anjo mau é o Lopes Cardoso»

gência em relação a duas alternativas de esquerda, porque apenas têm a ver com o ritmo que deveria ter, presentemente, o nosso processo de transformações políticas, sociais e económicas.

DIVERGÊNCIAS E SENSIBILIDADES

«DL» — O Manuel Alegre tem-se referido à existência de sensibilidades diferentes dentro do PS, o que implica orientações não forçosamente coincidentes. Quais são, nesta perspectiva, as alas e as divergências mais importantes no seio do PS?

Manuel Alegre — Há uma tendência para classificar como ala esquerda aqueles que defenderiam uma aliança com o PCP.

Por outro lado, a direita classifica como ala direita aqueles que mais vigorosamente se opuseram ao projecto do PCP.

Ora é curioso observar que quem mais firmemente aqui se opôs ao projecto autoritário e totalitário do PCP foram exactamente as pessoas mais radicais do ponto de vista da luta antifascista do P.S. de maneira que há que ter muito cuidado com essas conotações de direita e de esquerda. E as forças de direita enganam-se se pensam que pelo facto de nós nos termos efectivamente oposto com firmeza ao golpismo que existiu neste País, defendemos posições políticas de direita.

Quanto ao facto de o PCP me classificar a mim e a outros camaradas como a «ala direita» do PS, parece-me oportuno sublinhar o seguinte: o PCP classifica como ala de direita do PS não aqueles que defendem soluções históricas de direita, mas aqueles que mais se opuseram, aqui, às tentativas

de liquidação e satelitização do PS, que é o meu caso, por exemplo, e também o do Sottomayor Cardia, do Mário Soares, do Salgado Zenha e do Lopes Cardoso.

E já agora vou referir um facto que não é conhecido: é que a decisão de convocar o comício que mobilizou todo o nosso partido na luta contra a lei da unicidade sindical foi tomada pelo Lopes Cardoso e por mim juntamente com o Marcelo Curto. Esta decisão de convocar o comício do Pavilhão dos Desportos foi o ponto de arranque para este grande partido de massas que nós somos hoje.

Mas o PCP engana-se ainda em relação a alguns dos nossos camaradas considerados da «ala esquerda» do PS se pensa que eles defendem posições de capitulação em relação ao PCP.

TODOS DE ACORDO PARA CONSTRUIR O SOCIALISMO

«DL» — Quer dizer que o Manuel Alegre, como outros dirigentes socialistas apontados como fazendo parte da «ala direita», reafirma a sua fidelidade ao projecto socialista, ao programa do PS e a uma solução de esquerda para este País, não é assim?

Manuel Alegre — É evidente. Há uma coisa em que nós estamos todos de acordo, que é construir o socialismo, no quadro da democracia política, em Portugal, ou seja: estamos todos de acordo em tentarmos construir no nosso país, pela primeira vez, na história da Europa e do Mundo, uma sociedade socialista em liberdade.

Em relação a isto, repito, não há divergências ao nível do Secretariado Nacional do nosso partido. Nós queremos

efectivamente o socialismo, mas queremos um socialismo democrático, um socialismo em liberdade no quadro da democracia política que conquistamos.

Pode haver divergências em relação, digamos assim, ao ritmo, à aceleração ou ao abrandamento do ritmo em função de um objectivo preciso no plano económico, nomeadamente. Pode haver também divergências relativamente à análise da própria relação de forças neste momento, mas não quanto aos objectivos a atingir, nem quanto ao método democrático.

Ninguém põe em causa, ao contrário do que dizem certos jornais, a democracia política; ninguém põe em causa que a passagem para o socialismo se deve fazer no respeito pelas liberdades e no quadro da democracia representativa.

Pode também haver divergências no que respeita, e isso é apenas um problema de sensibilidade política, digamos assim, às prioridades: há camaradas que dão prioridade à consolidação da democracia política, enquanto outros dão prioridade aos avanços socialistas no plano económico. Mas nada mais. Estes são os problemas, pois, que podem suscitar divergências, ou que estariam na base das diferenças de sensibilidade ou de atitude face à realidade, à definição das prioridades e a uma análise da própria relação de forças.

Não há, porém, e sublinho-o bem, divergências ideológicas em relação aos objectivos nem divergências de inspiração filosófica em relação a aspectos fundamentais do nosso projecto político.

Mas já agora, se me permite, gostaria de acrescentar mais uma coisa: é que seria interes-

sante que alguns jornalistas deixassem de fazer um jornalismo elitista, deixassem de dividir as personalidades, ou se ocupassem só das conversas de bastidores de certos meios aqui da capital, e fossem auscultar a opinião das bases, descessem até aos núcleos e às secções, e tentassem conhecer um pouco melhor o que é um grande partido democrático de massas como é o caso do nosso partido. Então talvez tivessem grandes surpresas em relação à classificação que dos dirigentes do PS é feita pelos militantes e trabalhadores socialistas.

O PAPEL DA IMPRENSA

«DL» — Devemos concluir que os órgãos de Informação devem silenciar estes problemas, só porque são problemas internos de um partido político?

Manuel Alegre — É óbvio que os órgãos de Informação não têm que fazer qualquer silêncio sobre estes problemas. O que eu disse anteriormente não pode levar à conclusão que pôs. Pelo contrário, eu considero que o dever dos jornais e dos jornalistas é falar desses problemas, é inserir comentários, é fazer críticas, e até especulações. Isso faz parte de uma imprensa livre, e como já tive ocasião de afirmar nós não queremos aqui uma imprensa de cócoras perante o partido do Governo e o próprio Governo. Nós não queremos aqui uma imprensa situacionista.

Mas a verdade é que o situacionismo existe ainda em muitos jornalistas portugueses, que passaram de um situacionismo a um situacionismo de sinal contrário.

Agora o que se passa a nível de certos órgãos, nomeadamente semanários, especialistas num certo tipo de comentários superficiais, eu diria que esses órgãos enfermam de um vício pequeno-burguês ou até de grande-burguês, do facto de serem dirigidos no fundo por pessoas de boas famílias, com vidas muito parecidas, que frequentam os mesmos meios, que têm os mesmos vícios burgueses e a mesma atitude burguesa perante a cultura, perante a política e perante as questões sobre as quais acabamos de falar. São flores de estufa.

GOVERNO E PRESIDENTE DA REPÚBLICA

«DL» — Como é que o Manuel Alegre interpreta a colagem da direita ao Presidente Ramalho Eanes?

Manuel Alegre — A colagem dos partidos da direita ao General Ramalho Eanes já vem de trás, já vem da campanha eleitoral para a Presidência da República.

Eu próprio já tive ocasião de sublinhar, no decorrer dessa mesma campanha, que o PPD e o CDS, haviam saído derrotados das eleições legislativas, como haviam sido nas eleições para a Constituinte, e não quiseram sofrer uma nova derrota. Eles sabiam que se apresentassem um candidato próprio ele seria derrotado, e que o vencedor seria, com toda a probabilidade, o candidato apoiado pelo PS. Daí que o CDS, tenha abdicado do seu candidato, do candidato que andou a preparar durante meses, e que era o general Galvão de Melo; e também que o PPD não haja apresentado um candidato seu.

Quer dizer: houve efectivamente nessa altura colagem desses partidos ao candidato do PS. Aqueles partidos sabiam perfeitamente que o general Ramalho Eanes tinha o consento das Forças Armadas, que simbolizava na verdade as Forças Armadas. Por outro la-

do, nós sempre dissemos que apoiáramos o candidato que tivesse o consento das Forças Armadas. Esse candidato era o general Ramalho Eanes. O CDS e o PPD sabiam que o general Ramalho Eanes ia ter o apoio do PS, e então colaram-se a essa candidatura, até para desvirtuar o seu sentido, e para a tentar recuperar.

Simplemente, desde a sua proclamação, desde o início do seu mandato, o general Ramalho Eanes, como se pode constatar pelos seus discursos, foi muito claro na definição da sua posição da defesa da Constituição e da meta socialista que a Constituição aponta. E esse aspecto tem sido sempre acentuado e sublinhado nas tomadas de posição do general Ramalho Eanes.

O que acontece, neste momento, é que há uma sintonia perfeitamente entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, de maneira que aquilo que aqueles partidos pretendiam com essa colagem, que era uma recuperação ou um desvirtuamento do significado da candidatura do general Ramalho Eanes, transformou-se numa nova derrota da direita.

OS DESEJOS DE SÁ CARNEIRO

«DL» — O discurso proferido pelo general Ramalho Eanes, por ocasião das comemorações do 5 de Outubro tem sido interpretado pelos partidos da direita como desfavorável ao Governo. Por outro lado, o dr. Sá Carneiro, em entrevista concedida há cerca de uma semana a «O Jornal» afirmou mais ou menos claramente que, até ao fim do ano, o Presidente da República poderia ser levado a rever a sua posição relativamente ao Governo socialista.

Que pensa disto?
Manuel Alegre — Nisso aí o dr. Sá Carneiro está a confundir os seus desejos com as realidades. Quanto ao aproveitamento do discurso proferido pelo general Ramalho Eanes pelo 5 de Outubro, verifica-se efectivamente esse aproveitamento pelos partidos da direita. Mas devo dizer que não é só o PPD e o CDS que têm o exclusivo desse aproveitamento.

Quanto a mim, o único entendimento possível desse discurso é o apoio do general Ramalho Eanes às medidas do Governo no sentido da reconstrução do Estado, e da construção de um Estado democrático, o que implica evidentemente que sejam afastados de postos-chave, de centros de decisão do aparelho de Estado, aqueles que lá se instalaram numa perspectiva golpista.

Esse discurso é, pois, a meu ver, um apoio, que embora não expresso é implícito, às medidas tomadas pelo nosso camarada Sottomayor Cardia no MEIC e a medidas tomadas, enfim, a todos os níveis, pelo Governo socialista. É, de facto, a caução e o apoio do Presidente da República às medidas de clarificação das coisas ao nível do aparelho de Estado, medidas que o Governo socialista tem levado a cabo.

SOBRE UMA ALIANÇA PS/PCP/PPD

«DL» — Em declarações prestadas há dias, ao «DL», o dirigente comunista Octávio Pato considerou que não era de excluir a hipótese de uma aliança de governo que incluísse o PPD, proposição a que o dr. Sá Carneiro se mostrou receptivo.

Que pensa você, Manuel Alegre, desta eventualidade?

Manuel Alegre — Não é a primeira vez que o PPD e o

Nacional

Manuel Alegre ao "Diário de Lisboa"

Continuação da pag. 11

PCP piscam o olho um ao outro. Isso já aconteceu por altura da saída do PS do IV Governo Provisório. Nessa altura, havia quem defendesse, tanto por parte do PCP como da do PPD, a formação de um «bloco histórico» assente fundamentalmente na coligação PC/PPD.

Agora, esses mesmos partidos voltam, de novo, a namorar, e isso comprova a afirmação feita uma vez pelo meu camarada Salgado Zenha, e segundo a qual, no fundo, o PCP é um PPD de esquerda, e o PPD é um PCP de direita. Tem ambos uma grande nostalgia do poder.

É claro que eles sabem que não é possível formar um governo de coligação excluindo o maior partido português, que é o PS. De maneira que, dum ponto de vista tático, voltam a pôr o problema em termos de VI Governo Provisório, ou em termos de governo de salvação nacional, ou em termos de um governo daqueles que existiram até à formação do primeiro Governo constitucional.

Saliente-se, também, e isto é muito curioso, que houve períodos em que o PCP fez uma grande pressão para afastar e marginalizar o PPD do Governo, e nessa altura o PS opôs-se a esse propósito do PCP.

Houve, igualmente, períodos, nomeadamente após o 25 de Novembro, quando ocorreu uma modificação da relação de forças, que foi o PPD que fez uma grande pressão para marginalizar e excluir o PCP, e também nessa altura o PS se opôs aos desígnios do PPD.

É curioso, pois, verificar como dois partidos que ao longo de todo este período andaram umas vezes a procurar excluir-se e marginalizar-se mutuamente, e outras vezes a pro-

curar uma aliança para excluir o PS, voltam agora a encontrar-se para de novo participarem no Governo.

Acontece, no entanto, que a nossa posição é muito clara: nós não fazemos alianças nem à esquerda nem à direita, e pensamos que nas condições actuais a única alternativa democrática possível para salvarmos a democracia e caminharmos em frente, é a da existência do Governo constituído pelo PS.

O PERIGO DA DIREITA

«DL» — Entretanto a direita existe. E não será ela o perigo principal?

Manuel Alegre — A direita existe e o perigo principal é, sem sombra de dúvida, o perigo da direita. Eu não digo que seja um perigo imediato, mas é um perigo a curto e a médio prazo.

«DL» — Mas o que acaba de afirmar não conduz, inevitavelmente, à conclusão de que é indispensável uma frente de esquerda e um governo de unidade de esquerda?

Manuel Alegre — Olhando para a experiência histórica, não só nossa como da Europa e do Mundo, constatamos que desde a guerra civil de Espanha para cá as experiências de esquerda têm terminado sempre com derrotas: foi assim na Espanha, mas também na França, no Brasil e no Chile — para não falar só nos casos que estão na memória de todos.

Nós não queremos ser mais uma esquerda derrotada. Tive ocasião de afirmar uma vez em Paris que não queremos com a nossa derrota provocar uma grande solidariedade internacional; não queremos que haja por nós uma missa negra, ou um «requiem» em palácios de Mutualité espalhados por essa

Europa fora. O que nós pretendemos é que a nossa vitória, aqui, contribua para modificar de maneira decisiva, a relação de forças na Europa e contribua para o avanço das forças democráticas e socialistas.

É claro que o perigo vem da direita, e que a direita teria possibilidades de destruir a nossa revolução e de novo voltar a exercer o poder se houvesse uma falência do Governo socialista e se por essa falência se criasse uma situação de caos económico, de caos social e de caos político que deslocasse uma parte da base popular de apoio ao actual Governo para as forças da direita.

Nós queremos evitar isso a todo o custo. E para o conseguirmos temos que definir com clareza o projecto autónomo do Partido Socialista; temos que manter um PS forte; temos que conseguir que o PS continue a ser a principal força de esquerda neste País, e temos que levar à prática — com clareza, com realismo e com muito equilíbrio, o projecto autónomo do PS.

É nesse equilíbrio que está, em meu entender, o segredo e a possibilidade da nossa vitória.

O meu camarada António Reis escreveu, recentemente, na «Opção» que é preciso resistir à tentação de direita — e eu estou de acordo. E mais: disse que não se vence a direita fazendo uma política de direita — eu também estou de acordo. O problema está em saber o que é fazer uma política de direita e o que é fazer uma política de esquerda. Não se vence a direita fazendo uma política de direita; mas também não se vence a direita fazendo uma política esquerdista, irrealista, uma política desligada da realidade concreta e da relação de forças.

«DL» — No seu entender, o que é, hoje, a Revolução, fa-

zer a Revolução?

Manuel Alegre — Eu penso que a Revolução hoje, é, antes de mais, saber encontrar a maneira de manter a democracia política; é saber auscultar as grandes aspirações populares e sintonizar-nos com a maioria do povo, e realizar reformas concretas que melhorem as condições de vida das massas populares.

Fazer uma política de esquerda é encontrar soluções para resolver os problemas económicos, sem provocar uma aceleração brusca, sem fazer uma ruptura brusca que, no meu entender, deslocaria grande parte da base social de apoio ao Governo.

Fazer uma política de esquerda é fazer uma política de relançamento da nossa economia, que não seja uma política de recuperação capitalista mas que não seja também uma política de queda no abismo. É saber resistir às chantagens e às pressões de direita — pressões e chantagens umas vezes directas, outras vezes muito subtis —, mas é também saber resistir a um certo tipo de complexo que há meio século habita a esquerda; é saber resistir a outro tipo de chantagem e de pressões que nos vêm das forças ditas à nossa esquerda. Fazer uma política de esquerda é ter uma prática política, no domínio económico, no campo social e no terreno político que mantenha a nosso favor a grande maioria da massa dos trabalhadores, a grande maioria do Povo português.

Eu não defendo uma concepção vanguardista das transformações sociais, nem há condições políticas e históricas em Portugal para o triunfo de uma concepção vanguardista. O segredo da vitória da esquerda em Portugal está na ligação entre as massas populares e o Governo, entre as massas po-

pulares e o partido que é, presentemente, o principal instrumento das transformações económicas, sociais e políticas neste País, que é o Partido Socialista.

Se a esquerda quer vencer em Portugal, tem que ter consigo as massas populares, tem que fazer uma política que mantenha a seu favor as massas populares deste País. Porque eu creio que só é possível vencer se nós conseguirmos que as massas adiram à democracia e adiram a um projecto socialista de transformação da sociedade; se compreendermos, de uma vez por todas,

que o grande sujeito das transformações históricas são as massas populares.

É por isso que eu terminaria dizendo que neste momento histórico em Portugal a esquerda somos nós, os revolucionários somos nós, porque a Revolução não consiste em enunciar projectos teóricos utópicos, não consiste em enunciar um projecto impossível em relação ao momento histórico que vivemos — isso é uma forma de idealismo — a Revolução consiste em encontrar os caminhos para realizar em cada momento histórico o projecto possível.

Comissão da Condição Feminina

divulgou conclusões

da O.N.U. sobre direitos da mulher

Através de uma conferência de Imprensa a Comissão da Condição Feminina divulgou, ontem, as conclusões da 26.ª sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres da ONU, realizada de 13 de Setembro a 1 de Outubro, em Genebra.

Os trabalhos da sessão centraram-se em dois pontos fundamentais: elaboração de um projecto de convenção sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres e definição de um programa a cumprir nos cinco primeiros anos do Decénio das Nações Unidas para a Mulher, iniciado este ano.

No decorrer da conferência de Imprensa foram abordadas diversas questões relacionadas com as funções e a actividade da CCF, organização governamental dependente da Presidência do Conselho. Embora a comissão tenha desenvolvido contactos com organi-

zações não governamentais como o MLM (Movimento de Libertação das Mulheres), MDM (Movimento Democrático das Mulheres) UMTF (União das Mulheres Trabalhadoras), núcleos femininos de partidos políticos, organizações e sindicatos, espera-se a aprovação do decreto que institucionalizará a CCF para se efectivar uma maior operacionalidade.

A falta de meios tem por agora limitado a CCF nos seus contactos com organizações congéneres de outros países, embora tenha estado presente na Conferência do México e na Conferência de Berlim o ano passado, e enviado uma delegação a Cuba e a União Soviética a convite de organizações de mulheres destes países.

Sousa e Castro

em Londres

LONDRES, 27 — (R e «DL») — O capitão Sousa e Castro foi ontem convidado de honra num almoço oferecido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Britânico, no Savoy Hotel.

Posteriormente, Sousa e Castro avistou-se com membros do grupo parlamentar anglo-português na Câmara dos Comuns, dirigindo-se mais tarde ao n.º 10 da Downing Street, onde viria a ter conversações com o ministro britânico dos Estrangeiros.

Sousa e Castro encontra-se na capital britânica a convite do Foreign Office para uma visita de dez dias. Enquanto em Londres, o porta-voz do CR avistou-se já ou avistar-se-á entretanto com representantes dos diversos departamentos do Governo, e fará visitas a diversas instalações militares.

Rocha Vieira

na R.M.S.

O general Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército, visitou ontem o quartel da Região Militar do Sul, em Évora, o Regimento de Infantaria daquela cidade e o Regimento de Infantaria de Elvas.

Estas visitas seguem-se a outras que o C. E. M. E. tem feito a diversas unidades do País, com vista a manter um contacto muito estreito com os militares das várias regiões.

PUB

AOS IMPORTADORES, COMERCIANTES E RETALHISTAS DO PAÍS

Afectados pelas restrições às importações, vítimas dos Decretos 720-A/76 — 720-B/76 — 720-C/76 e 729/76, o Norte representado pela sua maioria, resolveu em Assembleia Magna, e como primeira forma de luta, exigir a DEMISSÃO dos responsáveis pelos IMPENSADOS DECRETOS, dando disso conhecimento somente ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro-Ministro.

ESTAMOS UNIDOS e conscientes da grave situação, nossa e dos que trabalham connosco.

Vamos fazer um Plenário: JÁ.

Dê-nos a sua adesão — escreva para a Associação dos Comerciantes do Porto, Avenida Rodrigues de Freitas, 200 — PORTO.

A COMISSÃO DE LUTA

Estrangeiro

Esfriam as relações China—Albânia

PEQUIM, 27 — (R) — Novos indícios de relações mais frias entre a Albânia e a China surgiram hoje quando o «Diário do Povo» não publicou, pela primeira vez, um telegrama oficial de felicitações do pequeno aliado europeu de Pequim.

O dirigente albanês Enver Hoxha enviou, com atraso, uma mensagem de felicitações a Hua Kuo-feng por motivo da sua escolha como sucessor de Mao Tse-tung na presidência do Partido Comunista Chinês, mas a mensagem não se encontrava entre os telegramas de outros aliados comunistas da China publicados com grande relevo na primeira página do «Diário do Povo».

Segundo a agência noticiosa Nova China, a mensagem da Albânia foi enviada na segunda-feira. Pedia cooperação sincera entre os dois países «...pelo bem da luta comum contra o imperialismo norte-americano, o social-imperialismo soviético, o moderno revisionismo e a reacção».

Analistas ocidentais notaram que os albaneses pareciam estar preocupados com a sublevação política na China, após Mao, o saneamento de radicais e o aparecimento do que começa a assemelhar-se a uma chefia moderada e pragmática.

Uma viragem no sentido da moderação em Pequim minaria seriamente a po-

sição de Hoxha, que apostou o futuro da Albânia numa política da esquerda sem compromissos — disseram os analistas.

O último dirigente chinês a visitar Tirana, que se encontra ainda muito isolada na Europa e sem relações com a URSS, foi um dos quatro radicais saneados, o teórico do politburo Yao Wen-yuan.

Desde que se isolou de Moscovo e dos seus aliados europeus orientais, no começo da cisão sino-soviética, nos princípios dos anos 60, a Albânia tem dependido principalmente do apoio chinês.

Contudo, durante o ano passado, diplomatas de Pequim afirmaram que viram sintomas de que o auxílio chinês, que incluía centenas de técnicos e maquinaria no valor de milhões de dólares, fora reduzido.

Não se sabia ao certo que papel na recente depuração política teria desempenhado a Albânia levando a um aparente arrefecimento das relações, mas observadores pensam que a chefia albanesa poderá recear uma aproximação chinesa em relação a Moscovo e a melhoria das relações de Pequim com Washington.

A clarificação da súbita reserva entre os dois países registar-se-á eventualmente quando o partido Comunista albanês iniciar o seu próximo Congresso em Tirana, no dia 1.

DURANTE VISITA OFICIAL

Três mil agentes protegem rei de Espanha em Paris

MADRID, 27 — (ANOP, FP, R e «DL») — O rei Juan Carlos chega hoje a Paris na sua primeira visita oficial a um país europeu, depois de já ter estado, desde a sua coroação, nos Estados Unidos, República Dominicana, Colômbia, e Venezuela. Depois de ser recebido com todas as honras e cercado de rigorosas medidas de segurança, espera-se que as conversações com o rei levarão a efeito se baseiem fundamentalmente na tentativa de aproximação com a Europa Ocidental e numa futura admissão no Mercado Comum.

Cerca de 3000 agentes foram mobilizados para manter a distância potenciais manifestantes e para garantir a segurança pessoal do rei espanhol. O Ministério do Interior exilou 30 refugiados bascos para pequenas ilhas do Atlântico e ordenou que outros 60 se apresentem duas vezes por dia nas esquadras da polícia. Apesar disso, em 48 horas registaram-se cinco atentados bombistas contra bancos e pequenas empresas com ligações com a Espanha, tendo um grupo anarquista espanhol assumido a responsabilidade dos mesmos.

O actual Governo francês considera-se como o melhor amigo da Espanha na Europa e prometeu ajudá-la a ser ad-

mitida na C. E. E. Numa mensagem difundida ontem pela Televisão francesa, Giscard d'Estaing afirmava que «a França acompanha, atentamente e com simpatia, as iniciativas e os esforços do rei Juan Carlos». O presidente da França desejou êxito à Espanha e disse que nenhum factor externo deveria dificultar o processo em curso naquele país ibérico.

Entretanto, como parte deste processo, acredita-se que a lei de liberdade sindical em Espanha poderá ser divulgada num prazo de 20 dias, segundo informações do presidente da Federação Alemã de Sindicatos, Oscar Vetter, que, por sua vez, citou informações recebidas de um ministro espanhol com quem manteve conversações nos últimos dias. Ao mesmo tempo, o sindicalista alemão prometeu auxílio técnico e económico à U. G. T. de Espanha para que ela se torne a «grande central sindical espanhola da Espanha democrática». Oscar Vetter desmentiu que os sindicatos alemães já tenham contribuído para a U. G. T. com a soma de 40 milhões de pesetas, dizendo que a quantia dada foi «uma sexta parte da mencionada pela Imprensa inglesa».

Por outro lado, um general da divisão e um coronel, ambos da Força Aérea espanhola, passaram à disponibilidade por «presumível» envolvimento nos subornos da companhia norte-americana Lockheed. A suspensão das actividades do general Luis Rey Rodriguez e do coronel Carlos Grandel Segade é independente das res-

ponsabilidades em que poderão incorrer, de acordo com o código de Justiça Militar e são a primeira acção oficial por causa do escândalo das «luvas» da Lockheed, em Espanha. Um comunicado do Ministério da Aeronáutica emitido ontem não fornecia maiores detalhes e um juiz do Supremo Tribunal está a examinar documentos fornecidos pelo Governo dos Estados Unidos.

Hoje explodiu uma bomba nas instalações da Embaixada de Marrocos, em Madrid, causando consideráveis prejuízos e ferindo diversas pessoas. A agência Europa Press disse ainda que pouco depois da explosão foram disparados tiros de um carro que passou em grande velocidade em frente à Embaixada, na Calle Serrano. testemunhas afirmam que uma pessoa jazia no passeio, em meio a uma poça de sangue,

parecendo morta, e que um jovem, atingido, foi levado do local numa ambulância.

Em Santander a Polícia prendeu 20 pessoas de esquerda durante as últimas 48 horas, segundo anunciaram os meios oposicionistas em Madrid.

O jornal "Madrid" vai reaparecer

MADRID, 27 — (ANOP) — O diário «Madrid», que foi suspenso por decisão do Conselho de Ministros de 7 de Janeiro de 1972, poderá reaparecer depois do principal editor proprietário, Rafael Calvo Serer, ter ganho o pleito que tinha interposto nos tribunais espanhóis e que foi hoje decidido com a sentença favorável do Supremo Tribunal.

Rafael Calvo Serer será indemnizado em vários milhões de pesetas

Caleidoscópio

BRUXELAS, 27 (F.P.) — A Grã-Bretanha prepara-se para pôr a Europa entre «parêntesis» afirma-se nos círculos comunitários de Bruxelas, em consequência das declarações de Callaghan à TV britânica.

Nos círculos da NATO, também não é menor a irritação provocada pelas afirmações de Callaghan e, em particular, pela ameaça de uma eventual retirada das tropas do Reno.

ROMA, 27 (ANO) — O jornalista Arrigo Benedetti, director do vespertino italiano «aese Sera», morreu ontem. Tinha 66 anos e foi vítima-

do por uma insuficiência renal, falecendo num hospital de Roma.

NOVA IORQUE, 27 (F.P.) — O «Wall Street Journal» critica severamente num editorial o papel desempenhado pela Unesco no sector da informação mundial, e pede ao Governo norte-americano que recuse o apoio ou o financiamento de qualquer projecto deste organismo internacional visando a reduzir a liberdade de Imprensa através do Mundo.

BUENOS AIRES, 27 (F.P.) — Já três meses que três emissoras argentinas estão proibidas de difundir vários discos dos «Beatles» de Bob Dylan e de Vinícius de Moraes.

Esta proibição abrange também discos gravados por outros cantores, como Carlos Gardel, Atahualpa Yupanqui, Mercedes Sosa, Horacio Huanary, Chico Buarque de Hollanda, Toquinho e Nito Mestre.

EDITAL ANUNCIO

O Doutor José Guilherme R. L. Martins Alves, Mm.º Juiz de Direito do 6.º Juízo Civil da Comarca de Lisboa, faz saber que por este juízo e primeira secção, nos autos de acção especial de declaração de ausência e instituição de Curadoria Provisória que a autora Doutora Amélia Cal Vaz Soares Baptista, médica, casada, moradora na Avenida Rainha D. Amélia, n.º 50, 3.º, em Lisboa, requer contra seu marido Doutor António da Silva Filipe da Cunha, médico, cujo último domicílio conhecido foi na Rua Maestro Jaime Silva Filho, n.º 1, 2.º, 5.º, em Lisboa, e actualmente ausente em parte incerta, corre editos de trinta dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando aquele médico e quaisquer outros interesses para, no prazo de oito dias, findo o dos editos, comparecerem, querendo, o pedido formulado nestes autos, tudo de harmonia com o fim do disposto no art.º 151.º do Código de Processo Civil, e conforme melhor consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra junto por linha aos autos para lhes ser entregue quando o solicitarem.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor que vão ser afixados.

Lisboa, 18 de Outubro de 1976

Verifiquei:

O Juiz — (José Guilherme R. L. Martins Alves)

O Escrivão de Direito — (António Moreira)



Operários de uma fábrica de Pequim exibindo cartazes com o retrato de Hua Kuo-feng, durante uma das manifestações de apoio à nomeação daquele dirigente para suceder a Mao Tsé-tung na presidência do Partido Comunista Chinês (Foto F. P.)

CHEFIA DO P.C.U.S. INALTERADA Reunido o Soviete Supremo

MOSCOVO, 27 (ANOP, FP, R e «DL») — A comissão central do Partido Comunista da URSS terminou ontem a sua sessão de dois dias, sem que a direcção do partido tenha sido alterada, segundo informações difundidas pela Rádio de Moscovo. Entretanto, Yakov Riabov, de 48 anos, foi eleito para o cargo de secretário da comissão central, aumentando o seu número para 11. Riabov é membro da C.C. desde o XXIV Congresso do partido, em 1971. Outros candidatos a membros do comité foram elevados à categoria de membros de pleno direito. No Politburo, que conta 15 membros e é presidido pelo secretário-geral do PCUS, Leonid Brejnev, não se verificaram alterações.

Hoje, com a participação de todos os membros da comissão política chefiados por Brejnev, Podgorny e Kossyguine, teve início, no Kremlin, a sessão plenária do Soviete Supremo. Esta reunião tem uma importância especial porque dará a aprovação definitiva ao X Plano Quinquenal Económico, que terá vigência entre 1976 e 1980. O plano foi elaborado por uma comissão especial e pelo Governo, segundo as directrizes emanadas do XXV Congresso realizado nos meses de Fevereiro e Março passados. O Plano Quinquenal já recebeu a aprovação decisiva na reunião plenária da comissão central. No seu discurso perante o plenário, Brejnev disse existir índices absolutos de cres-

cimento sem precedentes na história soviética.

Por outro lado, o vice-primeiro-ministro Nikolai Baibakov substituiu o chefe do Governo, Kossyguine, no discurso de apresentação do Plano Quinquenal, na sessão de abertura do plenário do Soviete Supremo. Contudo, Kossyguine, que só recentemente apareceu em público depois de uma ausência de aproximadamente três meses, durante a qual se falou que teria sofrido um ataque cardíaco, estava presente na tribuna quando Baibakov falou. A sorrir e a brincar com Brejnev e Podgorny, sentados ao seu lado, Kossyguine parecia bem disposto e não apresentava qualquer sinal que denunciasse uma grave doença.

Força árabe de paz

Papel mais importante da Síria no Líbano

CAIRO, 27 (R.) — Dirigentes árabes, que assistiram no Cairo à cimeira de dois dias, deram aparentemente luz verde à Síria para desempenhar o papel mais importante no seu plano para restaurar a paz no Líbano, dilacerado pela guerra civil.

Após a conferência terminar, ontem, à noite, o secretário-geral da Liga Árabe, Mahmoud Riad, revelou que os países membros e os palestinos tinham concordado em contribuir para uma força de manutenção de paz com maiores efectivos — pedra basilar do acordo sobre o termo da guerra a que se chegou na cimeira de Riade, na semana passada.

Embora Mahmoud Riad não dissesse quais os efectivos da força, um oficial de alta patente da Liga Árabe declarou antes que totalizariam 30.000 homens, conforme proposto na conferência na Arábia Saudita.

Com base nesse total e no número de soldados que se creiam estarem disponíveis nos países interessados — Síria, Líbano do Norte, Líbano do Sul, Emirados Árabes Unidos, Sudão, Arábia Saudita e Líbia — observadores calcularam que a Síria forneceria a parte de leão.

O Governo de Damasco, contra oposição violenta dos palestinos, tem já cerca de 22.000 soldados no Líbano a

apoiar os direitistas cristãos. O Iraque pretendia segundo se anunciou que uma retirada dos sírios fosse discutida no Cairo mas o seu pedido não foi atendido.

Um comunicado emitido ontem, à noite, após dois dias de intenso debate, por vezes acalorado, dizia que Estados árabes «agiriam para oferecer as garantias necessárias para confirmar o cessar-fogo terminando todas as formas de luta no Líbano e o regresso à vida normal».

Crê-se que a Organização de Libertação da Palestina (OLP) espera o maior contingente de tropas possível da Líbia, um dos seus partidários mais firmes, e observadores dizem que esse país poderia enviar, pelo menos, 5.000 homens.

Quanto ao difícil problema da presença palestina no Líbano, uma das questões mais espinhosas da guerra civil, a cimeira reafirmou a necessidade de se concretizar o acordo do Cairo de 1969 restringindo palestinos armados aos seus campos de refugiados.

Os dirigentes manifestaram grave preocupação por causa da luta no Sul do Líbano entre palestinos e direitistas, apoiados pelos judeus, que ocuparam recentemente algumas aldeias perto da fronteira.

Espectáculos

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:
Título original: Ljubavni slucaj ili tragedija sluzbenice PTT
Realização e argumento: DUSAN MAKAVEJEV (Jugoslávia-1967)
Fotografia (p/b): Aleksandar Petrovic
Cenários: Vladislav Lazik
Montagem: Katarina Slojanovic
Interpretação: Eva Ras (Isabel), Slobodan Aligrudic (Ahmed), Ruzica Sokc (a amiga de Isabel), Miodrag Andric (o carteiro sedutor), os peritos: Dr. Aleksandar Kostic (sexologia) e dr. Zivojin Alekovic (criminalidade).
Distribuição em Portugal: Mundial filmes
Cinema: Quarteto-Sala 3
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos
Duração: 79 minutos

Ver a obra de um cineasta por ordem inversa da cronolo-

"A Tragédia de uma Telefonista" de Dusan Makarejev

gia é uma coisa razoavelmente irritante. Makavejev é um desses casos: o êxito-escândalo de *Um filme doce* trouxe atrás de si toda a obra anterior e a crítica ressentiu-se inevitavelmente desse facto.

A *tragédia de uma telefonista*, datado de 1967, era a única película deste autor ainda não exibida entre nós; com a sua estreia podemos completar a trajectória deste realizador que, com rara ferocidade e ironia, rompeu cânones e tabus e soube traçar em quatro tempos de cinema um olhar terrivelmente lúcido sobre mitos e traumas contemporâneos.

Em 1967 a ferocidade ainda não é corrosiva, cáustica, terrorista. A *tragédia de uma telefonista* releva mais de um olhar desencantado mas ainda terno sobre personagens pobres, menores, vulgares, do quotidiano. Há já, porém, uma vontade de ir mais longe, mais fundo, que

as simples aparências, uma recusa dos discursos oficiais, uma inequívoca agudeza crítica.

Tratando um tema «vulgar» de personagens vulgares uma história de amor que termina tragicamente, num *brevet-fait-divers*, Makavejev evidencia aqui a desadequação dos vários discursos de peritos para explicar o acontecimento. Nem o sexólogo, nem o criminalista, nem ainda os discursos filmicos ou gráficos sobre a política parecem poder aproximar-se do real essencial, ou seja, de um quotidiano morno e desgostoso travessado por linhas de sobrevivência, fulgores auto-construídos, justificações provisórias que acabam por falhar.

A *tragédia de uma telefonista*, é, na carreira de Makavejev, um momento de constatação e já de breve contestação. Aparentando o ridículo mas sem estra-



O «London Contemporary Dance Theatre», que ontem à noite se estreou em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, apresenta hoje, no mesmo local e à mesma hora, a repetição do espectáculo. Na imagem, um momento de «Dança da Separação», do seu director artístico Robert Cohan

lhaçar o objecto, Makavejev está neste filme próximo de outros seus camaradas do Leste europeu, como Forman na Checoslováquia. Ainda um tomar de fôlego. Trabalhando já com pleno rigor a matéria filmica, integrando num mesmo discur-

so a ficção, o documento e o depoimento, cuidando quase preciosamente a banda de som (um dos aspectos mais fundamentais do seu cinema) e escolhendo os decors com um sentido preciso de contraponto ao trabalho dos actores, Makave-

jev faz de *A tragédia de uma telefonista* um filme-trampolim para aquela que resta ainda hoje como a sua obra fulcral, *Os mistérios do organismo*. Um trampolim que aliás vale por si e não apenas como ponto de passagem.

"PSICONAUTAS" AO TRABALHO TEATRAL

Os Psiconautas — Oficina de Teatro de Lisboa estão em vias de estreiar um novo espectáculo infantil-juvenil onde procuram intensificar a estreita ligação do circo ao teatro com utilização exclusiva de autores e textos portugueses.

Este grupo, formado por gente originária de várias profissões (artista plástico, técnico agrícola, jornalista, professora de educação corporal, e artista de circo) funciona,

praticamente, sem subsídios com uma pequena ajuda do INATEL e o esforço individual dos elementos componentes. Apesar destes problemas de ordem material os Psiconautas organizaram um seminário sobre Dinâmica Educativa, com professores do Ciclo Preparatório. Idêntico seminário seria mais tarde repetido no Porto paralelamente à apresentação dos espectáculos normais do grupo.

Segundo intenção que nos manifestaram, os Psiconautas pretendem, no futuro, organizar-se tecnicamente de modo a fixarem-se por mais tempo em cada região para um conhecimento aprofundado da vida do povo português e para desenvolvimento mais proveitoso do seu trabalho junto das populações do interior.

Integram os Psiconautas — Oficinas de Teatro de Lisboa os seguintes seis elementos: José Caldas, Teté, Agueda e Sena, Sebastião Ricou, Vanda Ferrão e Gerardo Tuché.



Os Psiconautas num dos seus espectáculos

"Histórias de fidalgotes e alcoviteiras" no Atlético Clube de Campolide

«Histórias de fidalgotes e alcoviteiras, pastores e judeus, mareantes e outros tratantes sem esquecer suas mulheres e amantes» é o título do espectáculo que a cooperativa de trabalhadores de teatro «A Barraca» apresenta a partir de hoje e durante cinco dias no Atlético Clube de Campolide.

Este espectáculo popular, preparado a partir de textos de Gil Vicente e Ruzante, foi apresentado nos distritos da Guarda e Castelo Branco, com particular insistência nos concelhos de Covilhã e Fundão, de colaboração com o Sindicato da Indústria Têxtil. Agora é a vez de o trazer até ao público da cidade onde «A Barraca» tem a sua sede.

Helder Costa é o autor da dramaturgia dos textos escolhidos pelo grupo cabendo-lhe, igualmente, a encenação do espectáculo, com assistência de Maria do Céu Guerra e António Anjos. Para além destes

três nomes, formam esta cooperativa de trabalhadores de teatro, Adelaide João, Fernanda Lapa, José Manuel Osório, Manuel Marcelino, Rui Anjos e Aníbal Rodrigues.

Após Campolide, o espectáculo da «Barraca» descerá a outros bairros populares e a localidades da cintura industrial de Lisboa.

Cinema português em Paris

No Palácio dos Congressos, em Paris, terá lugar um festival de cinema no decorrer do qual serão apresentados, nos dias 30 e 31 do corrente mês, filmes portugueses.

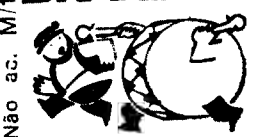
Do programa consta a exibição de «Fátima story», de António de Macedo, «Julio de Matos... hospital?», de José Carlos Marques, e «Liberdade para José Diogo», de Luis Galvão Teles.

MARIA VITÓRIA

● TELEF. 36 17 40 ●
HOJE E TODOS OS DIAS
AS 20.30 e 22.45 H.

O MAIOR
ACONTECIMENTO
TEATRAL!
UM ÊXITO ENORME!
A NOVA
PLURALREVISTA

O BOMBO DA FESTA!



Um grande espectáculo com

SALVADOR
e IVONE SILVA
HENR. SANTANA
LYGIA TELLES

As atracções
Fátima Caldeira e Yukie
e, ainda,
Carlos Gonçalves,
Herman José, Igor
Sampaio, Luís Mário e
Odete Antunes
à frente de um grande
elenco
e de um Corpo de Baile
Internacional
Aos domingos e feriados
«Matinéas» às 16 H.

AVISO:
2.ª Feira, Dia 1
(Feriado Nacional)
HÁ ESPECTÁCULOS
«Matinéas», às 16 horas
2 sessões: às 20.30
e 22.45 horas
(O descanso será
3.ª Feira, 2)

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05



Tambores na Noite de Bertolt Brecht

2.ª FEIRA, DIA 1
HÁ ESPECTÁCULO
3.ª FEIRA, DIA 2, FOLGA
A PARTIR DE DIA 12
«ALTA AUSTRIA»
de F. X. KROETZ

NEARTO grupo 4

O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO



De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ às 16 h

ÚLTIMAS

«estreia hoje»

Lendas
portuguesas
IV LIVRO DE LINHAGENS
Conde de Barcelos
ROMANCEIRO
Alameda Garrett
Dramatização MANUELA MACHADO
5.ª, 6.ª SÁBADO
E DOMINGO-21, 30h
SÁBADOS
E DOMINGOS
também às 18h

ENTRADAS LIVRES
PARA ESTUDANTES
marcações
tel. 607299

TRABALHADORES
DE TEATRO DA
CASA DA COMÉDIA
rua de s. francisco borja nº 24
tel. 607299 lisboa 3

FORÇA AÉREA

CORPO DE TROPAS PARA-QUEDISTAS

BASE ESCOLA

DE TROPAS PARA-QUEDISTAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO

VENDA DE SUCATA

Acoitam-se propostas escritas até às 15 horas do dia 4 de Novembro de 1976, para a venda de um lote único de sucata, composta por uma viatura, máquinas de lavandaria e sucata diversa.

O lote pode ser visto todos os dias úteis na Base Escola de Tropas Paraquedistas das 9 às 11.30 e das 14 às 16.30 horas.

O caderno de encargos que estabelece as condições de venda, encontra-se presente no Conselho Administrativo da BETP, em Tancos.

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Júlio Pires Ribeiro
CAP/KC

Televisão

Canal da Crítica

MÁSCARAS HÁ MUITAS

E pronto, caríssimos. Ao fim de quatro laboriosas semanas já sabemos quem matou o velho. Foi o médico, aliás um perfeito cavalheiro, aquilo a que nós, no mais puro classicismo, chamamos um *gentleman*. E, por que se tratava de um gentlemaníssimo, resolveram livrá-lo da ignomínia da força e puseram à sua disposição o revólver para meter um belindre na caixa dos pirolitos — se me é permitida linguagem tão desbragada, quando está em causa um aristocrata, um sangazul, tal qual como o detective o qual, além da azulção do sangue, também toca piano e descobre crimes praticados com digitalia.

Acabou-se a história. Resta-nos para recordar aquele documentário sobre uma aldeia sepultada no sul do deserto do Sara, onde se elaboram máscaras de muita influência na arte ocidental. Deveria o filme, de preferência, ter sido projectado na altura da reunião em Lisboa dos críticos internacionais, a qual reunião escolhera como centro de interesse exactamente a arte negra. Teria sido melhor ou então falava-se ontem um bocadinho com o Rui Mário Gonçalves, por exemplo, e assim se conseguia, estou certo disso, maior eficácia de extensão cultural.

O documentário, como se viu, girava à volta da enorme produção de máscaras na dita

aldeia perdida no deserto. Talvez não tivessem vindo nada a despropósito umas referências à brutal exploração a que a França submeteu os povos africanos colonizados, e quem quiser saber alguma coisa a respeito, não tem senão que consultar o livro *«A África começa mal»*.

Quanto às máscaras, o problema é delicado não tanto pela influência exercida sobre a arte moderna, mas pelo que de mais profundo significação da alma humana e da máquina social. Não apenas na pequena aldeia perdida pelo meio do deserto, lá em cascos de rolha: também entre nós. Também entre nós, lá para o Norte, o mistério subsiste quanto à formação e significação das máscaras. Disso igualmente se fez um belo filme. Mas também sem ser do norte. No mundo ocidental perdeu-se o hábito quotidiano das máscaras porque os rostos já são, eles próprios, as máscaras quotidianas. Olhamos para certas pessoas, nunca lhes aconteceu?, e procuramos saber o que eles escondem ou o que eles revelam para além das feições. Vocês nem queiram saber a quantidade de pessoas que andam por aí de máscara afivelada. A tal ponto que um fabiano, com fumaças de puritanismo, ao usar seu rosto sem maquiagens oportunistas se sente desconfortável como se estivesse nu...

A máscara, por exemplo, que usa o telejornal quando trata de certos assuntos. Da África Austral, por exemplo. Já vimos toneladas e toneladas de imagens do Kissinger nas suas andanças lá ior baixo. E a propósito, festejemos com foguetório: ontem, o Telejornal não falou de Kissinger! Ena! Se calhar estava doente. Ou se calhar fui eu que estive distraído, ou entretanto, para não perder o tempo, fui passando pelas brasas.

A farfalhe das imagens encobre a realidade. Encobre, por exemplo, que os racistas de África do Sul estabeleceram relações fraternais com a junta de Pinochet, no Chile. Chegou-se mesmo a falar de um projecto segundo o qual 1500 mercenários chilenos, amestrados nas bases da CIA da Zona do Canal do Panamá, seriam enviados para a África do Sul e para a Namíbia.

Encobre igualmente que, segundo notícia a Imprensa, o urânio sul-africano segue direitinho a Israel; e que Israel constrói os navios de guerra para serviço da África do Sul. Amor com amor se paga... Ainda se paga com mais amor: refere-se a existência de conselheiros militares israelitas na África do Sul, particularmente entre as tropas estacionadas na Namíbia. Isto porque, como denunciou Sam Nujoma, presi-

Por MARIO CASTRIM

dente da SWAPO (Organização do povo do Sudoeste Africano) *«os sul-africanos têm os israelitas na conta de especialistas na guerra do deserto...»*

Encobre, por exemplo, o fornecimento à África do Sul, por parte da França, de reactores atómicos. Encobre, em resumo, os reforços do imperialismo por consolidar as suas posições no continente africano ao mesmo tempo que dá o maior relevo às manigâncias do sr. Kissinger que promete à maioria negra, na Rodésia, para daqui a dois anos...

Através do *Telejornal* assistimos, por um lado, à minimização de grandes problemas nacionais e à confusão dos problemas internacionais. Neste último caso, o *Telejornal* limita-se a vomitar as informações veiculadas pelas agências, sem nenhuma preocupação de que os seus milhões de espectadores compreendam ou não o que se está a passar. Quem diz África do Sul, diz Namíbia, diz Rodésia, diz Libano.

E quanto aos problemas importantes do nosso tempo aí temos as máscaras da tribo africana. Como se as de cá, caramba!, não bastassem.

Quatro autores na Diabril

O nosso camarada de redacção J. Cândido de Azevedo será um dos autores que estará, na próxima sexta-feira, dia 29, a partir das 18 horas, na Diabril (à rua da Infantaria 16, n.º 37), onde decorrerá uma sessão de convívio e autógrafos.

J. Cândido de Azevedo lançará a público o livro que acaba de publicar: *«A Ofensiva do Capital e a luta pelo Socialismo»*.

Nesta sessão de convívio participarão ainda Rui Pinheiro e Artur Maurício, autores do 1.º volume da colecção *«Temas da Constituição»* intitulada: *«A Constituição e o Processo Penal»*, e ainda Fernando Luso Soares, que acaba de publicar na Diabril um ensaio chamado *«A Novela Policial-Dedutiva em Fernando Pessoa»*.

Hoje



Frederick March e Gary Cooper, intérpretes do filme *«Uma Mulher para Dois»*

18.30 Abertura

18.32 **Abre-te Sésamo** — divertimento e aprendizagem são o objectivo desta série que se destina às crianças em idade pré-escolar.

19.00 **Basquetebol Feminino** — transmissão directa do Pavilhão da Luz, do jogo da 2.ª mão da 1.ª eliminação da Taça das Taças, entre as equipas do C.I.F. e do C.S. Toulonnais. Comentários do prof João Coutinho.

20.15 Vamos Jogar na Totobola

20.30 Telejornal — 1.ª edição

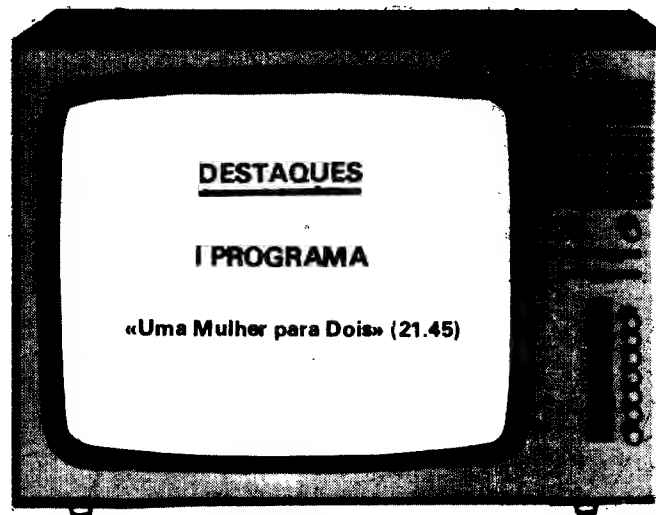
21.05 **Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas** — programa dedicado à Guarda Nacional Republicana.

21.30 **«Uma Mulher para Dois»** (*«Design for Living»*) — intérpretes: Frederick March, Gary Cooper e Myrian Hopkins. Realização de Ernest Lubitsch. Ano de produção: 1933.

A história de Gilda jovem sem preconceitos que hesita entre o amor que dedica a dois homens.

23.10 Telejornal — 2.ª edição

23.25 Fecho



Amanhã

18.30: Abertura e Bonecos — uma rubrica que inclui filmes destinados aos espectadores mais pequenos; 19.00: O Inglês a Sorrir — o ensino dinâmico do inglês através de jogo teatral e da música; 19.30: «O Conde de Monte Cristo» — a famosa obra de Alexandre Dumas numa série de animação produzida e realizada por Halas e Batchelor especialmente dirigida ao público jovem; 20.00: Cientificamente — quinzenário de assuntos científicos; 20.30: Telejornal — 1.ª edição; 21.00: «As Trapalhadas do Robin dos Bosques» — as aventuras desta lendária figura numa série com a transbordante imaginação, alegre irreverência de Mel Brooks; 21.30: Um Programa da Direcção de Informação; 00.00: Telejornal — 2.ª edição; 00.15: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

PUB

DELEGAÇÃO DE FARO DO SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL MOÇÃO

Ao saber esta Delegação, que o Presidente do seu Sindicato JOSÉ BORGES, tinha sido preso em Lisboa nos armazéns da Sociedade Vinhos do Sul por uma patrulha da P. S. P., imediatamente se reuniu com Trabalhadores do Distrito e União dos Sindicatos de Faro. Considerando que o dirigente Sindical se encontrava em pleno direito legal das suas funções, considerando que a sua prisão foi feita como tantas outras com a finalidade única de travar a luta dos Trabalhadores. Considerando que a Polícia foi chamada pelo patrão e correu logo porque sempre esteve contra a luta dos Trabalhadores. Considerando que o Governo para ser eleito prometeu aos Trabalhadores cumprir a Constituição e deixa a P. S. P. e a G. N. R. fazer prisões anticonstitucionais, enganando desta forma os Trabalhadores. Considerando que JOSÉ MARQUES BORGES foi preso em 22-10-76 no armazém Sociedade Vinhos do Sul por a entidade patronal levantar inquéritos injustos aos Trabalhadores e ele tentar evitar essa represália.

Camaradas e povo democrata obriguem o Governo a cumprir a nossa Constituição unindo-nos.

Não consentiremos que os Trabalhadores da Sociedade Vinhos do Sul sejam despedidos como já foram ameaçados.

Camaradas não será a entidade patronal dos armazéns S. V. do Sul nem qualquer outra empresa onde o nosso Sindicato esteja representado, que vai travar esta Direcção Sindical, pois desde que actuemos dentro da Lei como sempre o fizemos a força da nossa razão será mais poderosa que as armas da reacção.

Faro, 25 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO
Virgílio Joaquim Costa de Sousa

NATAL NO BRASIL

RECIFE-SALVADOR-RIO

VIAGEM/CRUZEIRO NO MODERNO PAQUETE "FUNCHAL"

PARTIDA: 11/DEZ/76

Preços excepcionais desde 8.600\$

APROVEITE ESTA ÚNICA OPORTUNIDADE

Grandes descontos para famílias e grupos

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1840

LISBOA: Av. da República, 160 - Telef. 721 341

PORTO: Av. dos Arcos, 207 - Telef. 47 921

COIMBRA: Rua da Liberdade, 11 - Telef. 1 1 2

FARO: Rua do Comércio, 65 - Telef. 23 350

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Desporto

Basquete perde ou espera

Hoje (às 19 horas) em transmissão televisiva directa do pavilhão da Luz, o público poderá ver o confronto entre as basquetebolistas do CIF e do Toulon (de França). Na passada semana, em terreno tricolor, as moças comandadas por Vítor Hugo baquearam com a maior naturalidade: 42-92. Portanto, a eliminatória n.º 1 da «Taça dos Vencedores das Taças» parece perfeitamente definida, embora se aguarde que as por-

tuguesas consigam, logo, ao fim da tarde, oferecer maior e melhor réplica às antagonistas.

Para os interessados, aqui fica a provável formação dos dois blocos e números normalmente utilizados pelas jogadoras:

TOULON: Goselle Fedell (4), Plouzenec Evelynne (7), Martin Janine (8), «cap», Isnard Guilaine (9), Berigolan (10), François Robert (11), Geordano Martin (12), Mabelle, Frederick

(13), Olalock Sybille (14) e Hollville Anny (15).

CIF: Margarida Nortadas (4), Manuela Santos (6), Maria Teresa Santos (7), Isabel Pais (8), Irene Rodrigues (10), Silvia Lima (11), Marina Novikoff (12), Bernardete (13), Dulce Pinheiro (14) e Gabriela Amaral (5).

Entretanto, o confronto entre o Sangalhos e os italianos do Fortitudo Alco Bologna saldou-se por novo triunfo estrangeiro 41-108, marca por demais expressiva para merecer qualquer referência que não signifique conformismo pelo desfecho, absolutamente natural em face do nível normal do basquetebol português.

Pela equipa sangalhesa marcaram Worden (21 pontos), Madureira (8), Neves (6), Costa (4), e Cabral (2).

Os pontos dos italianos foram alcançados por Raffaelli (7), Polesello (19), Leonard (13), Banamico (12), Banelli (11), Biondi (8), Casanova (6), Stagni (4), Orlandi (4), Arrigoni (4).

LIVROS ESCOLARES 1976

CICLO PREPARATÓRIO

- Estudos Sociais — 1.º Ano
- UNIR I — Português 1.º Ano
- UNIR II — Português 2.º Ano

Os Professores do Ciclo Preparatório que ainda não tenham recebido exemplares de amostra e estejam interessados queiram pedir a

POLITÉCNICA EDITORA
RUA DA MISERICÓRDIA, 67-2.º ESQ.
LISBOA — 2 TEL. 37 06 91

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DA INDUSTRIA VIDREIRA MOÇÃO

1 — Considerando que a Reforma Agrária é uma conquista inabalável da Revolução e um contributo no caminho para o Socialismo;

2 — Considerando que a chamada CAP e seus partidos, CDS e PSD/PPD continuam as suas posições contestárias eivadas de reaccionarismo e ódio contra a Reforma Agrária;

3 — Considerando que só a Reforma Agrária nos levará a sermos auto-suficientes em produtos agrícolas, dando assim possibilidades à industrialização de muitos daqueles, criando, portanto, milhares de novos empregos;

4 — Considerando que a concretização do ponto anterior é básico para a independência do nosso País e um contributo seguro para se alcançar o Socialismo;

Exigimos:

a) — A continuação da Reforma Agrária e o cumprimento da Lei para se alcançar o princípio básico: «a terra a quem a trabalha»;

b) — Que seja concedido apoio técnico e financeiro, este a juro baixo, para as Unidades Colectivas de Produção e para os pequenos e médios agricultores;

c) — Exigimos que os órgãos de Informação estatais, jornais, rádio e televisão, sejam colocados ao serviço da Reforma Agrária, contribuindo de forma concreta para o esclarecimento do Povo Português e, ao contrário do que hoje acontece, não estejam ao serviço da CAP, dos seus partidos e do capitalismo nacional e internacional.

— CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA E CONTRA A REACÇÃO!

— PELA ALIANÇA DOS TRABALHADORES DAS FÁBRICAS COM OS DO CAMPO!

— PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!

— AVANTE PELA REFORMA AGRÁRIA!

— VIVA A REFORMA AGRÁRIA!

Esta moção foi aprovada por unanimidade e aclamação no plenário de trabalhadores vidreiros da Zona Centro, realizado na Marinha Grande em 22/10/76.

MOÇÃO

— Tendo em conta a legislação antioperária que o Governo tem vindo a promulgar.

— Tendo em conta nomeadamente o Decreto-Lei que permite os despedimentos sem justa causa, colocando os trabalhadores à mercê do capitalismo reaccionário.

— Tendo em conta que esta legislação é anticonstitucional e foi feita nas costas dos trabalhadores desrespeitando inclusive os poderes reservados à Assembleia da República.

— Tendo em conta que o Governo com esta legislação cedeu às pressões dos grupos reaccionários minoritários da CIP e da CAP, contra a vontade já expressa pela esmagadora maioria dos trabalhadores Portugueses.

Os trabalhadores Vidreiros da Zona Centro reunidos em plenário no dia 22/10/76, decidem:

— Repudiar energeticamente toda a legislação antioperária, já promulgada e a promulgar pelo Governo.

— Exigir que seja revogado imediatamente o Decreto-Lei que permite os despedimentos sem justa causa.

— Exigir ao Governo que sejam consultados os legítimos representantes dos trabalhadores em toda a legislação que a eles diga respeito.

— Repudiar energeticamente todas as manobras reaccionárias da CAP e da CIP.

— Exigir do Governo o cumprimento integral da Constituição nomeadamente no que respeita às conquistas alcançadas pelos trabalhadores Portugueses.

Aprovada por unanimidade e aclamação

PORTUGAL

ANDEBOL

Para a «Taça dos Vencedores de Taças», jogam esta noite (21 e 45) no pavilhão das Antas as turmas do F.C. Porto e do Volani Rovereto. Regressados de Itália com uma desvantagem de quatro golos no «placard» (marca que pode ser facilmente anulável) os portistas podem e devem desejar uma recuperação. Impõe-se, porém, que o ambiente em torno do jogo, a moldura humana e os próprios intérpretes, actuem dentro das mais elementares leis do respeito pelos nossos visitantes. Daí a solicitação que é pertinente: apoiar e confiando no «sete» norte-nordeste (que tem em si delegação de todo o andebol português na única competição europeia em que está envolvido) não poderá alienar-se, em momento algum, a ideia que preside a uma confraternização desportiva.

BADMINTON

Com a participação de clubes portugueses e espanhóis realiza-se, nos dias 13 e 14 de Novembro, um torneio internacional de badminton, organizado pelo Sporting de Espinho.

Foi eleita a nova gerência da Federação de Badminton. Assembleia Geral: dr. Ferreira do Amaral, Victor Gonçalves, Adelino Magalhães e Mário de Araújo. Direcção: dr. Jorge Cruz, dr. Pedroso Pimenta, Carlos Quilhó, Pinto Costa, Tavares de Carvalho, João Mega, João Brás, Bom de Sousa. Conselho Fiscal: F. Moreira da Silva, Luís Barroso e Renê Perli-

co. Conselho Jurisdicional: dr.ª Teresinha Pimenta, dr. José António dos Reis Martinez e, dr.ª M.ª Eugénia Martinez. Conselho Técnico: Henrique Pinto, Orlando Celho e Vilfredo Ribeiro.

BILHAR

O VI Portugal-Espanha, em bilhar às três tabelas, realizar-se-á no período das férias da Páscoa do próximo ano, no salão nobre do Clube Fenianos Portuense.

CICLISMO

A Associação de Ciclismo de Lisboa programa mais duas hrovas até ao encerramento da temporada oficial: corrida «Bombeiros Voluntários de Lisboa» (a 31 do corrente) e «DGD» (a 1 de Novembro).

GINÁSTICA

A Federação de Ginástica apresenta o minitrampolim duplo no Lisboa Ginásio Clube, pelas 21 e 30 do próximo dia 4 de Novembro. No evento participam saltadores do Liceu D. Dinis, Lisboa Ginásio, Atlético de Alvalade, Ginásio Clube, Benfica e Algés e Dafundo. Em seguida, procede-se à distribuição dos prémios referentes a provas de minitrampolim efectuadas na última época.

Ainda de ginástica: a Comissão Central de Juízes organiza, no mês de Novembro, cursos para juizes de ginástica desportiva (feminina e masculina) em

HÓQUEI EM CAMPO

Na Casa do Desporto (Porto), a 30 do corrente, processa-se o Congresso das Associações filiadas na Federação

de Hóquei em Campo. Além de se proceder à apreciação e votação do relatório e contas da gerência federativa, prevê-se a discussão de alterações ao regulamento e estatutos, a entrega do diploma de árbitro internacional a Alfredo Dias Cruz e, ainda, a outorga de galardões como «sócios de mérito» a Joaquim Ferreira Amorim e José Teodoro Costa.



Manuel Fernandes: no treino da selecção de futebol fez dois golos na baliza de Botelho

REMO

A Associação Naval de Lisboa abriu as suas escolas de Remo para a temporada 76/77, sob orientação de alguns antigos remadores que, graciosamente, emprestam a prestigiosa colectividade da Doça de St.º Amaro os conhecimentos nela adquiridos. As escolas funcionarão diariamente, em regime post-laboral, e estão abertas a todos os indivíduos, de ambos os sexos, que pretendam experimentar os benefícios do salutar desporto do Remo.

TÉNIS

Os tenistas portugueses Arsenio Marta e Manuel de Sousa venceram os primeiros confrontos que contavam do embate com a Roménia (jogadores com menos de 21 anos) a decorrer nos «courts» do Cif (Ajuda).

Com a participação dos melhores tenistas portugueses e alguns estrangeiros, disputa-se, nos «courts» de ténis do Hotel Dom Pedro (em Vilamoura) nos próximos dias 29, 30 e 31 do corrente e 1 de Novembro, o «VI Torneio Internacional Dunlop». Os tenistas portugueses presentes são os seguintes:

José Vilela e Leonor Peralta (campeões de Portugal), Raul Peralta, Alfredo Vaz Pinto, João Roquete, Conceição Poças, Jutta Bárbara e João Lagos. Quanto a estrangeiros, foram convidados o italiano Vignolo, a inglesa Sally Jackson, a francesa Claire Renaud e o brasileiro Edson Mandarino.

TÉNIS DE MESA

Disputou-se, no pavilhão gimnodesportivo de Faro, o «IV Grande Torneio Aberto de Ténis de Mesa» da Feira de Santo Isidro, com 252 participantes em representação de 24 clubes (entre os quais 4 de Espanha, Círculo de Lavadores de Sevilha; Círculo Mercantil de Sevilha; Estrela Dourada, de Granada; Casa Rural, de

PUB

INSTITUTO SUPERIOR

DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

Iniciam-se na próxima quinta-feira, dia 28 de Outubro as aulas do 1.º ano do Bacharelato de Economia.

Pede-se aos estudantes que compareçam neste Instituto para se dar início às actividades Escolares.

Rua da Junqueira, 86 — Lisboa 3

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES

NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES

DO SUL

sindicato dos trabalhadores na hotelaria, turismo, restaurantes e similares do sul

Reunião de esclarecimento no teatro VARIADA SEXTA-FEIRA DIA 29 PELAS 15 H 30.

A Lista A vai contar o que se passou com o adiamento das eleições.

Pela Unidade

Não às listas partidárias.

LISTA A

Desporto

Juniores venceram na Alemanha em "futebol de recreio"

Aos 56 minutos de jogo, um remate certo do setubalense Diamentino fez o resultado do encontro da selecção nacional de juniores com um conjunto representativo da Alemanha Federal, no embate ontem registado na cidade de Kaiserslautern.

No Stadium Betzemberg, o duelo particular entre os pupilos de Peres Bandeira e um «onze» germânico saldou-se pelo triunfo que poucos esperavam: êxito que fica a premiar o labor do técnico e o mérito dos seus escolhidos.

As equipas alinharam do modo seguinte:

Alemanha Federal: Jungahans; Santanis, Hintze, Suten e Grabotin; Gerresheim, Jaschoiak e Grunewald; Klotz, Hoser e Stinner.

Portugal: Madureira; Pereirinha; Chico Silva, João Pinto e Pita; Araújo («cap»), Manuel Jorge e Ademar; Nelson Moutinho, Freire e Diamentino.

Substituições: Na Alemanha: Rosch e Klun, nos lugares de Grunewald e Stinner, aos 40 m.; na equipa portuguesa Paulino e José Rafael renderam Diamentino e Nelson, aos 67 e 73 m.

Apenas 4000 pessoas foram ver o espectáculo, que fez delirar os emigrantes portugueses, que, na bancada, não se poupam a incitamentos ao «team» nacional. Cinco juniores das equipas atingiram al-

ta evidência (Freire, Araújo, Pereirinha, Madureira e, especialmente, Manuel Jorge, a revelação maior da temporada dentro da sua categoria etária). Aliás, para Manuel Jorge foi a estreia nos altos confrontos: primeira saída do País, primeira viagem de avião, primeiro jogo por uma selecção. Não há dúvida: é preciso atentar, com a maior urgência, no valor deste moço, que se torna (também) o primeiro «internacional» do futebol português recrutado directamente no Vilanovense.

«TAÇA»

No fim-de-semana próximo, suspendem-se os campeonatos nacionais de futebol dos escalões secundários, para se proceder a mais uma etapa eliminatória da decantada (e vilipendiada) «Taça de Portugal».

Eis o calendário dos «shows», nas várias convenções geográficas:

Esposende-Cucuiães, Penalva do Castelo-Paços Brandão, Lusitano F. C.-União Lamas, Mogadorese-Limianos, Vilanovense-Bairro Latino, Rio Ave-Tadim, Avintes-Vianense, Lusitania-Mondinense-Tranco-Mirandela.

LeVerense-Cabeceirense, Freamunde-Tirsense, Leça-Fórjães, Niza Benfica-Cartaxo, Águeda-Est. Portalegre, Esperança-Covilhã e Benfica, Batalha-Tondela, União de Coimbra-Matrena e Mangualde-Portalegrense.

Febres-Guarda, Benfica Castelo Branco-Torres Novas, Tabuense-Naval, Bombarralense-Ala Arriba, Alcanenense-Alferrarede, Alcobaca-Anadia, Trafaria-Sesimbra, Lusitano-Oliverca e Cova da Piedade-Ol-

vais.

Almada-Odemirense, Vasco da Gama-Estrela V. N., Alcochetense-Sintrense, Paio Pires-Esperança Lagos, «Os Elvenses»-Torralta, Bucelenses-Rosarense, Quarteirense-Moura, Vilafranquense-Sacavenense e Olhanense-Alhandra.

LEIRIA

A 29 do corrente, tomam posse os novos elementos da gerência da Associação de Futebol de Leiria, eleitos para o triénio 76/79.

BRAGA

A direcção do Sporting de Braga estuda a possibilidade da sua primeira equipa de futebol defrontar a do Marítimo (do Funchal) na Madeira, no dia 3 de Novembro, em encontro de carácter particular.

SÁBADO, EM ALVALADE

Sporting-Porto: fuga à concorrência

Sporting e F. C. Porto acordaram: para fugirem à concorrência do Belenenses-Benfica (marcado para domingo) anteciparam para sábado, pelas 16 horas, o seu confronto, em Alvalade, para o nacional futebolístico em curso. Uma hora antes, no Bessa, vão actuar Boavista e Guimarães.

Outros encontros que sofrerão alteração em relação ao calendário inicialmente previstos:

Taça de Portugal: sábado às 15 h União de Coimbra-Matrena e Cova da Piedade-D. Olivais.

Campeonato Nacional de Juniores: sábado às 15.30 h, no Campo da Ponte (Braga), Sp. Braga-Gil Vicente, Infesta-Vianense, Mirandela-Ermesinde,

Sanjoanense-Vilanovense e Mirandense-Torriense, todos às 15 horas. O desafio entre o Guarda e o Covilhã realizar-se-á às 15.30 horas.

Mudança de alguns palcos no referente a jogos da Taça de Portugal a realizar no domingo: Avintes-Vianense em Coimbra no Parque Silva Matos; LeVerense-Cabeceirense no Campo Eng. Vidal Pinheiro (Porto); Freamunde-Tirsense em Paredes (Laranjeiras); Leça-Fórjães no Campo da Senhora da Hora em Matosinhos; Nisa-Cartaxo no Estádio Municipal de Portalegre; Esperança-Covilhã e Benfica, campo do Cordeiro em Paleão (Soure); Bombarralense-Ala Arriba, no Campo da Mata nas Caldas da Rainha; Trafaria-Se-

simbra no Campo dos Pescadores na Costa da Caparica; Alcochetense-Sintrense no Campo Luís de Almeida Fidalgo no Montijo; Bucelenses-Rosarense no Campo do Alverca e Quarteirense-Moura no Estádio S. Luís em Faro.

Para o Campeonato Nacional da II Divisão jogos em atraso a disputar no domingo às 15 horas: Espinho-Salgueiros e Paços de Ferreira-Penafiel.

O Campeonato Nacional de Juniores teve também alteração de campos de jogos que se realizam no domingo: Leixões-Varzim no campo do Pedras Rubras; Belenenses Atlético no Restelo às 10,15 e S. Luís-Vitória de Setúbal no Campo da Horta da Areia, em Faro.

PORTUGAL

Continuação da pág. 16

Granada). Regista-se, como facto saliente, que o total de participantes foi o maior até hoje verificado nesta prova: fica a constituir a maior manifestação da modalidade no Algarve.

No pavilhão gimnodesportivo de Faro, estiveram em competição 108 seniores, 59 juniores, 45 infantis, 23 veteranos, 10 senhoras e 7 meninas. Infantis, classificação individual: 1. Luís Dias (Sporting Clube de Portugal); 2. João Carlos (Náutico do Guadiana, Vila Real de Santo António); 3. João Guerra (Belenenses); 4. António Madeira (Náutico do Guadiana); 5. Guilherme Baptista (Belenenses). Classificação geral por equipas: 1. Sporting; 2. Náutico do Guadiana; 3. Farense Juniores (individual); 1. Rivero (Estrela Dourada, Granada, Espanha); 2. Rui Oliveira (Sporting Clube de Portugal); 3. Sérgio Viagas (Farense); 4. João Franco (Belenenses); 5. Rui Nascimento (Farense). Por equipas: 1. Sporting; 2. Farense; 3. Belenenses. Meninas: 1. Ana Bela Fernandes; 2. Maria Madalena; 3. Irene Pinheiro; 4. Eugénia Veríssimo e 5. Ana Almeida (todas do Casa Pia). Por equipas: Casa Pia (único concorrente). Senhoras: 1. Olga Meneses (Casa Pia); 2. Madalena Gentil (Farense); 3. Maria Alexandra (Bonjoanense, Faro); 4. Branca Campos (Sporting); 5. Isabel Padinha (Casa Pia). Por equi-

pas: 1. Sporting; 2. Casa Pia e 3. Bonjoanense. Veteranos: 1. Salazar (Centro Mercantil, Sevilha, Espanha); 2. Luís Silva (Sporting); 3. Fernando Santiago (Estrela da Amadora); 4. Alfredo Graça (Estrela da Amadora); 5. José Dias (Sporting). Por equipas: 1. Sporting; 2. Estrela da Amadora e 3. Casa Pia. Seniores (individual): 1. José Alvoeiro (Palmeiras); 2. José Marquez (Sporting); 3. João Barroso (Palmeiras); 4. Sanchez (Círculo de Lavradores, Sevilha, Espanha); 5. Dallo (Estrela Dourada, Granada, Espanha). Por equipas: 1. Palmeiras; 2. Sporting; 3. Casa Pia; 4. Estrela Dourada (Granada, Espanha) e 5. Bonjoanense.

TIRO AO ARCO

Aos arqueiros: o «Torneio de S. Martinho» efectua-se a 7 de Novembro e a prova de «Encerramento» da temporada da Federação de Tiro ao Arco, a 21 do mesmo mês. Competições no Jamor, como habitualmente.

VOLEIBOL

A 6 de Novembro, no pavilhão do Infante de Sagres jogam Leixões e Leipzig (RDA), em embate de 1.ª mão da «Taça dos Clubes Campeões de Voleibol».

CICLISMO

A 31 do corrente (9 e 30) a Comissão de Moradores do Bairro Covina (Santa Iria da Azoia) promove a realização de provas para pedestrianistas, sem limite de idade. Além da juventude do bairro, está prevista a presença de representações de várias organizações populares.

LÁ FORA

DUELO

O futebolista polaco Włodzimir Lubanski, actualmente integrado na equipa belga do Lokeren (da 1.ª divisão) foi convocado para alinhar perante o Chipre, em Varsóvia, esta tarde. Os dois países defrontam-se no âmbito da eliminação para o Mundial de 1978, em grupo que abrange (também) Portugal e Dinamarca.

Julgase que a Polónia apresentará a seguinte formação: Kukla (reserva: Turek); Rzesny, Janas, Maculewicz e Wawrowski (reservas: Zmuda e Rudy); Kasperczak, Deyna e Boniek (reserva: Masztaler); Terlecki, Lubanski e Szarmach (reservas: Sybis, Wrobel e Mazur).

GOLFE

Os prémios monetários do campeonato britânico de golfe (aberto), do próximo ano, foram elevados para o total de 100 000 libras (cerca de 5170 contos), cabendo dez por cento desta soma ao 1.º prémio — anunciou o Royal and Ancient Club.

UNIVERSIADAS

As «Universiadas-77» serão realizadas em Sófia, de 17 a 28 de Agosto do próximo ano. A notícia foi divulgada no final de uma reunião da comissão executiva da Federação Internacional dos Desportos Universitários, que debateu os preparativos e regulamentos dos jogos.

CONTRA-PESO

Rui Silva passa a ser, somente, adjunto do sector de futebol do Benfica, deixando a (incómoda e subversiva) posição de intérprete de Mortimore, treinador e preparador físico do principal «onze» da Luz. Agora, no estádio benfiquista, novo elemento: um major do Exército, em situação de reserva, passa a ser o elo de ligação entre as falas do técnico britânico e os seus pupilos. Fica sem se saber quem paga o ordenado ao major: se o «mister» que veio trabalhar em terra alheia desconhecendo o idioma que teria de falar, ou a colectividade que, pelo capricho de ir ao mercado estrangeiro buscar um responsável para o seu futebol, apanha com um contra-peso nas suas contas já anteriormente muito deficitárias.

INACREDITÁVEL

Ao que se nota (pelo exemplo maior) a Federação Portuguesa de Xadrez nada risca em matéria de ordenação: saltando sobre tudo o que estava convencionalizado, os chamados «observadores» que (em número de oito) foram excursionar até Trípoli (na Líbia) lembraram-se de inscrever uma equipa nas apelidadas «Contra-Olimpíadas do Xadrez» e por lá estão, jogando e gozando à bruta com o desrespeito jovial a que votaram a decisão das altas esferas do Desporto Nacional, por linha directa, a Federação do jogo de xadrez. Depois de um confronto com palestinianos (vitória dos nossos «observadores» por 4-0) chegou a vez de um empate (a dois pontos) com os «peões» e «torres» do Sri Lanka. E a festa segue...

Numa competição altamente contestada internacionalmente, que a própria Federação Internacional de Xadrez vetou desde a primeira hora, a presença de «observadores» portugueses já não era bem vista: agora, com o rumo tomado pelos passeantes cá da terra, fica muito nebuloso o futuro internacional dos xadrezistas nacionais, que vão (decerto) sentir sobre si a alçada disciplinar dos altos organismos internacionais da modalidade.



António Medeiros deve regressar hoje a Portugal. A noite, perante a direcção do Estoril, o técnico dos «amarelos» irá justificar a ausência de três semanas na África do Sul, para onde se deslocara a pretexto (oficial) de ir «observar um dianteiro que interessava ao clube da Amoreira». O mediador do futebolista (Jorge Dias) amigo particular de Medeiros, assegurava que o rapazito era mesmo bom. Vamos a ver, agora, como Medeiros explica os factos: e se a «estrela» VALIA (ou Não) uma fuga aos compromissos, rubricados em contrato com o emblema de Alfredo Farinha

ARQUIVISTA

O sr. Rui Evangel, presidente cessante da Associação de Voleibol de Lisboa, é pessoa cuidadosa e muito temente a roubos ou incêndios: pegou no livro de actas do organismo que esteve sob sua batuta e levou-o para casa. Quem quiser vá até lá consultá-lo.

CONFISSÃO

O que ganho no Nacional madeirense (3 contos por mês) não dá para viver. Nesta altura, espero um emprego que o clube me prometeu.

«Palavras de Fernando, antigo profissional no União de Tomar, actualmente a fazer vida na Madeira».

MACAU

Joaquim Pacheco, ex-jogador do Sporting e do Leixões, está a exercer o lugar de gerente, no Lisboa Hotel, em Macau (terra natal do antigo defesa). Pacheco é, ao lado de Eduardo Atraca (irmão do falecido «internacional», com o mesmo apelido) um dos responsáveis-mores pelo futebol macaísta.

TV

Não tem nada a ver com Desporto: mas também o Desporto deve pouco à RTP. Só que a notícia aqui fica: nos vídeos vai aparecer um programa intitulado «Figuras do Circo». Apenas se aguarda resposta a pertinente questão: alguns membros salientes do aereópago do Lumiar farão o seu auto-retrato nessa rubrica?

S.  R.
MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos
Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 20 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na R. de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Barreiro, Sesimbra e Seixal, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58344, para o estabelecimento nas freguesias de Palhais, Castelo e Arrentela, concelhos do Barreiro, Sesimbra e Seixal de uma linha mista a 15 kV, com 4905 metros, constituída por um troço aéreo com 4685 metros, e por um troço subterrâneo com 220 metros, da subestação de Coina ao apoio n.º 31 [LI 15-47 Coina-Azeitão (1.º troço)].

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repactuação de Licenciamento, em 12 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Geral

Presidente da Venezuela visita Lisboa em Novembro

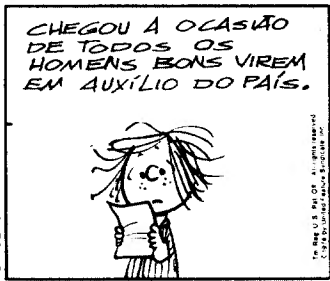
CARACAS, 27. — O ministro português dos Transportes e Comunicações, dr. Rui Vilar, foi ontem recebido pelo presidente Carlos Andrés Pérez para o qual era portador de uma mensagem verbal do general Ramalho Eanes e de uma carta pessoal do Primeiro-Ministro Mário Soares.

Rui Vilar que teve uma demorada audiência com o presidente da Venezuela revelou no final aos jornalistas que «as relações fraternais entre os nossos países culminarão com a visita que o senhor presidente Carlos Andrés Pérez fará a Lisboa, em fins de Novembro».

No decorrer da audiência com o chefe do Estado venezuelano Rui Vilar teve oportunidade de expor em linhas gerais os condicionalismos actuais da situação política e económica portuguesa. Foram também abordados os temas em que vão assentar diversos acordos de cooperação a assinar a altura da visita do presidente Carlos Andrés Pérez a Portugal.

O ministro dos Transportes e Comunicações avistou-se também ontem com o ministro encarregado do Fomento com quem tratou, além de outros assuntos, a possibilidade de empresários portugueses virem a realizar, no próximo ano, uma exposição comercial e industrial em Caracas.

Recebido ainda pelo ministro das Minas e Combustíveis, Rui Vilar tratou assuntos relacionados com a eventual aquisição de ramais e derivados do petróleo e a cooperação técnica a médio prazo no projecto de Sines e no sector da prospecção e exploração mineiras.



Morreu no Brasil o pintor Di Cavalcanti

RIO DE JANEIRO, 27. — O pintor brasileiro Emiliano Augusto Cavalcanti Albuquerque Melo, conhecido nos meios artísticos pelo nome de «Di Cavalcanti», faleceu na noite de terça para quarta-feira no Rio de Janeiro, aos 79 anos de idade.

O pintor morreu num sanatório onde estava internado para tratamento de uma doença renal. Nasceu no Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1897.

Di Cavalcanti, considerado como um dos precursores da arte moderna no Brasil, é autor de telas que figuram em numerosos museus do mundo.

tempo

Situação do tempo 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento era fraco e caíam aguaceiros ou chovia nalguns locais a norte do Rio Tejo.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	11°
COIMBRA	9°
PORTALEGRE	8°
LISBOA	10°
FARO	13°
FUNCHAL	20°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

5.45 4,2 m 11.27 1,0 m

Dia 28

6.36 4,0 m 23.45 1,3 m

19.13 3,6 m 12.22 1,3 m

Dia 29

7.55 3,7 m 0.43 1,6 m

20.20 3,4 m 13.30 1,6 m

AMANHÃ
NASCER AS 6.59
OCASO AS 17.42



S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Almodovar, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República» o projecto apresentado pela EDP (ex-CEAL) e que se refere o processo 858340, arquivo 11 025, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Almodovar de uma linha aérea a 15 kV com 3745 metros do poste n.º 37 da linha para Santa Cruz ao posto de transformação de S. Barnabé. Linha aérea a 15 kV com 131 metros, do poste n.º 12 da linha para S. Barnabé ao posto de transformação de Monte das Mestras. Linha aérea a 15 kV com 315 metros do poste n.º 24 da linha para S. Barnabé ao posto de transformação de Corvatos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser apresentadas na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 21 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

BARBES - BOTES

DANCINGS

NINA - Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-tease

CASINO ESTORIL - Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEQ.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	300\$	275\$	310\$
Cons. 3 %	350\$	300\$	
Cons. 3 1/2 %		350\$	
Centenarios		800\$	
Tes. 5 %		830\$	
Tes. 10 %	500\$	500\$	505\$
Extern. 1 % - S.		450\$	
Extern. 3 % - S.		450\$	460\$
Extern. 3 % - S.		490\$	460\$
Extern. 3 % - S.	500\$	80\$	510\$
FUNDOS PÚBLICOS			
A.L. 6 %		720\$	
C.M.L. 5 3/4 %		770\$	
C.P. 5 1/2 %		600\$	700\$
C.P. 5 1/2 %		600\$	
C.P. 5 1/2 %		620\$	
Corr. 5 3/4 %		770\$	
Meb. 5 3/4 %		810\$	
Tub. 5 3/4 %		850\$	
C.P. 6 3/4 %		800\$	
ELECTRICAS			
G. 5 %		660\$	
G. 5 %		660\$	
G. 5 %			
G. 5 %			
G. 5 %			
G. 5 %			
G. 6 %		730\$	
G. 6 %		720\$	
G. 7 %	890\$	890\$	
HEAA 5 %		585\$	
HEC 5 %		620\$	
HEC 5 %	750\$	750\$	760\$
HED 5 %		585\$	
HED 5 %		750\$	
HENP 5 %		700\$	
HESE 5 %		720\$	
HESE 6 %		600\$	
HEZ 5 %		600\$	
HEZ 6 %		750\$	
N. Elec. 5 %		620\$	
N. Elec. 6 %		650\$	
Termoele. 5 %		585\$	
UEP 5 %		700\$	
UEP 5 %		775\$	
UEP 6 %		700\$	
UEP 7 %		720\$	
DIVERSAS			
A.P.T. 5 %		690\$	
A.P.T. 5 %		670\$	
Lisnave 6 %		750\$	
Nitratos		610\$	
Pet. 2 % e 3 %		850\$	
Sacor 7 %		800\$	
Sacor 5 %		750\$	
Sid 5 %		620\$	
Sid 5 %		620\$	
Sid 5 %		620\$	
Sid 5 %		620\$	
Sid 5 %		720\$	
R. Fabril		720\$	
R. Fabril		720\$	
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %		400\$	
Rev. 5 %			
Rev. 5 %			
Mocambique 5 %			
Sonefe 5 %			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico			
F.I.D.E.S.			

palavras cruzadas

COM PROVERBIO
PROBLEMA N.º 11503

HORIZONTAIS:

- Executará. Móvel sobre o qual se come.
- Epoca. Pronome possessivo. Palavra gaelica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses.
- Caminhar. Filtra. Pronome pessoal.
- Sarro. Avaliar.
- Seguia. Artigo definido. Raça.
- Rio da Lapónia. Trem com frio ou medo (pop).
- Bolha de ar. Nome de uma doença das vinhas. (inv.)
- Relativo à aorta.
- Níquel (s.q.). Isolado. Letra grega. Mulo.
- Tens. Saudável. Duzentos e cinco em romano.
- Serra de Portugal. Resta.

VERTICAIS:

- Realiza a. Embriaguez.
- Ra (pop). Pronome pessoal. Seguias.
- Batráquio. Espécie de forragem. Sua Santidade.
- Queixumes. Artigo definido.
- Extremidade do braço. Gorgulhos tropicais.
- Espaço de trinta dias. Campeão.
- Costume. Peça do arado cravada na cabeça do vestidouro, que segura o dente ao timão.
- Aventura.
- Preposição. Recenseamento. Cento e um em romano.
- Antiga capital do reino israel. Mil e duzentos em romano.
- Áfia. Água que cai da atmosfera.

Resolva completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7664

HORIZONTAIS:

- Lago da Finlândia. Nome de fruto seco.
- Equipes. Sugou o leite materno.
- Naipes das cartas de jogar. Arpoar.
- Arara. Esteiro.
- Oferece. Inunda. Boro (s.q.)
- Gavinha. Pronome possessivo. Lírio.
- Mana. Ratar.
- Aqui está. Artigo definido. Batráquio.
- Apertar molhos. Irmãs da mãe.
- Inulgares. Freguesia do concelho de Guimarães.
- Arquearas.

VERTICAIS:

- Atira. Brisa.
- Anel. Naquele lugar. Gálio (s.q.)
- Soluça. Areia (Bras).
- Dividir ao meio. Encarar.
- Atacas. Escândio (s.q.)
- Ouro (s.q.)
- Sofrera (fig.) Atmosfera.
- Muda. Molusco comestível.
- Evidilha. Vê. Umadas Ciclades.
- Apologia. Caprichos.
- Pourados. Membros de aves.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11503

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 ACOMETER.	1 Asma. Atuas.
2 Ador. Raso.	2 Adoara. Raro.
3 Sós. Cam. SAs.	3 Cós. PARA. Ra.
4 Má. Dosar. It.	4 Or. Dam Item.
5 Arpas. Surra.	5 Cós.
6 Aam. Moa.	6 Eles. VENCER.
7 Ter.	7 Mas. Real.
8 Trai. Nevoso.	8 Er. Rum. Vias.
9 Ua. Tocai. Ir.	9 Ras. Rogo. Ra.
10 Arre! Elaras.	10 Saira. Slar.
11 Soam. Sara.	11 Tosta. Mo'sa.

Provérbio: ACOMETER, PARA VENCER

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7663

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Ita. Cia. Ice.	1 Igar. Co. Ara.
2 Cobre. Parar.	2 Tolos. Criar.
3 Al. Iscas. Lo.	3 Ab. Simão. Te
4 Rosas. Tatos.	4 Riana. Apa.
5 Sina. Ador.	5 Cossaco. Imá.
6 Maçaras.	6 Arrá.
7 Oca. Ora. Cal.	7 Aparara. Roa.
8 Roa. Caça.	8 Asada. Ca.
9 Al. Piara. Ar.	9 Tosca. Os.
10 Ratam. Oba.	10 Calor. Acabo.
11 Are. Ata. Sós.	11 Eros. C'aras.

farmácias de serviço

LISBOA

ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Saborosa, 104 (Telef. 841912)

ALVALADE
Libia, Av. da Igreja, 4-B (Telef. 711681);
Chinde, Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Telef. 710331);
Aguiar, Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Telef. 768343-764629)

AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Avenida João Crisóstomo, 44-C (Telef. 40592);
Dalva, Avenida Duque d'Ávila, 125 (Telef. 45225)

BAIRRO DA LIBERDADE
Salutar, Rua B, 75-A (Telef. 683694)

CAMPOLIDE
Findor, Rua D. Maria Pia, 514 (Telef. 687949)

LAPA
Rodrigues e Aires, Rua da Lapa, 52 (Telef. 662246)

MARQUES DE POMBAL
Liberal, Avenida da Liberdade, 219 (Telef. 43641)

MOURARIA
Ferra, Rua da Mouraria, 12 (Telef. 860464)

RATO
Janeiro, Avenida Álvares Cabral, 100 (ao Liceu Pedro Nunes) (Telef. 661453)

RESTELO
Higiluz, Rua de Pedrouços, 10 (Telef. 610280)

XABREGAS
Medre de Deus, Rua da Margem, 15-B (Telef. 382470)

TURNOS 2
TODA A NOITE
ALCANTARA
Lupi Nogueira, Rua José Dias Coelho, 4 (antiga Rua da Creche) (telef. 631635)

ALFAMA
Anunciada, Rua do Vigário, 74 (Telef. 866360)

AREIRO
Galeno, Avenida Oscar Monteiro Torres, 38-A (Telef. 774920)

BAIRRO ALTO
Veritas, Rua da Misericórdia, 135 (Telef. 324554-327563)

BAIRRO DA ENCARNÇÃO
Zira, Praça das Casas Novas, lote 66 (Telef. 310172)

BENFICA
Marques, Estrada de Benfca, 648 (Telef. 700096)

BENFICA
Rebocho, Rua Tenente-Coronel Ribeiro dos Reis, 12-B (Telef. 743871) — Lisboa-4.

CAMPO DE OURIQUE
Urbano de Freitas, Rua Silva Carvalho, 1-9 (Telef. 662838)

CONDE DO REDONDO

Branco, Av. Duque de Loulé, 61-65 (Telef. 45048)

ESTEFÂNIA
Delfo, Rua Açores, 32 (Telef. 52388)

LUMIAR
Alameda, Alameda das Linhas de Torres, 201-B (Telef. 790942)

PENHA DE FRANÇA
Europa, Av. General Roçadas, 27-A (Telef. 843880);
Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Telef. 832580)

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Avenida Luís Bivar, 69

LINHA DE CASCAIS
ALGES
Miraflores, R. António Granjo, 2 (T. 2113161)

PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039). Toda a noite

OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCARELOS
Central. Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silva, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PAREDE
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (T. 2471785)

MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (T. 260087). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira (T. 262131/267134). Até às 22 horas

CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Até às 22 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T. 282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA
AMADORA
Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (T. 935518); Carmelo, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303);
Helénica, R. Elias Garcia, 2 (T. 933613); S. Jorge, R. Pedro do Negro, 5, Reboreira (T. 938703)

DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (T. 971121)

QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T. 950123)

CACÉM
Guerra Rico, Aqualva

MEM MARTINS
Quimica, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T. 980456)

SINTRA
Misericórdia, (T. 2930391) Vila

COLARES
Abreja (T. 259088)

OUTRA BANDA
ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)

ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498)

BAIXA DA RANHEIRA
Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T. 2040141)

BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (T. 2073023)

COVA DA PIEDADE
Louro

MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)

MONTUJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (T. 2310156)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028)

SETÚBAL
Costa, L. da Misericórdia (T. 22760); Brasil, P. do Brasil (T. 24788)

SEXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (T. 2218580)

PORTO
TURNOS 19
ATÉ ÀS 22 HORAS

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016; Azevedo, R. d. Azevedo, 136; Gomes Ferreira, R. Faria Guimarães, 449; Antas, Av. Fernão de Magalhães, 1076; Antiga Porta do Olival, Campo Mártires da Pátria, 122; Falcão, R. de Santo Ildefonso, 61; Lousada, L. do Campo Lindo, 62

TODA A NOITE
Ferreira, P. D. Afonso V. 55-B; Ordem da Trindade, R. Heróis e Mártires de Angola; Confiança, R. de Santa Catarina, 960; Nau Vitória, R. Nau Vitória, 723

COIMBRA
Luciano e Matos, Rua da Sofia, 7 (Telef. 22147)

Machado, Rua Bernardo Albuquerque (Telef. 23767); Sitalia, Largo da Sé Velha 13 (Telef. 23234)

cinemas

cinemas

cinemas

ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30, 21.15

Luis de Funés em

AS FÉRIAS GRANDES

Um filme de Jean Giraut

4.ª Semana

Para todos

APOLLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 21.15

A obra-prima de Luis Buñuel

VIRIDIANA

4.ª Semana

com Silvia Pinal, Fernando Rey, Francisco Rabal

Hoje às 24 h. Grupo D (18 anos)

CANTIFLAS ÀS ORDENS DE VOSELÊNCIA

AVIS

T. 47183 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

24.ª Semana

BOBBY

A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERNIA

T. 776098 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

Treine-os! Excite-os! Aime-os!

...Largue-os em território nazí!

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

Um filme de Robert Aldrich

10.ª Semana

BERNIA

T. 795093 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

7.ª Semana

Um filme de Sidney Lumet

D. JOÃO V

T. 971794 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

UMA MULHER DA RUA

1.ª Programa

16.00: Música variada; 17.00: Música popular; 17.30: Orquestras; 18.00: Música portuguesa; 19.00: Cultura e actualidade, por Luis Pereira de Sousa; 19.30: Música variada; 20.00: Jornal da noite; 20.30: Melodias; 21.00: Contraponto — editorial; 00.00: Último jornal; 00.15: Jazz; 00.30: Música portuguesa; 01.00: Música na noite.

2.ª Programa

16.15: Música de câmara; 17.00: A História da França em canções; 17.30: Música sinfónica francesa; 18.00: Música; 18.30: Pequenas obras de grandes compositores; 19.00: Música do século XX; 19.30: Nasce Paganini (efeméride); 20.00: Pianistas célebres; 20.30: 3.ª, 4.ª e 5.ª actos da ópera «Os Troianos», de Berlioz; 20.30: Música sinfónica; 00.20: Intercâmbio musical; 01.00: Fecho.

3.ª Programa

Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); 16.15: Casos ao acaso; 17.10: Vamos ao médico; 17.30: Teatro em variante; 18.00: Contacto; 21.00: Música, só música; 21.30: Quando o telefone toca; 23.00: Nocturno; 02.03: Fecho.

4.ª Programa

Emissão Total em Estereofonia

16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Audição; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

CASINO ESTORIL

T. 364521/264996 17.00 e 21.15

Maiores de 13 anos

CHAMADA PARA A MORTE

T. 630194 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15

Um filme de Andrée Marchand

Int. men. de 18 anos

Este filme pode ser considerado pornográfico

CASIL

T. 322523

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Num ambiente escaldante...

OURO

C/Roger More, Susannah York, Rav Millano

FOBI

T. 320768 14.45, 18.00, 21.15

Jamais o cinema indiano foi tão longo!

FOGO REAL

O filme empolgante de Ramesh Sippy

Não acons. men. de 18 anos

ESTUDO

Tel. 535134 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. men. 13 anos

O PROCESSO DIMITROV

O julgamento do século

2.ª Semana

ESTUDO 44

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

interdito a menores de 18 anos

EXIBICÃO

2.ª Semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPERO

Tel. 555134/5 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A actriz mais sensual da actualidade LAURA ANTONELLI

MEU DEUS, AO QUE EU CHEGUEI!

Um mestre do cinema italiano LUIGI COMENCINI

LOMBES

Tel. 801313 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE

C/Dirk Bogarde e Charlotte Ramping

MUNDIAL

Tel. 536743 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

NÃO HÁ AZAR

Uma enorme explosão de riso

Em SETUBAL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LOUREIRO

OLIVAS

Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

4.ª mês de lotações esgotadas

O Chile de Atende e Pinochet

ODÉON

Tel. 326283 Hoje estreia às 21.15

Não acons. a men. 18 anos

O PECADO SERVE-SE QUENTE

com Santa Berger em toda a verdade de uma orgia escondida...

PATHE

Tel. 821933 15.00, 18.00, 21.15

Uma dimensão exacta de amor, com mistura de pecado e inocência

AAINA

Um filme de K. Balachander

Não acons. a menores de 13 anos

POLITEAMA

Tel. 323805 14, 15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito men. 18 anos

3.ª Semana

PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA

(Cont. cenas eventualmente chocantes)

ROXY

Tel. 610376 As 21.00

Não acons. men. 18 anos

A ESCADA EM CARACOL

ROXY

Tel. 727778 Estreia às 21.15 h.

A RAPARIGA DA ORQUIDEA

um filme de Patrice Chéreau (Não acons. a men. de 18 anos)

As 15.30, 18.30 h.

(Int. a men. de 18 anos)

SEXUALMENTE TUA

ROXY

Tel. 48550 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Atravido mas... saudável como vitamina

SEXE MOTEL

Um filme de John Hilbard

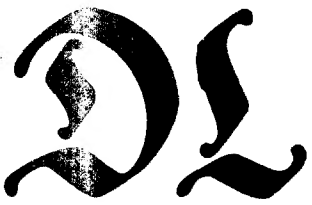
Não acons. a menores de 18 anos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15

O mais espectacular filme do nosso tempo!

ROLLERBALL



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOIA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

"Deficit" da Carris aumentou em 1975

A situação financeira da Carris de Lisboa (tradicionalmente má) continua a ser difícil, havendo-se registado em 1975 um considerável agravamento segundo se conclui do Relatório e Contas da Carris de Lisboa relativo ao ano transacto.

Em 1975 verificou-se um aumento do défice de exploração de 50 por cento apesar da empresa haver recebido um subsídio não reembolsável de 104 000 contos do Fundo Especial de Transportes Terrestres, e que nos termos da legislação constitui também receita de exploração. Sem este subsídio não reembolsável, o défice teria aumentado de 113 por cento, atingindo uma média de quase 1000 contos por dia.

O agravamento da situação financeira obrigou ao recurso maciço a empréstimos bancários em virtude da não atribuição integral dos subsídios não reembolsáveis referidos na lei (Decreto-Lei 688/73). Os encargos bancários destes empréstimos também vieram contribuir para o agravamento dos resultados.

Este agravamento da situação financeira verificou-se apesar de ter entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1975 um novo esquema tarifário que originou, relativamente ao ano anterior, um aumento médio de 18 por cento na receita por passageiro.

Em virtude do aumento de quilómetros percorridos, as receitas de exploração do ano atingiram, porém, um acréscimo de 18,6 por cento em comparação com 1974. (O subsídio não reembolsável, acima referido, não está incluído nestas percentagens).

Entretanto, no ano transacto entrou também em vigor um novo Acordo Colectivo de Trabalho, que implicou aumento das remunerações mensais, diminuição do número de horas de trabalho semanal (com o

consequente alargamento do quadro do pessoal) e melhoria das regalias sociais. O agravamento dos encargos com o pessoal foi da ordem dos 46 por cento. O acréscimo nos gastos com materiais e serviços foi da ordem dos 19 por cento.

Os resultados das diferentes explorações foram os seguintes (sem contar com o já referido subsídio não reembolsável):

Prejuízo em autocarros — 210 255 contos (79 209 contos em 1974);
— prejuízos em eléctricos — 139 780 contos (84 896 contos em 1974);
— prejuízo no Elevador do Carmo — 1669 contos 743 contos em 1974).

Ao prejuízo de exploração acrescente um prejuízo extra-exploração de 4384 contos, para o qual contribuíram de maneira notória, os encargos com juros e descontos (mais de 10 729 contos do que em 1974).

A curto e a médio prazo foi encarado um conjunto de actuações com vista a reduzir estes problemas. Assim, para enfrentar a situação decorrente da impossibilidade da Carris liquidar os empréstimos contrai-dos à Banca, a direcção da empresa propõe, a curto prazo, um aumento de capital.

A médio prazo, foi elaborado um plano de reequipamento da Carris, abrangendo a renovação e ampliação da frota de autocarros, a eliminação do actual sistema de carros eléctricos, e sua substituição por outro sistema mais rendível, e a automatização das cobranças. Previa-se assim no estudo elaborado que até final de 1980 seriam conseguidas reduções consideráveis nos custos de exploração, o que permite encerrar a possibilidade de depender em escala menor dos subsídios do Estado.

EMBAIXADOR CORSINO PRECONIZA

Acção dinâmica dos dois Governos para resolver conflito das Minas

«Portugal e Cabo Verde encontrarão formas dinâmicas para resolver os problemas resultantes do conflito entre mineiros dos dois países nas Minas da Panasqueira» afirmou, ontem, aos jornalistas o embaixador da República de Cabo Verde em Lisboa dr. Corsino Fortes.

O diplomata regressava de uma larga ausência pois chefiou a delegação cabo-verdiana à Assembleia Geral da ONU. Entretanto em Cabo Verde foi posto ao corrente do relatório elaborado por um alto funcionário do seu país sobre a situação dos mineiros evacuados das Minas da Panas-

queira e das iniciativas conjuntas em curso.

Corsino Fortes não deixou de censurar, veementemente, o comportamento de certos jornais no tratamento desta questão, principalmente pelo facto de, uma vez mais, se ter tentado generalizar a responsabilidade dos incidentes à totalidade dos mineiros cabo-verdianos o que acentua o clima de hostilidade contra estes emigrantes, criado por forças opostas à amizade entre os dois países. «Estes factos e a forma como por vezes são tratados não favorecem nada o desenvolvimento das óptimas

relações existentes entre Portugal e Cabo Verde».

MINEIROS TRANSFERIDOS PARA A FOZ DO ARELHO

Os mineiros cabo-verdianos e suas famílias transferidos da Barroca Grande para o campo militar de Santa Margarida, logo na noite dos incidentes, num total de centena e meia de pessoas, foram ontem deslocados para a Foz do Arelho para as instalações de Veraneio ali existentes e que são da propriedade do INATEL.

Com a chegada de Corsino Fortes espera-se a constituição de uma comissão mista dos dois países para tentar solucionar, caso a caso, os problemas dos mineiros.

Ontem mesmo também o embaixador de Cabo Verde destacou as felicitações que o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, lhe apresentou em Nova Iorque pelos esforços desenvolvidos para o reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular de Angola. Estas felicitações, segundo Corsino Fortes, foram especialmente efusivas da parte do grupo africano nas Nações Unidas.

"Manif" por Otelo é hoje

Protestos de Ruy Luís Gomes e de deputados ingleses

De vários sectores continuam a surgir protestos pela prisão de Otelo Saraiva de Carvalho, no forte de Caxias, por ordem do chefe do Estado-Maior do Exército.

Hoje, a partir do Parque Eduardo VII, realiza-se uma manifestação de protesto convocada pelos GDUP's, que se dirigirá ao Estado-Maior do Exército. Ali os manifestantes exigirão a imediata libertação

do major Otelo.

Entretanto foi tornado público o texto de um telegrama enviado pelos profs. Ruy Luís Gomes e José Morgado, e pelos drs. Armando Cota e eng. Jorge Delgado, ao major Otelo, logo depois deste ter dado entrada no forte de Caxias. Reza o texto: «Vimos afirmar a nossa grande admiração e inteira solidariedade ao antifascista e revolucionário do 25 de Abril Otelo Saraiva de Carvalho.»

De Londres, um telegrama da agência Reuter anuncia que vinte e sete deputados ingleses, todos pertencentes à ala esquerda do Partido Trabalhista enviaram uma mensagem ao dr. Mário Soares exigindo a imediata libertação de Otelo. Os parlamentares britânicos, entre os quais se inclui o antigo ministro Eric Heffer, dizem na sua mensagem que estão surpreendidos com a prisão do dirigente operacional do 25 de Abril.

Foi sepultado o historiador Damião Peres

PORTO, 27 — Foi sepultado ao princípio da tarde de hoje, o historiador e professor catedrático Damião Peres, que ontem faleceu no Hospital de Santo António, onde se encontrava internado em consequência de uma trombose que o vira a vitimar.

O prof. Damião Peres foi o director literário da obra «História de Portugal», conhecida pela «edição de Barcelos», e leccionou no Liceu do Funchal de que também foi reitor e no Liceu Gil Vicente, tendo também sido professor da Universidade do Porto e da Faculdade de Letras de Coimbra.

Damião Peres nasceu em Lisboa em 1889, tendo-se formado em Letras pela Universidade do Porto e Coimbra.

A Academia Portuguesa de História e a Academia das Ciências, prestaram-lhe homenagem nomeando-o sócio de mérito.

O funeral do historiador realizou-se pelas 15 horas, da Igreja de Cristo-Rei para o cemitério de Agramonte, nesta cidade.

Tiago de Oliveira recebeu missão sueca

O secretário de Estado da Investigação Científica, prof. Tiago de Oliveira, recebeu ontem à tarde, no seu gabinete no M. E. I. C., uma missão do S. I. D. S., Swedish International Development Authority.

Durante o encontro foram abordados os problemas relacionados com a educação especial, que a missão vem estudar a Portugal.

Amanhã em Lisboa

Reunião do Comité Portugal—C.E.E.

Reúne-se amanhã em Lisboa o Comité Misto Portugal-CEE, criado pelo acordo firmado entre o nosso País e a Comunidade Económica Europeia em 1972.

A reunião, a que presidirá Roland de Kergorlay, da Direcção-Geral das Relações Externas da Comunidade, coadju-

vado por Pierre Duchateau, terá como ordem de trabalhos a verificação da forma como tem decorrido a aplicação do referido acordo, bem como de outras decisões, conjuntas, de data mais recente.

A delegação portuguesa presidirá o embaixador de Portugal junto da CEE, António de Siqueira Freire.

Segundo uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros está previsto a realização de contactos entre a delegação da CEE e os responsáveis pelas pastas dos Negócios Estrangeiros e do Comércio e ainda com o Secretário de Estado da Emigração.

Brandt aceitou convite do P.S.

O presidente do Partido Social-Democrata alemão ocidental (S.P.D.), Willy Brandt, chegará no próximo domingo a Lisboa para assistir ao Congresso do Partido Socialista Português.

O antigo chanceler declarou na terça-feira em Bonn que encontrar-se-á por ocasião deste Congresso com outros chefes de partidos socialistas e sociais-democratas presentes. «No final da próxima semana participarei na Conferência sobre a Paz e Segurança organizada nos Países-Baixos pelo Partido Trabalhista Holandês», acrescentou Willy Brandt.

P.S.P. encomendou detector de bombas

A Secção de Minas e Armadilhas da PSP aguarda, da Inglaterra, a chegada de um encomenda importante: um «detector de bombas e bombistas».

Trata-se de um aparelho que além de localizar engenhos explosivos poderá identificar, dentro de um período de 24 horas, qualquer indivíduo que tenha manuseado aqueles engenhos.



UMA DÚVIDA

Temos seguido com interesse e curiosidade as notícias que os jornais de direita têm publicado acerca das diligências que os oficiais saneados pelo 25 de Abril têm feito com vista a «exigir» a sua reintegração nas Forças Armadas.

Essas notícias, porém, não têm sido totalmente esclarecedoras, pois ignoramos se Américo Tomás se encontra entre os que «exigem» a reintegração.

NÃO SABEMOS

O general Vasco Lourenço afirmou: «Como aconteceu com Otelo, penso que com outros militares com posições diferentes, ou mesmo opostas, os chefes militares não deixariam de tomar as medidas adequadas», querendo com isto significar que o RDM tem de ser aplicado igualmente a todos.

Um nosso leitor perguntou-nos se Vasco Lourenço estaria a pensar que o RDM se deve aplicar também ao brigadeiro Pires Veloso, por causa das suas últimas declarações, tornadas públicas.

Não sabemos.

Camionistas levantam boicote à Secil

SETÚBAL, 27 — Terminou esta manhã, após um plenário que decorreu na melhor ordem e em que as propostas apresentadas foram unanimemente aceites e aprovadas, o boicote dos camionistas à saída de cimento da fábrica SECIL, localizada a poucos quilómetros da Arrábida, mais propriamente no Outão de Setúbal. Os camionistas que bloqueavam os acessos àquela empresa com dezenas de camiões consideraram a decisão ontem tomada pelo Conselho de Ministros como um ultimato que, para não agravar a actual situação, decidiram respeitar.

Mantêm, todavia, a disposição em não aceitar a «marcação» para o abastecimento de cimento, preconizando, pelo contrário, que o mesmo seja feito espontaneamente, isto é, que o abastecimento se processasse de modo que os camionistas se dirigissem à SECIL, dispen-

sando a marcação prévia.

Os camionistas, que já esta manhã começaram a carregar na SECIL os primeiros sacos de cimento após a «operação-boicote» — salvo os que decidiram retirar-se do local sem se abastecerem — pretendem, também, de acordo com a contraproposta apresentada ao Governo e esta manhã ratificada no plenário, que «cada indivíduo, ou camião, ou firma, ao levantar o cimento, terá de mostrar a sua colecta ou contribuição para a sua comercialização», e que, «ao voltar à fábrica, justifique onde entregou o cimento, assumindo inteiramente a responsabilidade pelo eventual desvio do produto». «Terá que justificar — refere a contraproposta —, no caso de venda, o local onde entregou o cimento, nome do cliente e preço», sujeitando-se também «à fiscalização, sem qualquer entrave, aos agentes quando estes aparecerem».

IMAGEM MÉDIA DIÁRIA
30 MÊS ANTERIOR: 39 984 EXS.

UM TERRAÇO DE NEVE SOBRE A CÔTE D'AZUR

desde 4 860.
hotel, avião, transportes e taxas

8 dias
PARTS 26/12/76-30/01/77
27/02/77-17/04/77
aventamento reduzido

EUROPE

AV. LIBERDADE 233 T. 539121 LISBOA 2
consulte a sua agência de viagens